

A ação da Censura durante o Estado Novo: O caso do Jornal do Fundão

Carolina Faustino Barata

Relatório de estágio (versão definitiva) para obtenção do Grau de Mestre
em

Jornalismo

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor João Carlos Ferreira Correia

Novembro de 2021

Dedicatória

Ao meu avô Carlos, a pessoa que me ensina a aproveitar a vida ao máximo.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Helena e Nelson, pelos esforços que fizeram para que eu chegasse onde estou hoje. Aos meus avós, Maximiana e Carlos, por partilharem sempre comigo os melhores valores humanos o, que fez de mim uma pessoa melhor. Ao meu namorado, David, pelo apoio incondicional, nas etapas mais importantes da minha vida. À Ana Matos, à Mariana, à Ana Marques, à Filipa, as minhas amigas de todas as horas, por sempre se orgulharem de mim em cada passo dado, mesmo quando sabiam que estava a arriscar. Ao João e ao André, os meus companheiros desta viagem que é a vida, por sempre acreditarem em mim e no meu trabalho. A todos os meus colegas de curso, que ao longo destes anos partilharam comigo histórias inesquecíveis na Covilhã. E por último, ao professor João Correia, meu orientador, por nunca desistir do meu tema de dissertação, por mais obstáculos que se colocaram no caminho.

Resumo

O jornalismo tem vindo a desempenhar um papel fulcral na sociedade contemporânea, não só como prestador de informação, mas também como formador da opinião pública, porque é através da atividade jornalística que se introduz na sociedade os principais temas da atualidade e se constrói a realidade social da coletividade. Assim, se o jornalismo não existisse ou fosse de alguma forma reprimido nas suas funções, as pessoas não teriam conhecimento daquilo que se passa ao seu redor. A atividade do jornalista oferece à sociedade uma conceção daquilo que é a realidade no momento presente, através da descrição dos factos associados a acontecimentos que se sucedem, e se de alguma forma essa atividade é controlada a favor de uma personalidade, o jornalismo deixa de ser uma profissão direcionada para a verdade. Na história do jornalismo português, esta ação direcionada para a verdade foi reprimida, pelo regime salazarista ou Estado Novo, entre 1933 e 1974, uma época onde as pessoas apenas conheciam a realidade que era transmitida por um governo autoritário. Muitos foram os meios de comunicação que viram a sua atividade controlada, para proteção do regime e dos seus ideais. Exemplo disso foi o Jornal do Fundão, que esteve suspenso durante seis meses devido à publicação de uma notícia, que não estava de acordo com a ideologia do Estado Novo. Esta dissertação pretende então verificar quais foram as mudanças operadas na atividade jornalística do Jornal do Fundão, do período antes da suspensão para o período depois do reaparecimento deste meio de comunicação regional.

Palavras-chave: Censura; Salazarismo; Suspensão; Jornal do Fundão; Jornalismo Regional

Abstract

Journalism has been playing a central role in contemporary society, not only as a provider of information, but also as a shaper of the public opinion, because it is through the journalistic activity that the main issues of the day are introduced to society, and thus the social reality of the collectivity is also built. Therefore, if journalism did not exist or its functions were somehow subjugated, people would not be aware of what is going on around them. The journalist's activity offers society a conception of what reality is at the present time, by its descriptions of facts associated to events that take place, and if somehow this activity is controlled in favour of an entity, journalism ceases to be a profession that aims for the truth. In the history of Portuguese journalism, this action of seeking and showing the truth was oppressed, by the Salazar regime or Estado Novo, between 1933 and 1974, an era when people only knew a utopian reality, which was transmitted by an authoritarian government. Many were the media that saw their activities controlled, for the protection of the regime and its ideals, and an example of this was *Jornal do Fundão*, which was suspended for six months due to the publication of a news report that was not in accordance with the ideology of the Estado Novo. This dissertation intends, then, to verify what were the changes carried out in the journalistic activity of *Jornal do Fundão*, from the time before the suspension to the period after the reappearance of this regional media.

Keywords: Censure; Salazarism; Suspension; *Jornal do Fundão*; Regional Journalism

Índice

Introdução.....	11
1. Conjuntura político-económica no pós-1 ^a República.....	17
2. O Estado Novo: Ideologia e instituições	18
3. A censura em Portugal	22
3.1 Dos primórdios ao Estado Novo	22
4. A expansão da ideologia salazarista ao império colonial.....	27
5. A suspensão do Jornal do Fundão: o caso da atribuição do prémio de novelística a Luandino Vieira	34
6. Processo de suspensão do Jornal do Fundão	37
Parte II. Estudo Empírico	41
1. Metodologia e desenho de investigação.....	42
2. Problema.....	44
3. Objetivos e hipóteses	45
4. <i>Corpus</i> e amostra	47
5. Métodos e técnicas de investigação	49
6. Análise de resultados	51
6.1 Análise quantitativa	52
6.1.1 Tabela de temas genéricos.....	52
6.1.2 Intensidade crítica no período antes da suspensão do JF	57
6.1.3 Intensidade crítica no período depois do reaparecimento do JF.....	66
6.1.4 Comparação entre períodos analisados	73
6.2 Análise qualitativa	75
6.2.1 <i>Corpus</i> da análise qualitativa	76
6.2.2 Análise de fotografias.....	78
6.2.3 Títulos	79
6.2.4 Estrutura das publicações e contexto crítico	81
Conclusão.....	83
Referências Bibliográficas.....	89
Anexos.....	91

Introdução

Na sociedade tal como todos nós a conhecemos hoje, os meios de comunicação, inclusive os jornais, desempenham a função de informar as pessoas acerca daquilo que se passa ao seu redor e ajudam a construir a realidade social da sua audiência. Por isso, os órgãos de comunicação social e os jornais em particular, não servem para divulgar interesses alheios, propagandear partidos políticos ou até mesmo personalidades a eles associadas, sendo que também não é da sua natureza atribuir elogios, desenvolver guerras ou criar uma realidade meramente virtual e que em nada corresponde ao real experimentado pela sociedade na vida quotidiana. Estes ao contrário disso, ajudam a sociedade a manter-se informada acerca dos acontecimentos que surgem ao seu redor, e desta maneira, fornecer-lhes uma construção da realidade experienciada no momento presente.

O jornalismo tem vindo a desempenhar um papel fulcral na sociedade contemporânea, não só como prestador de um serviço-público de informação, mas também como formador da opinião pública. É o jornalismo que introduz na sociedade os principais temas da atualidade, construindo desta forma a realidade social. Assim, se o jornalismo não existisse ou fosse de alguma forma reprimido nas suas funções sociais, as pessoas não teriam conhecimento daquilo que se passa ao seu redor.

Porém, nem sempre isto foi assim tão óbvio. O jornalismo português ao longo da sua existência atravessou fases de dificuldade incomensurável, como foram o caso dos 48 anos de censura prévia na imprensa, exercidos durante o regime instaurado por António de Oliveira Salazar, denominado Estado Novo, onde nos jornais apenas eram publicados textos que refletiam uma aparência da realidade e por isso a sociedade não estava informada daquilo que acontecia ao seu redor, mas sim daquilo que era a visão do Estado, um mundo perfeito, acabando assim por se enganar a opinião pública.

Exemplo da repressão exercida pelo regime salazarista aos meios de comunicação foi a suspensão do Jornal do Fundão (JF), semanário regional fundado em 1946, por António Paulouro. A 23 de Maio de 1965, a redação opta por publicar uma notícia relacionada com a entrega de prémios literários por parte da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE). Um dos prémios mais importantes era o Grande Prémio de Novelística que nesse ano foi entregue a Luandino Vieira, ativista que esteve associado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), um dos movimentos independentistas que também combateu na Guerra

Colonial. Na época o escritor do livro “Luuanda”, encontrava-se preso no Tarrafal, e o Jornal do Fundão publicou uma notícia acerca dos prémios, dedicando um parágrafo maior a Luandino Vieira, escrevendo menos para os restantes vencedores dos prémios literários. Devido a toda esta situação, os Serviços de Censura suspenderam o Jornal do Fundão durante seis meses, devido a uma publicação que criava incómodo ao Estado Novo, já que o meio de comunicação em questão elogiava uma personalidade, que se opunha, claramente, ao ideário do regime liderado por António de Oliveira Salazar. Sempre foi de meu interesse e curiosidade, compreender melhor esta época conturbada da história do jornalismo e, quando conheci o caso do Jornal do Fundão (JF), decidi que o tema da minha investigação teria que estar relacionado com o regime salazarista. A suspensão do JF e as mudanças que provocou num meio de comunicação regional, que tinha iniciado a sua atividade há 19 anos.

Em relação ao enquadramento teórico desta investigação, optei por algo num sentido mais cronológico, e por isso, comecei por realizar uma contextualização da conjuntura político-económica depois da 1ª República. De seguida, falei um pouco do Estado Novo, como surgiu, a ideologia por trás do regime e as instituições que o suportaram, sendo que, num dos tópicos abordados evidencio a Censura. Nesse tópico, destaco as origens da censura em Portugal, durante o reinado de D. João III, com a criação da Inquisição e o modo como se organizou o regime salazarista, assim como as características das duas épocas, que apesar de tão distanciadas, têm muitas coisas em comum no que respeita à liberdade de imprensa. Como a suspensão do Jornal do Fundão esteve relacionada com o colonialismo e, mais especificamente, com os movimentos independentistas, tornou-se importante refletir também na investigação acerca da expansão da ideologia salazarista às colónias e, de que maneira também os Serviços de Censura aí atuavam. Em último lugar, expliquei a situação do Jornal do Fundão, relativamente à suspensão imposta pelos Serviços de Censura, e todo o processo que essa ação implicou.

Uma vez que um dos objetivos da investigação foi perceber as mudanças que uma suspensão de seis meses pode significar para um meio de comunicação, no estudo empírico optou-se por selecionar dois períodos associados à história do Jornal do Fundão, o período antes da suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965), e o período de depois do reaparecimento do jornal (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966). Para esse fim, foram então selecionadas no total 24 edições do Jornal do Fundão, de onde analisados apenas os artigos críticos do poder político das primeiras e últimas páginas de cada edição. Depois de lidos e

analisados, os artigos foram então organizados por tabelas de temas genéricos e em quadros-síntese onde se apresentaram as respectivas sinopses e, se organizaram os artigos críticos segundo a sua intensidade crítica, ou seja, a sua força crítica. Com tudo isto, foi possível responder ao problema imposto, inicialmente, para investigação: “Quais as diferenças da escrita jornalística nos artigos críticos do Jornal do Fundão, nos períodos antes da suspensão e depois do seu reaparecimento?”. Com a colocação deste problema, evidenciaram-se algumas questões, que ao longo da investigação irão ser respondidas, tais como:

Q1. Quais foram os temas nas publicações da amostra que possuíam uma intensidade crítica maior?

Q1.1 Os temas mais criticados mudaram de um período para o outro?

Q2. Qual a intensidade crítica que predominou nas publicações da amostra?

Q2.1 A intensidade crítica das publicações da amostra foi diferente de um período para o outro?

Q3. O contexto crítico das publicações da amostra alterou-se de um período para o outro?

Para além de o problema levantar sempre algumas questões, também se criam, automaticamente, algumas hipóteses que podem surgir como resposta a essa interrogação, e que irão ser verificadas também no capítulo da Análise de resultados, elas são:

H1. A ação de suspensão dos Serviços de Censura foi relevante para o Jornal do Fundão, que se pode traduzir nos seguintes tópicos:

H1.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento do jornal é menor.

H1.2 Os temas com maior intensidade crítica alteram-se no reaparecimento do Jornal do Fundão.

H1.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica altera-se depois do reaparecimento do jornal.

H2. A ação de suspensão dos Serviços de Censura não teve qualquer relevância para o Jornal do Fundão, que se pode traduzir nos seguintes tópicos:

H2.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento não se alterou.

H2.2 Os temas com maior intensidade crítica mantiveram-se os mesmos.

H2.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica manteve-se o mesmo.

H3. A ação de suspensão dos Serviços de Censura teve relevância para o Jornal do Fundão apenas nas primeiras edições depois do reaparecimento do jornal, o que se pode traduzir nos seguintes tópicos:

H3.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento do jornal, apenas é menor nas publicações das primeiras edições.

H3.2 Os temas com maior intensidade crítica desaparecem das primeiras edições, depois do reaparecimento do jornal.

H3.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica apenas se altera nas primeiras edições, depois do reaparecimento do jornal.

Relativamente ao *corpus* e amostra, para a seleção das respetivas edições para análise, e uma vez que o Jornal do Fundão é semanal, optou-se por, no período antes da suspensão, eger por cada mês duas edições, - sendo que os dias foram escolhidos aleatoriamente, - uma a meio do mês e outra no final, começando em janeiro de 1965, e terminando no mês de maio de 1965, na edição que deu origem à suspensão do jornal. No período depois do reaparecimento, optou-se de no início do ressurgimento eger três edições por mês, com o intuito de se observar melhor as mudanças, e a partir do mês de Fevereiro de 1966 optou-se por voltar ao critério tomado no período antes da suspensão. Neste período iniciou-se a seleção no mês de novembro, na edição correspondente ao ressurgimento, terminando no mês de abril de 1966, considerando que as edições fossem suficientes, para sustentar a investigação. Para o efeito, foram então escolhidas as seguintes edições:

Antes da suspensão:

1. Edição de 10 de Janeiro de 1965 (nº 965)
2. Edição de 31 de Janeiro de 1965 (nº968)
3. Edição de 14 de Fevereiro de 1965 (nº970)
4. Edição de 28 de Fevereiro de 1965 (nº972)
5. Edição de 14 de Março de 1965 (nº974)
6. Edição de 28 de Março de 1965 (nº976)
7. Edição de 11 de Abril de 1965 (nº978)
8. Edição de 25 de Abril de 1965 (nº980)
9. Edição de 16 de Maio de 1965 (nº983)

10. Edição de 23 de Maio de 1965 (nº984)

Depois do Reaparecimento:

1. Edição de 28 de Novembro de 1965 (nº985)
2. Edição de 5 de Dezembro de 1965 (nº986)
3. Edição de 19 de Dezembro de 1965 (nº988)
4. Edição de 26 de Dezembro de 1965 (nº989)
5. Edição de 2 de Janeiro de 1966 (nº990)
6. Edição de 16 de Janeiro de 1966 (nº992)
7. Edição de 30 de Janeiro de 1966 (nº994)
8. Edição de 6 de Fevereiro de 1966 (nº995)
9. Edição de 13 de Fevereiro de 1966 (nº996)
10. Edição de 27 de Fevereiro de 1966 (nº998)
11. Edição de 13 de Março de 1966 (nº1000)
12. Edição de 27 de Março de 1966 (nº1002)
13. Edição de 17 de Abril de 1966 (nº1005)
14. Edição de 24 de Abril de 1966 (nº1006)

Para a metodologia, optou-se como já referi, para a análise quantitativa, pela organização dos artigos críticos do poder político por temas genéricos em tabelas, e em quadros-síntese referindo para cada artigo níveis de intensidade crítica: Nível 1, correspondente a pouco crítico; Nível 2, equivalente a crítico e Nível 3, correspondente a muito crítico. Já para a análise qualitativa, optou-se por analisar vários parâmetros, respeitantes apenas dos artigos que foram a causa da suspensão, e daqueles que depois do reaparecimento se referem de alguma forma à suspensão e às consequências que isso trouxe ao Jornal do Fundão. Os parâmetros que foram analisados são respetivamente, as fotografias, os títulos, a estrutura das publicações e o contexto crítico, ou seja, aquilo que motivou a crítica. Na análise de resultados, os dados das duas análises vão aparecer separados, uma vez que a natureza de ambas é distinta.

No final, apresentam-se as devidas conclusões do estudo empírico colocado em prática ao longo da investigação e aquilo que eles representam para a confirmação ou negação das hipóteses já referidas. Pretende-se descobrir quais foram as mudanças que se operaram num jornal regional durante o regime salazarista, após uma ação de suspensão por parte dos Serviços de Censura ao serviço do Estado Novo.

Parte I. Enquadramento Histórico

1. Conjuntura político-económica no pós-1ª República

A 28 de Maio de 1926, eclodiu um golpe militar comandado pelo Marechal Gomes da Costa, militar e político português, que pôs fim à 1ª República Portuguesa, instaurando para o efeito, uma Ditadura Militar que ficou instituída a 16 de Novembro de 1926 com um decreto-lei que nomeou o General Óscar Carmona como Presidente da República. Este golpe militar é o que posteriormente vai dar origem ao Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar:

“A revolta militar que eclodiu na madrugada de 28 de Maio de 1926, e que culminou na instauração da ditadura que conduziria ao Estado Novo e ao regime salazarista foi por isso mesmo a expressão direta, a consequência política da luta travada por essas correntes nacionalistas e do movimento social católico contra a I República” (Azevedo,1999, p.36)

A ditadura militar implementada a partir de 1926, colocou fim ao regime democrático-parlamentar e acabou também por suprimir as liberdades individuais. Em 1928, António de Oliveira Salazar assumiu a pasta das finanças, mantendo-se no cargo até 1932, tendo ao longo desses anos modificado a conjuntura financeira verificada em Portugal desde o fim da 1ª República.

Salazar foi nomeado em 1932 para o cargo da Presidência do Conselho de Ministros. Esta nomeação surgiu na sequência da implantação de autoritarismos espalhados por toda a Europa. O regime do Estado Novo foi formalizado em Portugal a 11 de abril de 1933 com a aprovação da nova Constituição portuguesa.

Uma das características principais da nova Constituição, está relacionada exatamente com a preocupação do regime para com a opinião pública, pelo que era necessário controlá-la, como diz no artigo 20º:

“A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum” (Constituição da República Portuguesa, 1933)

Através deste artigo, a função do Estado em relação à opinião pública era protegê-la dos opositores do regime. A Constituição previa ainda, a instauração da censura que se tornou numa forma de propaganda da ideologia do regime e foi também um instrumento fundamental para a proteção da opinião pública bem como para a estruturação do império colonial português através do ato colonial que dispunha as leis para os cidadãos das colónias.

2. O Estado Novo: ideologia e instituições

Este regime manteve-se em Portugal durante cerca de 48 anos, tendo terminado no dia 25 de Abril de 1974, quando da Revolução dos Cravos. A ideologia do salazarismo tinha como bases principais o fascismo italiano de Mussolini, o integralismo lusitano e a doutrina da igreja católica.

As principais características do regime de António de Oliveira Salazar, estavam relacionadas com o nacionalismo, o tradicionalismo, o corporativismo, o autoritarismo e a conseqüente implementação de um Estado antidemocrático, anticomunista e antiparlamentar. A estas características adicionaram-se o colonialismo e a defesa do Império Português. O objetivo era incutir a ideologia do regime na sociedade. Para isso teria que se criar um aparelho de propaganda que lhe permitisse transmitir todos os valores da sua doutrina:

“O regime ditatorial português tinha na pessoa de Salazar a expressão máxima de uma organização política que procurava uma construção social da realidade consonante com os objetivos e interesses materiais do regime, e no aparelho de propaganda política o veículo máximo para essa construção social” (Quaresma, 2014, p.4).

Um dos objetivos de António de Oliveira Salazar era o de transmitir a ideologia do Estado Novo a toda a sociedade, para que assim as pessoas se comportassem de acordo com as suas convicções.

O nacionalismo¹, neste contexto, está diretamente relacionado com a ideia da manutenção e expansão do império colonial português;

- O tradicionalismo surge neste quadro ideológico com a salvaguarda de algumas ideias conservadoras contidas no lema: “Deus, Pátria e Família”;

- A noção de corporativismo implicou evitar a luta de classes e considera o Estado como um intermediário na relação entre patrões e empregados e traduziu-se na criação de uma Câmara Corporativa que reunia representantes das diversas corporações profissionais;

- O autoritarismo estava associado à concentração de todos os poderes nas mãos do Chefe de Estado;

- O anticomunismo, está associado, entre outros aspetos, à recusa da luta de classes;

¹ Sentimento de valorização devido a aproximação com a Nação

- O antiparlamentarismo traduziu-se na existência de apenas um partido apelidado de União Nacional e na substituição do Parlamento por uma Assembleia Nacional sem representação política da oposição.

O Estado Novo ficou conhecido por perseguir partidos políticos oposicionistas, pela criação de um aparelho censório sob a imprensa, os livros e demais informações que passavam à sociedade, de forma que estes só transmitissem temas favoráveis à ideologia do regime.

A ideia de construir a realidade social de acordo com a ideologia do regime foi concretizado não apenas através da censura, - embora tenha sido uma das instituições mais importantes, - como também mediante outras instituições no campo da propaganda e também no âmbito militar.

Salazar pretendia com este Estado Novo a desmobilização das massas, promovendo a organização da sociedade em corporações, regulando as suas atividades a nível económico, de forma autoritária e repressiva. Para isto, o Estado fortalecia a sua ação com a criação de diversas instituições que o ajudavam nestes objetivos, como o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), os Serviços de Censura, “a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Legião Portuguesa (LP), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE)” (Freitas, 2017, p.20). E para a juventude, a Mocidade Portuguesa.

Uma das primeiras instituições a ser criada e também das mais importantes, foi o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), instituído em 1933 (26 de Outubro), após a entrada em vigor da Constituição. Salazar, escolheu António Ferro, escritor e político, criador da política do espírito-, para diretor do SPN, cujo objetivo era propagandear o regime político, ou seja, transmitir os ideais do salazarismo a toda a população.

O SPN foi ao longo do tempo alterando as suas funções e objetivos e para isso foi reestruturado várias vezes. Numa das últimas reestruturações foi designado como Secretariado Nacional de Informação (SNI), revelando-se uma das mais importantes instituições do regime em termos de adaptação das mentalidades à ideologia de Salazar, como reitera Cândido de Azevedo:

“O Secretariado da Propaganda Nacional viria a revelar-se, na verdade, um instrumento particularmente apropriado aos propósitos do regime, não só em termos de ação, de direção e supervisão, mas, também, da criação de «formas de mentalidade adaptadas ao Poder»” (Azevedo, 1999, p.157-158)

Simultaneamente, surgiram os Serviços de Censura, criados em 1926. O regime censório visava orientar e manipular as mentalidades, seguindo a ideologia

salazarista. Segundo José Barreto (1999, p.15): “a ação censória visava declaradamente impedir a perturbação da ordem pública, sustentar o governo militar e neutralizar a voz dos seus opositores”.

O regime de Salazar passou a controlar através dos Serviços de Censura toda a informação que circulava em Portugal, e, por conseguinte, também a opinião pública. A imprensa, os livros e todas as formas de expressão apenas apresentavam conteúdos que beneficiassem o regime. Se acontecesse o contrário, existiam represálias desde cortes de páginas inteiras em jornais, impedimento de circulação para alguns livros ou até mesmo suspensão da distribuição de determinados jornais por tempo indeterminado. Existia uma vontade da parte do regime, em apenas divulgar uma aparência da realidade portuguesa, sendo que “Salazar conseguiu transformar Portugal, durante quase meio século, num país literalmente virtual” (Azevedo,1999, p.24).

Neste “Portugal Virtual” evidenciado por Cândido de Azevedo, não existia a representação das más condições de vida:

“(…) nesse Portugal virtual não havia fome, nem situações de extrema miséria, nem falta de assistência médica e hospitalar, nem pessoas a viver em barracas, nem mortalidade infantil, nem analfabetos, nem desemprego, nem exploração, nem sequer suicídios...porque os censores lá estavam para cortar ou proibir tudo isso.” (Azevedo, 1999, p.26-27)

Assim, concentrando a sua ação, maioritariamente na imprensa escrita, onde se divulgava a generalidade das informações, a Censura, “assentava na conceção absolutista segundo a qual o Príncipe não depende da opinião pública, não devendo por isso segui-la, mas dirigi-la e esclarecê-la”. (Barreto, 1999, p.3)

A par dos Serviços de Censura e do SPN existia também a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), uma polícia política que esteve ao serviço do Estado Novo entre 1945 e 1969. Criada a 22 de Outubro de 1945, foi uma instituição do poder autocrático de Salazar, tutelada pelo Ministério do Interior e tinha como objetivo principal calar as vozes opositoras do regime, executando uma prevenção e repressão dos crimes contra a segurança do Estado.

Para além de desempenhar esta vigilância, a PIDE interrogava os suspeitos, organizava os processos dos presos políticos, enviando-os depois para os tribunais plenários. Esta instituição utilizava a violência e a tortura, de forma que os presos lhes fornecessem informações acerca de atividades oposicionistas, especialmente levadas a efeito pelo Partido Comunista Português (PCP). A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) mudou de nome em 24 de Novembro de 1969, tendo

sido substituída pela Direção Geral de Segurança (DGS), a qual mantinha toda a estrutura de agentes e métodos da PIDE - a mando de Marcelo Caetano, -que manteve os objetivos e as mesmas ações de vigilância e repressão até ao final do Estado Novo.

No que concerne à educação, surgiram em 1936 duas instituições que ao longo da existência do Estado Novo, foram consideradas das mais importantes a nível da inculcação ideológica levada a cabo pelo regime salazarista: a Mocidade Portuguesa, frequentada por jovens do sexo masculino e feminino e de caráter obrigatório, que oferecia aos mesmos uma preparação militar, organizando algumas atividades desportivas e culturais com o intuito de transmitir aos jovens os valores e ideais do regime.

A Legião Portuguesa destinada à população com mais de 18 anos, que, sob juramento, assumia o compromisso de servir a nação portuguesa, no sentido de combater também aquilo a que o regime chamava de ameaça comunista.

A PIDE em conjunto com os Serviços de Censura e, ocasionalmente, com a Legião Portuguesa, exerciam a vigilância dos opositores, perseguindo-os e recorrendo à violência para que as vozes opositoras fossem silenciadas. Assim, António de Oliveira Salazar e o seu sucessor em 1969, Marcelo Caetano, conseguiram manter uma ditadura durante cerca de 48 anos, assegurando sempre através das suas instituições que a opinião oponente nunca deveria ser conhecida pela opinião pública e que esta apenas precisava de conhecer a ideologia do regime, para que assim a sociedade apoiasse a ditadura e deixasse de parte outras formas de governo.

3.A censura em Portugal:

3.1 Dos primórdios ao Estado Novo

O estabelecimento da Censura em Portugal aconteceu logo em 1536 no reinado D. João III, com o estabelecimento da Inquisição², sendo nomeado o Cardeal D. Henrique para Inquisidor Geral. Entre as medidas promulgadas nesta altura pela censura, uma delas era a proibição do uso de escrituras em linguagem comum. Como diz Cádima (2013, p.106) “uma das medidas principais é a proibição do uso das Sagradas Escrituras «em linguagem» (ou seja, em linguagem vulgar, em vez do latim)”.

Esta censura inquisitorial dirigia-se, maioritariamente, às escrituras sagradas da altura que podiam ser consideradas heresia³ pela igreja cristã, passando por isso a existir a partir de 1555, como afirma Cádima (2013, p.107) a “edição do Index Librorum Prohibitorum⁴, a pedido do Papa Paulo IV, um catálogo de livros proibidos”. Por isso, Cádima (2013, p.108) também considera que “praticamente ao longo de toda a segunda metade do século XVI, Portugal foi muito provavelmente o país católico mais persecutório e inquisitorial, o mais intolerante contra a heresia e a «imoralidade literária»”.

Consegue-se então perceber as verdadeiras origens da censura a qual, começou por ser dirigida apenas a escrituras consideradas heréticas, passando mais tarde a ser executada em livros que demonstravam ideologias contrárias à doutrina cristã e, por fim abrangendo também as gazetas que contrariavam as decisões da Coroa Portuguesa. Desde os seus primórdios, a censura sempre foi considerada como um mecanismo silenciador das vozes opositoras do Poder.

No Estado Novo também se estabeleceu um sistema repressivo, diferente dos impostos anteriormente, que abrangeu imensas áreas sociais, incluindo a criação de um dispositivo de censura que passou a controlar todas as atividades intelectuais, incluindo o jornalismo e os respetivos meios de comunicação social.

A representação de Portugal durante este período foi considerado por Azevedo (1999, p. 29), o “Portugal virtual”, exatamente porque aquilo que se lia nos jornais, livros ou até mesmo em folhetos era apenas uma ilusão pois, por trás dessas histórias, o país estava a passar por tempos conturbados e dificuldades de

² Ligação entre o Ordinário da Diocese e o Conselho Geral do Santo Ofício (Cádima, 2013, p.107)

³ Doutrina que era considerada contrária à defendida pela igreja cristã

⁴ Índice dos Livros Proibidos

natureza económica e social, que não eram divulgados pela comunicação social, sendo que o regime ditatorial conseguia moldar a consciência da opinião pública, segundo os seus interesses e a sua ideologia.

Isto gerou consequências negativas, porque “(...) as limitações informativas constituíram elementos dissuasores no processo de conquista dos públicos, o que originou baixos índices de consumo da imprensa diária nos países marcados por estes percursos históricos”. (Lima, 2013, p.7)

O sistema censório repressivo, não permitia a atualização constante que o jornalismo necessita no seu dia-a-dia dentro da redação. Este contexto acabou por condicionar o setor da comunicação social. Os vários órgãos de comunicação acabaram por apresentar diversas fragilidades, até porque os *media* não tinham a capacidade de competir entre eles a nível de audiências:

“Este enquadramento condicionou globalmente o setor da comunicação social e o facto de não se registarem melhorias nas publicações deve-se também às debilidades dos demais media: a rádio não constituiu um elemento concorrencial agressivo por estar sujeita às mesmas limitações, e a televisão surgiu muito tardiamente e com poucas horas de emissão. Os meios audiovisuais portugueses contribuíram em larga escala para a sustentação do regime, na medida em que eram maioritariamente propriedade do Estado”. (Lima, 2013, p. 106)

Já não era apenas o Estado a impor a censura nos meios de comunicação, faziam-no também os chefes de redação e os próprios jornalistas, que se acabaram por ajustar a este sistema censório e também eles condicionavam a escrita dentro da redação:

“(...) Acabaram, também eles, por implementar condicionamentos próprios às provas levadas para avaliação. Isto verificava-se quer com os diretores pactuantes com o regime, quer com os insubmissos”, já que a eventual publicação de textos inconvenientes redundava em atrasos que se traduziam em perdas pecuniárias para os jornais”. (Lima, 2013, p.114)

O Exame Prévio despendia de outros mecanismos para desempenhar a sua função, sendo que também atuava internamente, nas redações tanto através dos chefes de redação que por vezes verificavam os textos que sairiam posteriormente a público, como através do medo que assolava os próprios jornalistas de verem o próprio texto cortado por algum motivo. De forma quase automática, o que poderiam ou não escrever, as palavras, termos e frases que podiam passar ou não passar pelo filtro da censura, fenómeno que ficou conhecido pelo termo autocensura. Este mecanismo que foi, naturalmente, uma consequência do regime repressivo que era o Estado Novo, sendo que “(...) os jornalistas tiveram de aprender a antecipar o que poderia ou não passar no «crivo» da Censura. E este foi

sem dúvida o mecanismo mais eficaz da Censura: o silêncio dos jornalistas, o medo daqueles que tinham como função informar a população.” (Rolim, s.d, p.7).

As informações que não estavam de acordo com o ideário do regime eram aquelas que não escapavam ao corte censório. Assim, ao longo da existência da ditadura, foram vários os assuntos eliminados dos jornais e restantes meios de comunicação, desde o comunismo até à guerra colonial, passando por temas relacionados com a democracia e o antifascismo, até coisas tão simples como por exemplo acidentes e mortes associadas.

A censura teve repercussões bastante diversificadas, mas num quadro geral terão sido todas elas negativas, “a censura teve efeitos diversificados por um lado, modelou e reduziu a esfera pública; por outro lado, reduziu o potencial crítico, reflexivo, persuasivo e criativo dos autores e dos indivíduos em geral”. (Melo, 2016, p.494)

A censura conseguiu manipular a opinião pública e fazer com que esta acreditasse no “Portugal Virtual” que era divulgado pelos meios de comunicação completamente controlados através da proibição às pessoas de opinarem acerca de certos assuntos, conseguiu reduzir o pensamento crítico e reflexivo e a capacidade criativa de escritores e jornalistas. No Estado Novo, as informações dos meios de comunicação eram sem dúvida as mais sacrificadas:

“António de Oliveira Salazar da mesma forma que ponderava cada palavra que proferia, considerava que cada palavra divulgada através da imprensa devia ser cuidadosamente analisada, daí ter instituído a censura prévia, já que os media podiam ser extremamente perniciosos se não fossem controlados” (Silva, 2009, p.3112).

Apesar de existir uma política colonial específica em Portugal, a ideologia salazarista não se circunscreveu apenas à metrópole. Nas colónias também existiu repressão, censura, principalmente na imprensa, e proibições às diversas formas de cultura. Tal como toda a imprensa foi controlada na metrópole, os jornais da África portuguesa também conheceram uma forte repressão por parte da Direção Geral da Censura, e mais tarde por comissões de censura edificadas nesses territórios, não tendo sido por isso regular até ao início de 1929. Após esse ano, o controlo começou a ser exercido.

Cada território possuía a sua própria comissão de censura. No caso de Angola e Moçambique, existiam conselhos de leitura e delegações adstritas. As comissões reportavam a informação censurada ao Governador-Geral, - existia um em cada província-, este posteriormente, enviava para o Ministério do Interior, de

seguida o mesmo divulgava para o Ministério do Ultramar, e este em último lugar, executava uma apreciação da mesma informação através do Gabinete dos Negócios Políticos, que posteriormente, divulgava a informação, e enviava para as colónias novas instruções de livros e outros documentos impressos que ficariam, de momento, proibidos. Toda esta estrutura, foi mais tarde complementada por serviços de centralização e coordenação de informações, aquando da Guerra Colonial. Era assim que a metrópole conseguia controlar a informação que circulava na província.

Esta abrangência da censura aos territórios coloniais, tinha mesmo que acontecer devido ao facto de o império português ter que ser “uno e indivisível”. Por isto, a ideologia de Salazar teria também que ser divulgada na África Portuguesa, e nas restantes colónias.

Com a legislação imposta às colónias portuguesas, o controlo à imprensa ficou apertado e não podia ser divulgada informação em jornais que não fossem escritos em língua portuguesa. Assim, com alinhamento dos jornais das províncias aos da metrópole, o silenciamento da imprensa e dos meios de comunicação no continente africano, foi importante. Por isso “assinala-se que a população africana desapareceu da agenda e dos conteúdos jornalísticos ao longo do período autoritário” (Fonseca, 2014, p.238). Devido ao facto, de o regime salazarista apenas incluir nos jornais africanos assuntos favoráveis à ideologia do regime, isso acabou por provocar uma padronização da informação na África Portuguesa:

“O alinhamento da imprensa ao regime, os textos da agência Lusitânia e a censura contribuíram para uma certa padronização dos conteúdos e do estilo jornalístico nos cinco territórios, por exemplo, pelo tom comum de elogio a Salazar e à sua obra”. (Fonseca, 2014, p.283)

Era dada prioridade, nas colónias, à divulgação das ideias e valores do regime que se encontrava a vigorar na metrópole. Isso fez com que os conteúdos jornalísticos fossem sempre iguais, os jornais não possuíam quaisquer informações acerca da realidade colonial. Assim que os principais temas divulgados, principalmente durante as décadas de 30 e 40, eram exatamente “a ideologia e os mitos do Estado Novo, as diretrizes do império colonial, as políticas da metrópole para as colónias, as ações dos governos das províncias; e os discursos das lideranças do regime (...)” (Fonseca, 2014, p.279).

Com esta estratégia, o regime de Salazar pretendia controlar toda a opinião pública da metrópole e do Ultramar. Por isso, nesta época a imprensa foi o

principal meio de sobrevivência do Estado Novo e também do seu império, que cada vez mais era contestado no cenário internacional. Portanto:

“Ao longo do Estado Novo destacaram-se nas relações entre a imprensa, o regime e o colonialismo os seguintes aspetos: a imprensa serviu de suporte ao Estado Novo, aos governos do Ultramar e ao projeto colonial; e, a imprensa tornou-se num instrumento de governação do regime autoritário”. (Fonseca, 2014, p.276)

Apesar deste estreito controlo, durante a vida longa do império português, também existiu oposição, que por vezes se insurgia em jornais, livros, folhetos ou qualquer outro tipo de cultura. Aqui a censura era curta e grossa, e não olhava a meios para cortar tudo que pudesse incomodar o imaculado Estado Novo. Se por um lado se verificava uma padronização dos assuntos na imprensa, e isso era o que garantia a sobrevivência do regime, por outro lado, apareciam em jornais temas que eram tabu para o Salazarismo, exemplo disso destacam-se:

“ (...) racismo, integração social e racial, nativismo, descentralização e autodeterminação, liberdade de expressão e eleições, democracia e comunismo, pacifismo e guerras, desigualdade de impostos, taxas portuárias, câmbios e condições de concorrência Intra colonial e/ou entre colónias e metrópole, contributo da iniciativa privada para o crescimento das colónias e benefício injustificado de empresas majestáticas, costumes e atividades culturais subversivas ou de margem; questão social e ensino, custo de vida, políticas públicas.” (Melo, 2017, p.482)

4. A expansão da ideologia salazarista ao império colonial

A defesa das colónias integrou a ideologia salazarista desde o seu início. O conceito de “colonialismo” está relacionado com imposição da autoridade sob um território. A posse de colónias no continente africano, por parte do Regime é um exemplo claro daquilo que é o colonialismo.

Este conceito de controlo de territórios alheios, tem na sua génese diferentes razões que levam à sua concretização. No caso português, a criação de um império deve-se ao facto de o país, querer lucrar com a exploração dos recursos naturais das colónias e assim crescer economicamente, para então atingir alguma estabilidade financeira, ou seja, a posse de territórios por motivos económicos.

Para finalizar a criação oficial do Império Colonial Português, António de Oliveira Salazar promulgou em 1930 o Ato Colonial, que veio integrar a Constituição de 1933. O documento oficializou o império e trouxe à metrópole:

“(…) a reelaboração do conceito de «império» como entidade natural/organicista: um corpo (com as suas várias funções) e uma cabeça (a Metrópole); uma família unida na diversidade dos seus membros sob a autoridade natural do chefe; a Metrópole, cabeça e chefe do «império» que o guia, protege e ajuda e dele há-de receber as contrapartidas que lhe são devidas.” (Rosas, 1995, p.26)

O imperialismo é um conceito que está assente nas ideias de autoridade e superioridade e por isso a existência de metrópoles que colocavam em prática políticas de expansão territoriais, havendo na origem das mesmas, razões da mais variada espécie. Portugal assumiu este conceito, apresentando as razões para a criação de um Império Português, considerado ele mesmo diferente dos outros porque:

“(…) esta visão de grandeza ancorada no passado era apoiada na reprodução de dois mitos fundamentais de longa data repetidos em diferentes momentos políticos de Portugal; o «Eldorado» na forma de vastidão de terras com potencial agrícola e a «herança sagrada» que enfatizava o legado ancestral que vinculava os portugueses às colónias” (Silva, 2018, p.517)

Portugal ancorou, numa fase inicial, a sua política colonial no passado da expansão marítima e da Era dos Descobrimentos, afirmando que o país tinha a incumbência de possuir territórios para assim os civilizar, desenvolver e explorar. Assim, nesta primeira fase do colonialismo português, a metrópole construiu o seu império com base no seu passado de exploração e descobrimento. Depois do isolamento durante a 2ª Guerra Mundial, Portugal, a partir de 1949, com a

adesão à NATO começa a integrar o panorama internacional. Durante o pós-guerra, os países intervenientes no conflito, começaram a condenar os países que ainda possuíam territórios noutros continentes. E com Portugal na NATO, a sua situação não foi vista com bons olhos pelos restantes países, sendo que começaram a arranjar formas para que Portugal iniciasse um processo de descolonização. Para acalmar os ânimos entre os intervenientes da NATO, Portugal e o seu líder resolvem rever a constituição de 1933, alterando alguns termos referentes à sua política colonial. Assim:

“(...) a reforma constitucional de 1951 visa definir Portugal como Nação pluricontinental; uma união horizontal de territórios com sede em Lisboa, ao contrário da hierarquia oficial evidente até então” (Silva, 2018, p.525).

Com o Ato Colonial e a reforma constitucional de 1951, “a gestão colonial passou a ser centralizada, na qual o Estado português buscou nacionalizar as empresas e o capital investidos nas colónias, adotando uma gestão integrada da economia do império” (Barros, 2012, p.114). Com este modelo de gestão dos recursos, o Estado apostou em “favorecer o fortalecimento económico da metrópole, que enfrentava dificuldades decorrentes do seu atraso económico e do isolamento internacional adotado por Portugal após a Revolução Nacional” (Barros, 2012, p.114).

Em 1953, já com as hostilidades mais acentuadas, e com a posição de Portugal na NATO degradada, o país decidiu revogar o Ato Colonial, que oficializou a política colonial portuguesa, e implementar a Lei Orgânica do Ultramar, deixando para trás a ideia de Império, que era a raiz da ideologia colonial portuguesa. Esta lei veio alterar mais uma vez, os termos utilizados por Portugal quando se referia às colónias, assim o termo “colónias” passou a ser denominado como “províncias ultramarinas”, e o “Império Português” passou a ser chamado de “Ultramar”. A Lei Orgânica criada por Salazar conferiu às províncias, antes denominadas de colónias, uma autonomia administrativa aos seus governos.

Ao promulgar para Portugal esta nova política integracionista, a metrópole tentou acalmar os seus críticos, porque desta forma parecia que Portugal não estava a explorar os territórios africanos, devido também à autonomia administrativa que lhes concedeu. Assim Portugal, e o regime salazarista:

“Por meio de alterações legais e no discurso de Estado, o Estado Novo buscou legitimar o seu colonialismo por meio do discurso e ideologia, de modo que a construção da estrutura retórica, administrativa e legal que conferiu uma sobrevida ao colonialismo português na África, em um período em que os colonialismos estavam saindo de cena.” (Barros, 2012, p.127-128)

Porém, a contestação por parte dos países membros da NATO não deu tréguas, e nos territórios ultramarinos surgiram movimentos a favor da descolonização portuguesa. Com toda a contestação exercida no seio da NATO em particular, e pelos movimentos independentistas na África Portuguesa, o Estado Português reagiu através da Guerra Colonial, que se iniciou em 1961 e terminou com a queda do regime salazarista em 1974.

Depois de várias tentativas, por parte do regime salazarista para encobrir o império colonial, Portugal entra na NATO a 1949, em pleno período pós- 2ª Guerra Mundial, o que permitiu que as suas Forças Armadas adquirissem conhecimento para a condução de movimentos militares. Com o pós-guerra, a contestação contra Portugal no seio da NATO cresce, porque, uma vez colocado o fim nos totalitarismos da Europa e também nos seus impérios, Portugal não poderia continuar a ser o único a possuir territórios num continente diferente. Para além disto, também devido ao pós-guerra, muitos movimentos independentistas surgiram na Europa do século XX, o que aconteceu também no Ultramar Português, começando na Ásia, e em particular na Índia Portuguesa, e terminando no continente africano.

O pós-guerra, aliado à discriminação sentida por parte da população colonizada e à independência da Índia, provocou a aparição dos movimentos independentistas no Império Colonial Português. Em Angola, a 1956, é fundado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e em 1954, a União das Populações de Angola (UPA), que em 1961, ficou conhecida como Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Com a aparição destes movimentos independentistas, a “tranquilidade” colonial terminou, e começaram a despontar no território africano conflitos político-sociais, devido à discriminação praticada pelos colonos portugueses.

O primeiro conflito foi a revolta dos camponeses do algodão na Baixa do Cassange, devido à exploração praticada pela empresa “Cotonange”. Seguiu-se, depois, o assalto da UPA às cadeias de Luanda, para a libertação dos nacionalistas e, a partir daqui levantou-se uma onda de contestação em todo o norte de Angola, com revoltas que evidenciavam sempre a injustiça e a discriminação. Em Abril de 1961, os confrontos já eram incontáveis e na metrópole não existia divulgação daquilo que se estava a acontecer em Angola, a imprensa estava silenciada pela censura, e a população não tinha conhecimento de qualquer conflito.

Salazar até à data ainda não tinha mobilizado tropas portuguesas para os territórios africanos. Foi com a entrada de milícias da UPA no Norte de Angola, que Salazar decide enviar militares portugueses para “acabar” com os confrontos em Angola. (Afonso & Gomes, 1998, p. 566-567)

Quanto à forma de atuação das tropas portuguesas durante a Guerra Colonial, estas implementaram uma ação psicossocial com a conquista das populações a nível tático e estratégico. Apesar disso, existia um défice de instrução entre as tropas africanas e as tropas portuguesas, e isso foi-se verificando ao longo da guerra. Porém a nível tecnológico as tropas africanas conseguiam superar as tropas portuguesas, devido à fraca evolução industrial existente em Portugal.

Isto provocou nos anos 70, um agravamento da situação militar, e por isso, acentuou as contradições entre os militares portugueses e o Governo. Portugal estava “sem legitimidade, isolado nacional e internacionalmente, e os militares, a quem não era apresentada outra solução para o problema colonial que não fosse o prolongamento da guerra” (Afonso & Gomes, 1998, p.605). Isso, provocou uma colisão de interesses, sendo que, a mesma foi protagonizada por:

“(…) uma nova geração de oficiais de baixa e média patente que, formada e criada na guerra, aprendeu a agir com autonomia, a assumir grandes responsabilidades e se recusou a servir como bode expiatório de uma política e de dirigentes nos quais não se revia” (Afonso & Gomes, 1998, p.605).

Foram estes oficiais, que realizaram a Revolução dos Cravos a 25 de Abril de 1974, criando condições para a descolonização. Ajudaram também a que se superasse o “atraso resultante do desvio para despesas militares de recursos que poderiam ter sido utilizados no desenvolvimento do País” (Afonso & Gomes, 1998, p.605). O final da Guerra Colonial, - que durou cerca de 13 anos-, trouxe ventos de mudança aos povos africanos, contribuindo para o surgimento de países independentes, e permitindo que Portugal tivesse um lugar de dignidade no panorama internacional.

A imprensa portuguesa silenciada, não partilhava qualquer informação acerca dos acontecimentos decorrentes em Angola, porém a imprensa internacional chegou a divulgar alguns conflitos e até a condenar a política colonial portuguesa. Na história do império colonial português, existem dois exemplos de acontecimentos que se destacaram na imprensa estrangeira e na imprensa portuguesa, aquando da iminência da guerra colonial. O primeiro, foi o massacre da população civil de Wiriyamu, na província de Tete, em Moçambique, por parte de tropas portuguesas, a 16 de dezembro de 1972. Este conflito surgiu na tentativa

de as tropas portuguesas acabarem com a presença da Frelimo, - Frente de Libertação de Moçambique. Um acontecimento de destaque, e que nos jornais portugueses não teve lugar, sendo constantemente reprimida a tentativa de divulgação do massacre, através de vários telegramas enviados para os jornais pelas comissões de censura, espalhadas por todo o país.

Exemplos disso são os telegramas enviados pela Comissão de Exame Prévio do Porto, em relação ao massacre de Wiriyamu. Um deles, acerca da divulgação do “Comunicado do Episcopado de Moçambique sobre o alegado massacre” (Príncipe, 2016, p.82), o qual foi nas palavras de um coronel do Exame Prévio “(...) TOTALMENTE PROIBIDO” (Príncipe, 2016, p.82), enviado a 3 de setembro de 1973. Outro telegrama, enviado pela mesma comissão, mas uns meses mais tarde, a 7 de novembro do mesmo ano, acerca ainda do massacre, relativo ao “Relatório da Diamoc (Diamantes de Moçambique)” (Príncipe, 2016, p.84), cujo falava “(...) em prejuízos, devido ao terrorismo na região de Tete” (Príncipe, 2016, p.84).

A imprensa estrangeira, pelo contrário, contestou a ação repressiva das tropas portuguesas sob a população civil de Wiriyamu. A primeira contestação do massacre, surge no jornal britânico “The Times of London”, num artigo do Padre Hastings, que obteve a informação através de padres espanhóis que testemunharam o massacre. No artigo⁵, o padre Hastings faz uma descrição clara do massacre, e contesta o mesmo fazendo uma comparação com o massacre de Mylai no Vietname, realizado pelos americanos.

O “The Guardian”, numa notícia (An.1) com o título “Strong evidence for Tete killings”⁶, no artigo aparecem os pormenores do massacre que foi testemunhado por padres espanhóis. O “The New York Times”, jornal americano, faz uma publicação ⁷, que se torna numa sequência de diversas informações. Primeiro, divulga que o massacre em questão causou mais de 400 mortes, uma informação cedida pelos padres que testemunharam o mesmo. A notícia revela ainda, o pedido de inquérito realizado pelo governo português, que afirmou que a informação acerca do massacre foi divulgada pelos jornais estrangeiros para se iniciar um escândalo antes da visita de Marcelo Caetano ao Reino Unido. São também divulgadas as declarações do General Kaulza de Arriaga, chefe das Forças Armadas em Moçambique. O texto termina com a referência às celebrações do

⁵ http://www.mozambiquehistory.net/history/massacres/19730710_hastings_story.pdf

⁶ “As fortes evidências dos assassinatos em Tete”

⁷ <https://www.nytimes.com/1973/07/12/archives/priests-comment-on-slaying-report-assert-in-spain-others-met.html>

600º Aniversário da aliança luso-britânica, ficaram arruinadas devido às conhecidas atrocidades sucedidas em Moçambique.

O segundo acontecimento foi o que impulsionou a guerra colonial em 1961. A 4 de fevereiro de 1961, alguns revolucionários africanos pertencentes aos movimentos independentistas de Angola, assaltam duas cadeias em Luanda, com o intuito de libertarem presos políticos nacionalistas, este foi o ponto de partida para que nos territórios coloniais, começassem a surgir ataques variados movimentos a favor da descolonização.

O 4 de Fevereiro foi divulgado, maioritariamente, pelos jornais portugueses, que controlados pela censura, fizeram com que o acontecimento fosse algo que perturbou a união do Império, e que os assaltantes tinham sido os principais protagonistas da destruição dessa união. A primeira notícia (An.2), foi publicada pelo Diário de Lisboa a 4 de fevereiro de 1961, com o título “Três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda” e é uma transcrição do comunicado feito pelo Governo Geral de Angola. Porém, o mesmo comunicado é pouco esclarecedor. Apenas contém o acontecimento em si e não revela as causas que levaram à concretização dos assaltos, ou até mesmo os objetivos pretendidos com o ataque. Afirma que a intenção seria libertar presos políticos, mas não se conhece o porquê. Esta notícia é mais um dos exemplos de como a censura enviava imensos telegramas para os jornais da metrópole, para estes apenas publicarem comunicados transmitidos por entidades governativas, sem informações adicionais, para que assim se pudesse evitar a subversão de informação.

Outros dos exemplos de notícias (An.3) acerca deste acontecimento publicada a 5 de fevereiro de 1961 no Diário de Lisboa, com o título “Eram estrangeiros na sua maioria os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda”, afirmava que a maioria dos assaltantes eram estrangeiros e “nem sequer português sabe falar!”. Isto poderia constituir um alívio para o povo da metrópole, fazendo com que os cidadãos acreditassem, que apenas os indígenas tinham comportamentos desordeiros.

No estrangeiro, a revista americana “Life” publicava uma reportagem (An.4) acerca do sucedido mais tarde, aquando do funeral dos militares portugueses mortos no 4 de fevereiro. Na reportagem vem descrito tudo o que aconteceu no funeral, desde os comentários ofensivos feitos pelos indígenas enquanto enterravam os corpos, até à repressão policial violenta exercida sob os nativos. A revista ainda afirma, que a autoridade portuguesa foi certamente

abalada, e que o isolamento internacional de Portugal na segunda guerra mundial não lhe valeu de nada.

5. A suspensão do Jornal do Fundão: O caso da atribuição do Prémio de Novelística a Luandino Vieira

Luandino Vieira é um escritor que apesar de ter nascido em Portugal, em Vila Nova de Ourém, foi para Angola muito cedo. Mais tarde, quando começam também a surgir os movimentos independentistas contra a colonização, o escritor integra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Logo no início da Guerra Colonial, em 1961, Luandino Vieira foi condenado a 14 anos de prisão no Tarrafal, devido ao facto de integrar o MPLA, o que o regime de Salazar considerou ser atividade subversiva contra o Estado Novo. A sua obra sensibilizou vários habitantes das colónias, para a luta pela descolonização e contribuiu para o surgimento de diferentes movimentos independentistas.

Durante o tempo em que esteve preso no Tarrafal, escreveu o livro “Luuanda”, onde retrata o quotidiano de famílias desfavorecidas nos musseques⁸ angolanos. Uma descrição das vivências nas colónias, diferente das feitas na metrópole, demonstra as relações entre os colonizadores e os colonizados, o racismo existente na época e o poder das classes mais altas, neste caso representadas pelos portugueses.

Devido ao facto de ter escrito a obra enquanto estava no Tarrafal, não tinha possibilidade de a mandar editar, então entregou os escritos à sua esposa, e esta posteriormente, mandou editar o livro que foi mais tarde publicado, em 1963, em Lisboa. Dois anos mais tarde, em 1965, a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), distingue o livro “Luuanda” e Luandino com o Grande Prémio de Novelística, enquanto o escritor continuava a cumprir a pena de 14 anos de prisão no Tarrafal, não tendo por isso conhecimento da atribuição do prémio até sair do campo de concentração.

Em 1965, a Sociedade Portuguesa de Escritores atribui o Grande Prémio de Novelística, ao livro “Luuanda” da autoria de José Luandino Vieira, um dos prémios mais importantes da literatura na época. Alguns meios de comunicação, como o Jornal República (An.5), o Jornal do Fundão (An.6), o Diário de Lisboa

⁸ Bairro, geralmente de construções precárias, nos arredores de uma cidade, onde habitam os moradores menos favorecidos. "musseque", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/musseque> [consultado em 11-02-2021].

(An.7), o ABC- Diário de Angola (An.8) ou o Diário da Manhã (An.9), entre outros, noticiaram este acontecimento, de maneiras distintas. Porém, esta divulgação por parte dos jornais da metrópole e das colónias desencadeou uma repressão profunda por parte do regime, devido ao facto de o Grande Prémio de Novelística ter sido atribuído a um livro cujo escritor era considerado um opositor do regime e por isso estava a cumprir uma pena de prisão. Em Maio de 1965, devido à atribuição desse prémio, a Sociedade Portuguesa de Escritores foi assaltada pela Legião Portuguesa, - instituição ao serviço do Estado Novo-, e posteriormente, encerrada pela PIDE.

Para além do encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, o regime iniciou também uma repressão aos meios de comunicação, neste caso aos jornais que noticiaram a atribuição do prémio e dirigiram elogios feitos a Luandino Vieira e ao livro “Luuanda”. Um dos grandes exemplos desta repressão e da censura foi o Jornal do Fundão, que na sua edição de 23 de Maio de 1965, no Suplemento Literário das Artes e do Espetáculo “Argumentos”, publicou a notícia “Isabel Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio” (Jornal do Fundão, 1965, p.5). A notícia refere a atribuição de três importantes prémios literários: Prémio Camilo Castelo Branco (Romance); Grande Prémio da Novela; Grande Prémio do Ensaio, e deu grande destaque ao livro “Luuanda” e ao seu autor Luandino Vieira, que estava detido no Tarrafal por ações subversivas contra o regime.

Em algumas passagens da notícia do Jornal do Fundão, percebe-se o destaque dado à atribuição do prémio a Luandino Vieira, porque era nesse facto que se encontrava a novidade, ou seja, o foco principal da notícia, a atribuição de um importante prémio a um preso político. Ao longo da notícia foram evidenciados os prémios individualmente, acompanhados por uma pequena explicação ou do livro em questão ou do autor.

A parte dedicada a Luandino Vieira começa no parágrafo cinco da notícia que deu origem à suspensão, onde o Jornal do Fundão (JF) faz uma apresentação completa e pormenorizada do escritor. Aqui o JF, faz uma espécie de biografia de Luandino Vieira, evidenciando a sua atividade literária, que começou “(...) em O Estudante, órgão dos alunos do Liceu de Luanda” (Jornal do Fundão, 1965, p.5), e “de 1957 a 1960 aparece integrado numa camada de novos escritores angolanos que elaboraram «Cultura», jornal literário da Sociedade Cultural de Angola” (Jornal do Fundão, 1965, p.5), para além disto, a notícia ainda refere as obras

literárias do escritor. Porém, o que pode ter incomodado o regime, para além do facto de o JF fazer uma pormenorização da vida deste escritor, foi a opinião elogiosa que Alexandre Pinheiro Torres, - editor na época do Suplemento “Argumentos” -, expôs no Diário de Lisboa acerca do livro premiado, a qual é destacada pelo JF:

“ Três histórias que são (...) três obras-primas do nosso conto contemporâneo, e a enorme e imprevista revelação de um escritor de sensibilidade excepcional e de notável capacidade de criação dum estilo...É n`A Estória do Ladrão e do Papagaio, que desde já considerado digna de figurar sem desdouro ao lado das melhores de José Cardoso Pires de Jogos de Azar, ou das melhores de Manuel da Fonseca de O Fogo e as Cinzas (e que maior elogio poderia eu fazer-lhe?), é nessa «estória» que Luandino Vieira nos dá prova das suas extraordinárias possibilidades, etc.” (Jornal do Fundão, 1965, p.5)

Este género de opiniões elogiosas e a descrição pormenorizada, que o JF dedica a um preso político não eram vistas com bons olhos pelo regime de Salazar. Dias antes de circular esta edição do JF, a 21 de Maio de 1965, os Serviços de Censura tinham proibido qualquer menção ao prémio de novelística atribuído ao livro “Luuanda” de Luandino Vieira. Mesmo assim o JF não só fez menção aos prémios, como destacou o escritor. Esta divulgação por parte deste jornal regional passou a primeira vez no crivo da censura, sendo que esta edição do JF chegou a ser publicada, porém depois dos Serviços de Censura repararem na notícia, suspenderam o JF, dando como justificação que uma outra notícia publicada na mesma edição, com o título “50 Anos”(An.10) (Jornal do Fundão, 1965, p.1) da autoria de Fernando Ferraz, acerca do 50º Aniversário do Seminário do Fundão, não tinha sido apresentada à censura, e assim o jornal ficaria suspenso durante seis meses, sem poder publicar uma única informação.

6. Processo de suspensão do Jornal do Fundão

A Direção dos Serviços de Censura depois de verificar novamente a edição de 23 de maio de 1965 do Jornal do Fundão (JF), encaminha um comunicado à Delegação de Castelo Branco, a 24 de Maio de 1965, informando a mesma da suspensão do JF, por tempo indeterminado. A 26 de maio de 1965, a Delegação de Castelo Branco envia para a redação do JF, um outro comunicado (An.11):

“Em virtude de comunicação da Direção dos Serviços de Censura, em ofício confidencial de 24 do corrente, informo V. Ex^a de que o «Jornal do Fundão» deve considerar-se suspenso desde já, até decisão definitiva do assunto que à suspensão deu origem”. (Delegação de Castelo Branco, 1965)

Assim, o JF fica suspenso por tempo indeterminado, e sem sequer conhecer o motivo que deu origem à interrupção da sua atividade jornalística. Só a 7 de junho de 1965, é enviado ao JF um documento que indica as publicações que após averiguação por parte da Direção Serviços de Censura, não tinham sido visadas pela censura aquando da publicação da edição de 23 de maio de 1965.

O documento refere que “o artigo «Beira Baixa-província decadente-sem boas estradas não há progresso»” (An.12) “a notícia «Oito milhões de contos para obras públicas»” (An.13), “o artigo «50 anos»” (An.14) “na secção «Com licença...» as cartas ao diretor, sob os títulos de: -«Paul- terra esquecida» (An.15) e « Belmonte e o ensino primário»” (An.16) e “todas as notícias, informações e tudo o mais que consta da totalidade de páginas 8” (An.17) (Direção dos Serviços de Censura, 1965), não tinham sido visadas pela censura.

Segundo o documento, também não tinham sido visadas pela censura, “as várias notícias e artigos constantes na sua totalidade, das páginas 1,2 e 3 do 2º. Caderno (An.18) do mencionado nº. desse jornal” (Direção dos Serviços de Censura, 1965), foram ainda mencionadas outras publicações desse mesmo caderno, que corresponde ao “Correio da Covilhã”,-parte constituinte do JF, até hoje, nomeadamente, notícias e artigos que compunham a página sete, tais como “ Comentário (continuação da 8ª. página)” , “O Cinquentenário do Seminário do Fundão (continuação da 3ª página)”, “Vida Municipal de Castelo Branco (continuação da 8ª. página), “Comemoração do Dia do Lusito (continuação da 8ª. página) e “Festa anual dos antigos alunos do Liceu de Castelo Branco (continuação da 8ª. página)” (Direção dos Serviços de Censura, 1965). O documento enviado ao Jornal do Fundão, indica ainda que “(...) a páginas 4 e 5 do 1º. caderno, inseriu um

suplemento literário sob o título de «Argumento», dirigido pelo Dr. Alexandre Pinheiro Torres, do qual, a páginas 1 e 3 do mesmo caderno, se faz rasgado elogio” (Direção dos Serviços de Censura, 1965).

Nesta passagem a Direção Geral dos Serviços de Censura, refere-se à notícia acerca da atribuição de prémios pela Sociedade Portuguesa de Escritores, onde o JF faz um elogio a Luandino Vieira e à obra premiada “Luuanda”, e acrescenta que:

“(…) o Dr. Alexandre Pinheiro Torres, que dirigiu o citado suplemento literário, foi um dos membros do júri da Sociedade Portuguesa de Escritores, já dissolvida e extinta, que atribuiu o prémio de novelística ao já aludido traidor e terrorista, Luandino Vieira, o que é circunstância agravante do procedimento adotado por esse jornal”. (Direção dos Serviços de Censura, 1965)

A Direção dos Serviços de Censura indica ainda uma falta de “colaboração” do Jornal do Fundão para com aqueles Serviços, “revelada, quer através de 16 anotações disciplinares, constantes do respetivo registo, correspondentes a faltas diversas, quer, no que se refere agora e muito especialmente, ao «suplemento literário» (...)”.

A 14 de junho de 1965, ao JF é enviado outro pedido (An.19) por parte da Direção dos Serviços de Censura, para que o JF remetesse as provas dos artigos e notícias, referidos no documento anterior, que não tinham sido visados pela censura (Direção dos Serviços de Censura, 1965). No dia 15 de junho, em resposta ao primeiro documento que indica as publicações que, segundo a Direção de Serviços de Censura, não tinham sido visadas, o diretor do JF, - na época António Paulouro, - envia aos Serviços de Censura um documento, onde refere os argumentos para a não prestação de provas antes de a edição de 23 de maio de 1965 ter sido publicada.

António Paulouro apresenta diversas justificações: primeiro “o diretor do jornal ter estado ausente do Fundão por motivos de saúde mais de duas semanas, de os serviços do jornal terem entretanto estado paralisados”, “a aglomeração de documentos de toda a ordem que se encontram na redação”, a “prática constantemente seguida há muito no «Jornal do Fundão» arquivar apenas as provas que têm cortes (...) a exemplo do que se passa com os números anteriores, as provas tenham sido destruídas por qualquer empregado do jornal ou por qualquer outra pessoa”, ou que “as provas tenham sido visadas nos Serviços de Censura mas não tenham chegado a dar entrada na redação” (Paulouro, 1965), dando ainda como garantido que “todo o jornal foi enviado aos Serviços de

Censura, em provas de granel ou de página, e só foi impresso depois de visado” (Paulouro, 1965).

Por fim, o diretor do JF faz referência à única notícia que realmente não tinha sido visada pelos Serviços de Censura, por ter sido colocada já na hora de fecho do jornal, “Oito milhões de contos para obras públicas”, o diretor menciona que “submeter tal original à Censura seria uma simples formalidade, porque é evidente que nada, em tal notícia poderia merecer reparo”(Paulouro, 1965), sendo que se trata de “uma notícia verdadeira, e as opiniões que nela se expendem são as de uma franca homenagem ao Ilustre titular da pasta das Obras Públicas” (Paulouro, 1965).

António Paulouro acrescenta ainda que “a falta cometida reduz à transgressão de uma formalidade, mas espera-se que se reconheça que a tal infração não podem ser atribuídos propósitos políticos ou intenções dolosas” (Paulouro, 1965). Ou seja, a inclusão de uma notícia à última hora sem ser visada, não poderia constituir motivo para a suspensão do JF, por isso o diretor remata dizendo que “requer a V. Ex^a se digne ordenar o imediato levantamento da suspensão, autorizando a publicação do jornal já na próxima semana” (Paulouro, 1965). A resposta a este pedido de levantamento da pena de suspensão só foi recebida a 23 de julho de 1965, tendo sido negado por parte dos Serviços de Censura e a pena prevaleceu, podendo ser retirada por ordem superior. Porém, este não foi o caso, já que a 20 de outubro de 1965, o JF recebe outra notificação (An.20) que apresenta a negação do recurso hierárquico.

Só a 26 de junho de 1965, o JF recebe uma notificação por parte da Direção dos Serviços de Censura, onde “(...) com o disposto no artigo 9º. do Decreto nº. 26.589, de 14 de maio de 1936, é ao seu jornal aplicada a pena de suspensão por 180 (cento e oitenta) dias” (Direção dos Serviços de Censura, 1965). A justificação dada pela Direção dos Serviços de Censura foi o facto de o JF:

“(…) ter publicado no seu nº. 984, Ano XX, de 23 de Maio próximo passado, notícias altamente inconvenientes para o País e para um jornal português e ainda pelo seu procedimento não colaborante e prejudicial relativamente a estes Serviços de Censura (...)” (Direção dos Serviços de Censura, 1965)

A Direção dos Serviços de Censura considerou que o comportamento deste meio de comunicação foi “de extrema gravidade (...) e atentatório da idoneidade da função de carácter público que a Imprensa exerce (...)” (Direção dos Serviços de Censura, 1965). Do processo disciplinar endossado ao JF, a notificação fazia chegar as seguintes conclusões, não tinha ficado “(...) concreta e inequivocamente provado

que vários artigos e páginas (...) tenham sido visadas pela Censura”, “ (...) o jornal não tem sido colaborante com estes Serviços”, tal como se verificou aquando da publicação da edição de 23 de maio de 1965, “ (...) quer ainda pelo que consta do seu registo disciplinar, quer por não ter solicitado autorização para a publicação do suplemento literário”, e por último, “(...) o jornal não procurou evitar, como poderia e deveria ter feito, a distribuição do referido n.º. 984” (Direção dos Serviços de Censura, 1965).

Durante o período em que o JF esteve suspenso, várias entidades e particulares endereçaram diversos telegramas ao Governador Civil, e inclusive até, ao Presidente do Conselho, com pedidos de levantamento da pena de suspensão colocada sob o JF. Telegramas (An.21) enviados para António Oliveira Salazar, com mensagens como “ousar pedir justa revisão caso suspensão Jornal local”; telegramas (An.22) enviados da parte de mães de soldados que combatiam no Ultramar, que escreviam mensagens como “(...) Jornal do Fundão sempre e é grande amigo dá apoio moral soldados Ultramar defendem nossa querida Pátria”; outros (An.23) enviados da parte de grupos de pessoas, que se juntavam para assinar documentos a pedir o levantamento da suspensão; entidades públicas, como a Associação Desportiva do Fundão (An.24) e a Junta de Freguesia do Fundão (An.25), enviaram telegramas para o Presidente do Conselho e para o Governador Civil, a solicitar o levantamento da suspensão imposta ao JF , considerado um “prestigioso órgão Imprensa regional com grandes serviços prestados à Beira Baixa e ao País”.

O próprio Diretor do JF enviou uma carta (An.26) ao Presidente do Conselho, considerando injustas todas as medidas discriminatórias e exigindo que fosse executado “ um inquérito à ação da censura especial que tem prejudicado o «Jornal do Fundão»”; que aquele jornal passasse “a ser visado na Delegação de Censura de Castelo Branco, em igualdade de condições com os demais jornais daquele distrito”; que cessassem “por ilegais e injustas, todas as medidas discriminatórias contra o «Jornal do Fundão»” (Paulouro, 1965).

Parte II. Estudo Empírico

1. Metodologia e desenho de investigação

Como já foi explicado ao longo do enquadramento teórico e do enquadramento histórico apresentados nesta dissertação, a história do jornalismo não foi sempre exemplar. Exemplo disso foi a censura imposta à imprensa no regime de António de Oliveira Salazar, durante mais de 40 anos. Com a atividade jornalística controlada desta forma, a ação dos jornalistas tornava-se mais complexa, sendo que não conseguiam cumprir a sua real função, ou seja, transmitir à sociedade a informação de acordo com a realidade. Com a sua função limitada, os jornalistas portugueses da época do regime salazarista, optaram por fazer críticas nas entrelinhas, ou então, em publicações cujo tema nada tinha a ver com a crítica dissimulada no texto.

Para a minha investigação, optei por um jornal regional, o Jornal do Fundão (JF), que foi alvo de suspensão durante seis meses a mando dos Serviços de Censura de Salazar. O JF foi fundado em 1946 por António Paulouro e por isso, surgiu quando o regime de Salazar estava já instaurado, e quando os Serviços de Censura já funcionavam, atuando em todo o país através das diversas delegações situadas nos distritos. Em 1965, é suspenso durante seis meses, devido à publicação de uma notícia referente a uma atribuição de prémios literários realizada pela Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), em que a mesma concede o Grande Prémio de Novelística, a Luandino Vieira, que na época estava no Tarrafal como preso político.

Foram muitas as publicações, entre elas artigos de opinião e notícias, do Jornal do Fundão, durante o período analisado, onde os colaboradores integraram a crítica dissimulada ao poder político, não só em publicações relacionadas apenas com temas políticos, mas também em vários outros assuntos, que por vezes, em nada se relacionavam com a política propriamente dita. A fim de compreender melhor o contexto da escrita jornalística durante o regime salazarista, recolhi nas instalações do jornal, através de material fotográfico, 24 edições respeitantes a períodos, antes da suspensão⁹, e depois do reaparecimento¹⁰. Sendo que o jornal é um semanário, decidi apenas incluir, uma edição do início, do meio e do fim de cada mês. Em relação ao *corpus* de análise, priorizei os artigos e outras publicações críticos do poder político das primeiras e últimas páginas das edições, porque é onde se encontram as publicações mais importantes de um jornal, na capa e

⁹ 10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965

¹⁰ 28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966

contracapa, e por isso onde provavelmente iria encontrar conteúdo com uma intensidade crítica maior.

Sendo este capítulo destinado à metodologia e desenho da investigação, aqui vai ser explicado tudo o que vai permitir a compreensão da análise de resultados, os problemas, os objetivos, as hipóteses, a população e a respetiva amostra, assim como os métodos e técnicas de investigação que permitiram a realização da pesquisa.

2. Problema

O problema que esta pesquisa empírica pretende solucionar é o seguinte: “Quais as diferenças da escrita jornalística nos artigos críticos do Jornal do Fundão, nos períodos antes da suspensão e depois do seu reaparecimento?”. Deste problema que decorre da pesquisa empírica, surgem, como é natural, outras questões, que pretendem explicar melhor, e mais corretamente, o objetivo desta investigação:

Q1. Quais foram os temas nas publicações da amostra que possuíam uma intensidade crítica maior?

Q1.1 Os temas mais criticados mudaram de um período para o outro?

Q2. Quais foram os temas nas publicações da amostra que possuíam uma intensidade crítica menor?

Q2.1 Os temas menos criticados mudaram de um período para o outro?

Q3. Qual a intensidade crítica que predominou nas publicações da amostra?

Q3.1 A intensidade crítica das publicações da amostra foi diferente de um período para o outro?

Q4. O contexto da crítica nas publicações da amostra alterou-se de um período para o outro?

3. Objetivos e hipóteses

Esta pesquisa empírica tem como principal objetivo verificar as diferenças da escrita jornalística crítica do Jornal do Fundão, após uma atuação dos Serviços de Censura, neste caso uma suspensão de seis meses. Para o efeito foram selecionadas 24 edições, referentes ao período antes da suspensão do Jornal do Fundão, e ao período depois do reaparecimento do Jornal do Fundão. Tendo em conta também a contextualização histórica da investigação, acabei por formular as seguintes hipóteses e sub- hipóteses:

H1. A ação de suspensão dos Serviços de Censura foi relevante para o Jornal do Fundão, que se pode traduzir nos seguintes tópicos:

H1.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento do jornal é menor.

H1.2 Os temas com maior intensidade crítica alteram-se no reaparecimento do Jornal do Fundão.

H1.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica altera-se depois do reaparecimento do jornal.

H2. A ação de suspensão dos Serviços de Censura não teve qualquer relevância para o Jornal do Fundão, que se pode traduzir nos seguintes tópicos:

H2.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento não se alterou.

H2.2 Os temas com maior intensidade crítica mantiveram-se os mesmos.

H2.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica manteve-se o mesmo.

H3. A ação de suspensão dos Serviços de Censura teve relevância para o Jornal do Fundão apenas nas primeiras edições depois do reaparecimento do jornal, o que se pode traduzir nos seguintes tópicos:

H3.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento do jornal, apenas é menor nas publicações das primeiras edições.

H3.2 Os temas com maior intensidade crítica desaparecem das primeiras edições, depois do reaparecimento do jornal.

H3.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica apenas se altera nas primeiras edições, depois do reaparecimento do jornal.

4. *Corpus e amostra*

A pesquisa empírica desta dissertação passou pela análise dos artigos de opinião e outras publicações críticas do poder político, presentes nas primeiras e últimas páginas de 24 edições do Jornal do Fundão, referentes aos períodos antes da suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965), e depois do reaparecimento do jornal (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966). O propósito foi analisar as mudanças da escrita jornalística no Jornal do Fundão de um período para o outro, tendo em conta o ato de suspensão levado a cabo pelos Serviços de Censura do regime salazarista, que impediu o jornal de realizar quaisquer publicações durante seis meses.

Para a seleção das respetivas edições para análise, e uma vez que o Jornal do Fundão é semanal, optou-se por, no período antes da suspensão, eleger por cada mês duas edições, - sendo que os dias foram escolhidos aleatoriamente, - uma a meio do mês e outra no final, começando em janeiro de 1965, e terminando no mês de maio de 1965, na edição que deu origem à suspensão do jornal. No período depois do reaparecimento, optou-se de no início do ressurgimento eleger três edições por mês, com o intuito de se observar melhor as mudanças, e a partir do mês de Fevereiro de 1966 optou-se por voltar ao critério tomado no período antes da suspensão. Neste período iniciou-se a seleção no mês de novembro, na edição correspondente ao ressurgimento, terminando no mês de abril de 1966, considerando que as edições fossem suficientes, para sustentar a investigação. Para o efeito, foram então escolhidas as seguintes edições:

Antes da suspensão:

1. Edição de 10 de Janeiro de 1965 (nº 965)
2. Edição de 31 de Janeiro de 1965 (nº968)
3. Edição de 14 de Fevereiro de 1965 (nº970)
4. Edição de 28 de Fevereiro de 1965 (nº972)
5. Edição de 14 de Março de 1965 (nº974)
6. Edição de 28 de Março de 1965 (nº976)
7. Edição de 11 de Abril de 1965 (nº978)
8. Edição de 25 de Abril de 1965 (nº980)
9. Edição de 16 de Maio de 1965 (nº983)
10. Edição de 23 de Maio de 1965 (nº984)

Depois do Reaparecimento:

1. Edição de 28 de Novembro de 1965 (nº985)
2. Edição de 5 de Dezembro de 1965 (nº986)
3. Edição de 19 de Dezembro de 1965 (nº988)
4. Edição de 26 de Dezembro de 1965 (nº989)
5. Edição de 2 de Janeiro de 1966 (nº990)
6. Edição de 16 de Janeiro de 1966 (nº992)
7. Edição de 30 de Janeiro de 1966 (nº994)
8. Edição de 6 de Fevereiro de 1966 (nº995)
9. Edição de 13 de Fevereiro de 1966 (nº996)
10. Edição de 27 de Fevereiro de 1966 (nº998)
11. Edição de 13 de Março de 1966 (nº1000)
12. Edição de 27 de Março de 1966 (nº1002)
13. Edição de 17 de Abril de 1966 (nº1005)
14. Edição de 24 de Abril de 1966 (nº1006)

Para a análise qualitativa, optou-se apenas por eleger as publicações onde no jornal se revela o motivo da suspensão do mesmo durante seis meses, e aquelas onde se denota ainda a revolta que essa ação provocou na redação do Jornal do Fundão:

1. “Isabel Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio”¹¹
2. “Reflexões sobre a amizade”¹²
3. “Eles esperam por nós!”¹³
4. “Um Natal em cada coração- Eles esperam por nós”¹⁴
5. “A Funda: A verdade dita mil vezes”¹⁵

¹¹ Edição de 23 de Maio de 1965 (nº984) (5ª pág.)

¹² Edição de 5 de Dezembro de 1965 (nº986) (1ª pág. cont. na 8ª pág.)

¹³ Edição de 5 de Dezembro de 1965 (nº986) (1ª pág. cont. na 6ª pág.)

¹⁴ Edição de 19 de Dezembro de 1965 (nº988) (1ª pág. cont. na 6ª pág.)

¹⁵ Edição de 13 de Março de 1966 (nº1000) (1ª pág. cont. na 17ª pág.)

5. Métodos e técnicas de investigação

Para então responder a todas as questões impostas pela investigação e também confirmar as hipóteses formuladas, o conteúdo da amostra foi analisado, a nível quantitativo e qualitativo.

Quanto à metodologia quantitativa, pretendeu-se organizar os artigos de opinião e outras publicações críticas do poder político, por temas genéricos, numa tabela, a fim de se verificar quais os temas, onde se escreveu mais críticas. Os temas que permitiram a organização dos artigos foram: desenvolvimento do interior, que inclui todos os artigos críticos que estejam associados a problemas que surgissem na região do interior; Cultura, para todos as publicações associadas a literatura, ou qualquer outra temática relacionada com a cultura; Crítica às entidades locais, para os artigos que possuíssem algum tipo de crítica às autarquias, ou outras entidades associadas ao poder político local; Religião; Análise Política, para artigos com conteúdo relacionado com política; Crítica social, para publicações associadas a problemas sociais; Crítica Política, para artigos associados a críticas dissimuladas ao regime; Relação com o público, para publicações com conteúdo relativos à relação do Jornal do Fundão com o seu público; Internacional, para artigos com assuntos fora de Portugal, porém que não deixavam de se articular com a realidade portuguesa; Emigração, para publicações relacionadas com a emigração, que era um tema bastante delicado na época; e Colonialismo, outro dos temas estritamente proibido pelos Serviços de Censura.

Em seguida, e também a nível quantitativo, dispuseram-se os artigos por períodos de análise, antes da suspensão, e depois do reaparecimento, em quadros-síntese, com as respetivas sinopses. Era também importante criar níveis de intensidade crítica que permitissem, quantificar as publicações em relação à sua força crítica. Para o efeito, foram criados três níveis de intensidade crítica:

1. Nível Pouco Crítico;
2. Nível Crítico;
3. Nível Muito Crítico.

O primeiro nível corresponde a artigos que possuem críticas relacionadas apenas com assuntos ou temáticas que não detinham grande relevância para o poder político; o segundo nível, corresponde a artigos que já possuem críticas a temáticas que para o poder político detinham alguma relevância; o terceiro e

último nível, destina-se a artigos que possuem uma crítica bastante evidente ao poder político.

Já em relação à metodologia qualitativa, optou-se por analisar os diversos constituintes presentes nas publicações: as fotografias, os títulos, a estrutura das publicações e o contexto crítico, ou seja, aquilo que motivou a crítica. Esta análise irá incidir na publicação que deu origem à suspensão do Jornal do Fundão, nas publicações iniciais depois do reaparecimento do jornal, que estão relacionadas com a suspensão propriamente dita, e com as suas consequências.

As duas análises evidenciadas nos parágrafos anteriores serão tratadas no capítulo seguinte, e apresentadas da seguinte forma: em primeiro lugar, os dados quantitativos relativos à temática com maior número de crítica, e aos níveis de intensidade crítica, com a exposição das referidas tabelas e quadros-síntese. Em segundo lugar, a análise qualitativa, de cada publicação individualmente. E no final, as conclusões que irão evidenciar as diferenças da escrita jornalística de um período para o outro.

6. Análise de resultados

Como já foi mencionado anteriormente, este capítulo vai centrar-se na apresentação dos resultados encontrados durante a pesquisa empírica realizada. Esta apresentação dos resultados obtidos vai ser dividida em duas partes, a primeira vai corresponder à análise quantitativa, ou seja, à divisão dos artigos críticos do poder político em temas genéricos, e a respetiva intensidade crítica que lhes está associada. Na segunda parte, apresentam-se os resultados da análise qualitativa, que correspondem aos dados obtidos através da análise macro semântica ou estrutural, onde foram identificadas as macroestruturas e tópicos principais de cada artigo crítico selecionado na amostra, referida anteriormente. Para análise dos resultados foram averiguadas, 24 edições, das quais foram selecionados, 60 artigos críticos presentes nas primeiras e últimas páginas do Jornal do Fundão (JF), que são agora traduzidos em números e em dados qualitativos, e que vão demonstrar quais as mudanças operadas no JF, de um período de tempo para outro.

6.1 Análise quantitativa

Tornou-se fundamental colocar em primeiro lugar a análise quantitativa, uma vez que seria necessário quantificar os artigos críticos por temas genéricos para se compreender quais seriam as temáticas mais presentes nos artigos críticos do poder político, e também para perceber, qual a intensidade crítica que mais predominou nos dois períodos de tempo em análise. Assim sendo, apresenta-se de seguida a tabela, com a organização dos artigos críticos por temas genéricos, seguido da explicação da mesma em termos numéricos, posteriormente, seguem os quadros-síntese com a respetiva intensidade crítica, e a explicação dos mesmos em termos numéricos. Esta análise quantitativa, analisou todos os artigos críticos contidos nas primeiras e últimas páginas, das 24 edições do Jornal do Fundão, em termos das temáticas¹⁶ e da sua intensidade crítica, dividida em níveis distintos¹⁷.

¹⁶ Desenvolvimento do interior; Cultura; Crítica às entidades locais; Religião; Análise Política; Crítica social; Crítica Política; Relação com o público; Internacional; Emigração e Colonialismo.

¹⁷ Nível 1- Pouco Crítico; Nível 2- Crítico; Nível 3- Muito Crítico.

6.1.1 Tabela de temas genéricos

Desenvolvimento do Interior	Cultura	Crítica às entidades locais	Religião	Análise Política	Crítica Social	Crítica Política	Relação com o Público	Internacional	Emigração	Colonialismo
“Por uma política de população” ¹⁸	Rúbrica: “Publicações Recebidas” ¹⁹	Rúbrica: “Reparo” ²⁰	“A igreja em temo de Concílio” ²¹	“Um Homem” ²²	“Nos domínios da economia: Quando poderemos dispensar as lições dadas por estrangeiros?” ²³	“Temas da história: Tibério e a Personalização do Poder” ²⁴	“Reflexões sobre a amizade” ²⁵	Rúbrica: “Crónica Internacional: Crime Continuado” ²⁶	“Carta de França a todos os Portugueses” ²⁷	Suplemento Literário: “Argumentos” ²⁸
“Para uma política de população” ²⁹	“Nos 25 anos da publicação de «Gaibéus»” ³⁰	“A Gardunha zona de turismo” ³¹	“A polícia deteve alguns membros de congregação chamada «as testemunhas de Jeová»” ³²	“Crítica construtiva e crítica destrutiva” ³³	Rúbrica: “Instantâneos da vida” ³⁴	“Crónica do Brasil: A triste brasileira e a outra” ³⁵	“Eles esperam por nós!” ³⁶			
“Pontos de vista” ³⁷	Página Cinematográfica: “Enquadramento” ³⁸			“Cinco beirões de Paris e o «Jornal do Fundão»” ³⁹	“Questões do Nosso Tempo: Fome – 1966” ⁴⁰					

¹⁸ Edição de 10 de Janeiro (nº965), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Dr. José Fernando Nunes Barata

¹⁹ Edição de 10 de Janeiro (nº965), (6ª pág.). Jornal do Fundão; Edição de 28 de Fevereiro (nº972), (6ª pág.). Jornal do Fundão.

²⁰ Edição de 10 de Janeiro (nº965), (12ª pág. cont. na 9ª pág.). Jornal do Fundão; Edição de 31 de Janeiro (nº968), (12ª pág.). Jornal do Fundão

²¹ Edição de 31 de Janeiro (nº 968), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Padre A. Jorge

²² Edição de 31 de Janeiro (nº968), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Rolão Preto

²³ Edição de 10 de Janeiro (nº965), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). José Antunes

²⁴ Edição de 14 de Março (nº 974), (14ª pág. cont. na 11ª pág.). A.S. Taborda

²⁵ Edição de 5 de Dezembro (nº986), (1ª pág. cont. na 8ª pág.). Jornal do Fundão

²⁶ Edição de 14 de Março (nº974), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Observador

²⁷ Edição de 11 de Abril (nº978), (7ª pág.). Artur G. Fatela

²⁸ Edição de 23 de Maio (nº984), (5ª pág. cont. na 6ª pág.). Manuel Ferreira

²⁹ Edição de 31 de Janeiro (nº968), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Dr. José Fernando Nunes Barata

³⁰ Edição de 14 de Fevereiro (nº 970), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). José Carlos de Vasconcelos

³¹ Edição de 25 de Abril (nº980), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Rolão Preto

³² Edição de 28 de Março (nº976), (14ª pág.). Jornal do Fundão

³³ Edição de 28 de Fevereiro (nº972), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Nuno Teixeira Neves

³⁴ Edição de 14 de Fevereiro (nº970), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). Padre José Vicente; Edição de 28 de Fevereiro (nº972), (1ª pág. cont. na 12ª pág.). Padre José Vicente

³⁵ Edição de 13 de Março (nº1000), (1ª pág. cont. na 17ª pág.). Arnaldo Saraiva

³⁶ Edição de 5 de Dezembro (nº 986), (1ª pág. cont. na 6ª pág.). Jornal do Fundão

³⁷ Edição 28 de Novembro (nº985), (12ª pág.). Jornal do Fundão

³⁸ Edição de 26 de Dezembro (nº989), (8ª pág.). Jornal do Fundão

³⁹ Edição de 26 de Dezembro (nº989), (1ª pág. cont. na 13ª pág.). Rolão Preto

⁴⁰ Edição de 16 de Janeiro (nº992), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). Spectator

“A Beira Baixa-potencialidades e realizações (1): Desenvolvimento ou Despovoamento” ⁴¹	Rubrica: “A Funda” ⁴²			“José Ramalho” ⁴³	“Viver! O funcionalismo público e as exigências da vida moderna” ⁴⁴					
“A população do Concelho do Fundão (1950-1960) - III: A variação populacional nos centros urbanos e nas freguesias do Concelho” ⁴⁵	Secção “Artes e Letras” ⁴⁶				Rúbrica “A Funda” ⁴⁷					
“A valorização do Concelho do Fundão” ⁴⁸	Rúbrica: “Animatógrafo” ⁴⁹									
“A oportunidade do turismo” ⁵⁰										

⁴¹ Edição de 19 de Dezembro (nº988), (1ª pág. cont. na 6ª pág.). Jornal do Fundão

⁴² Edição de 30 de Janeiro (nº994), (1ª pág. cont. na 13ª pág.). Artur Portela Filho; Edição de 13 de Fevereiro (nº995), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). Artur Portela Filho; Edição de 27 de Fevereiro (nº998), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). Artur Portela Filho; Edição de 13 de Março (nº1000), (1ª pág. cont. na 17ª pág.). Artur Portela Filho; Edição de 17 de Abril (nº1005), (1ª pág. cont. na 4ª pág.). Artur Portela Filho

⁴³ Edição de 11 de Abril (nº978), (16ª pág. cont. na 13ª pág.). Américo Ribeiro

⁴⁴ Edição de 6 de Fevereiro (nº995), (1ª pág. cont. na 13ª pág.). Rolão Preto

⁴⁵ Edição de 16 de Janeiro (nº992), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). José Salvado Sampaio

⁴⁶ Edição de 13 de Março (nº1000), (11ª pág.). Jornal do Fundão

⁴⁷ Edição de 27 de Março (nº1002), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). Artur Portela Filho; Edição de 24 de Abril (nº 1006), (1ª pág. cont. na 11ª pág.). Artur Portela Filho

⁴⁸ Edição de 30 de Janeiro (nº994) e Edição de 6 Fevereiro (nº 995), (1ª pág. cont. na 13ª pág.) (1ª pág. cont. na 13ª pág.). José Salvado Sampaio

⁴⁹ Edição de 17 de Abril (nº1005), (1ª pág.). José Vaz Pereira

⁵⁰ Edição de 17 de Abril (nº1005), (1ª pág. cont. na 9ª pág.). Dr. José Fernando Nunes Barata

Como podemos observar através da tabela que contém a organização dos artigos críticos do poder político, correspondentes às 26 edições do Jornal do Fundão selecionadas para a investigação, pode-se verificar que 10 publicações têm como tema o desenvolvimento do interior, ou seja, abordam questões relacionadas com a melhoria da região do interior. Em relação ao tema Cultura, o Jornal do Fundão publicou um total de 16 artigos críticos, relativos a assuntos derivados da cultura no seu geral. No que concerne ao tema da Crítica às entidades locais, o Jornal do Fundão, ao longo das 26 edições selecionadas para investigação, divulgou 5 publicações, que apresentavam crítica às autarquias, ou outras entidades locais. Quanto ao tema Religião, este meio de comunicação publicou 4 artigos críticos do poder político, que estão relacionados com a ideologia religiosa do regime salazarista.

Relativamente ao tema da Análise Política, o Jornal do Fundão publicou ao longo do período analisado, 6 artigos críticos do poder político, que refletem conteúdos relacionados com a política, e onde se compara formas de governo distintas. Em relação, ao tema genérico da Crítica social, este semanário apresentou 9 artigos críticos do poder político, associados a problemas sociais que assolavam a maior parcela da população portuguesa da época, e mais particularmente, os habitantes da região da Beira Baixa. No tema da Crítica Política, o Jornal do Fundão publicou 4 artigos críticos do poder político, relacionados com a crítica mais indireta ao regime salazarista, à sua ideologia e valores, realizando metáforas com outras formas de governo do passado. No que diz respeito ao tema genérico da relação com o público, o jornal apresentou para o período considerado, 3 artigos críticos do poder político, que abordam questões do relacionamento do meio de comunicação com os leitores, ou até com a opinião pública. Já no que concerne aos temas, Internacional, Emigração e Colonialismo, o Jornal do Fundão apenas publicou para cada um deles 1 artigo crítico do poder político, uma vez que, eram temas mais polémicos do que os restantes, podemos verificar neste parâmetro que estes foram os temas que apresentaram o menor número de artigos críticos do poder político.

Ainda, relativamente à tabela, podemos confirmar que, foi através do tema Cultura, e do tema Desenvolvimento do Interior, que o Jornal do Fundão, efetuou em maior número, críticas ao poder político, tanto a nível local como nacional. Também os temas da crítica social, da análise política e da crítica às entidades locais, revelaram-se importantes nesta instância, uma vez que, apresentam um maior número de artigos críticos, quando comparadas com as restantes temáticas. Já as restantes temáticas, religião, crítica política, relação com o público, internacional, emigração e colonialismo, neste âmbito, não revelam grande

interesse para o Jornal do Fundão, na medida em que, apresentam um menor número de artigos críticos do poder político.

6.1.2 Intensidade crítica no período antes da suspensão do JF

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
“Reparo” - Rúbrica do Jornal do Fundão (c) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O JF expõe o seu desagradado e o da população no geral, em relação ao que se estava a passar na Escola Industrial e Comercial Campos Melo, um abuso de poder por parte de alguns professores, numa altura em que os diretores eram nomeados pelo regime com base no apoio a Salazar. (An.30)
“A igreja em tempo de Concílio” - Padre A. Jorge (d) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor refere-se às conclusões retiradas do último dia da 8ª Sessão do Vaticano II, que liberalizou a Igreja. (An.31)
“Um Homem” - Rolão Preto (e) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor faz um elogio a Winston Churchill e à sua ideologia, sublinhando o compromisso com a democracia. (An.32)

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
Para uma política de população” - Dr. José Fernando Nunes Barata (a) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor defende o desenvolvimento de uma política mais direcionada para o bem-comum. (An.33)
“Reparos” - Rúbrica do Jornal do Fundão (c) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O JF expressa o seu desagradado para com a situação de desleixo por parte das entidades governativas regionais, no que diz respeito, a alguns prédios que ameaçavam ruir na cidade. (An.34)

<p>“Para uma política de população” (II)- Dr. José Fernando Nunes Barata (a) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> O autor propõe uma revolução nos meios rurais, os mais desfavorecidos, em todos os aspetos da vida social. (An.35)
--	--

<p align="center">Período Antes da Suspensão ⁵¹ (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)⁵²</p>	
<p>“Por uma política de população” - Dr. José Fernando Nunes Barata (a) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> O autor fala do decréscimo da taxa de natalidade a nível europeu, e também a nível nacional, e em particular nos distritos do interior do país. (An.27)
<p>Publicações recebidas: “Casa na Duna- romance de Carlos de Oliveira”; “Um auto para Jerusalém- por Mário Cesariny de Vasconcelos”; “Ética e Psicanálise- por Erich Fromm” - Jornal Do Fundão (b) (Nível 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> São destacados três livros, o primeiro de Carlos de Oliveira, um marxista. O segundo de Erich Fromm, um escritor com ideologia também ela marxista. O terceiro da autoria de Mário Cesariny de Vasconcelos, um surrealista e desafeto ao regime. As páginas de

⁵¹ Temas: a) Desenvolvimento do interior; b) Cultura; c) Crítica às entidades locais; d) Religião; e) Análise Política; f) Crítica Social; g) Crítica política; h) Relação com o público; i) Internacional; j) Emigração; k) Colonialismo.

⁵² Níveis de Intensidade Crítica:

1. Pouco crítico;
2. Crítico;
3. Muito Crítico.

	cultura tornam-se uma forma frequente de passar mensagens menos afetas ao regime. (An.28)
“Nos domínios da economia: Quando poderemos dispensar as lições dadas por estrangeiros?” - José Antunes (f) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor fala do facto de Portugal estar na época a dar oportunidades de trabalho a estrangeiros e, conseqüentemente, a não aproveitar os jovens portugueses. (An.29)

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
“Nos 25 anos da publicação de «Gaibéus»” - José Carlos de Vasconcelos (b) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor no seu artigo elogia Alves Redol e o livro “Gaibéus”, a primeira obra neorrealista publicada em Portugal. (An.36)
“Instantâneos da vida: Aleluia! (E os serviços médicos?)” - Padre José Vicente (f) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor defende que “os serviços médicos terão que ser mais acessíveis, prontos e eficientes”, e de seguida enumera vários casos onde os serviços de saúde tinham falhado na região. (An.37)
“As doenças que mais portugueses matam” inquérito na última “Flama” - Jornal do Fundão (f) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • Uma parte do inquérito da revista “Flama”, acerca das doenças que mais matavam os portugueses. (An.38)

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)

<p>“Crítica construtiva e crítica destrutiva” - Nuno Teixeira Neves (e) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O autor apresenta no seu artigo uma reflexão acerca daquilo que as pessoas consideram crítica construtiva e crítica destrutiva. Ao longo do texto, há alusão indireta à censura. (An.39)
<p>“Instantâneos da vida: Três Casos” - Padre José Vicente (f) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O autor descreve três casos de pobreza que espelham também a realidade da população portuguesa, principalmente nos meios rurais. (An.40)
<p>“Publicações recebidas: Os pastores da noite; A morte do cavaleiro; A noite da iguana” (b) (Nível 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Três livros. O primeiro de Jorge Amado. O segundo, do francês Hervé Bazin. E o terceiro, de Tennessee Williams. (An.41)

<p align="center">Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)</p>	
<p>“Nosso Tempo: Os Robinson sem Ilha e A pensão da viúva” - Rúbrica do Jornal do Fundão: J.C (b) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O autor demonstra a realidade de como era viver na província, ou seja, nos meios rurais. Ele destaca a questão da cultura, e que a província não dispunha das manifestações culturais tal como as cidades mais desenvolvidas. (An.45)
<p>“Instantâneos da vida: Aquela mulher é um símbolo” - Padre José Vicente (f) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A história está relacionada com uma mulher que vendia na rua, e que se encontrava numa situação de extrema pobreza. (An.46)
<p>“A polícia deteve alguns membros de congregação chamada «as testemunhas de Jeová» (d) (Nível 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma notícia acerca de uma detenção pela polícia de testemunhas de Jeová. (An.47)

<p align="center">Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)</p>

<p>“O momento político: O discurso do Chefe do Governo” - Rolão Preto (e) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O autor vem defender a ligação dos líderes políticos com a opinião pública. Isso não acontecia em todos os países, e o autor dá o exemplo de Portugal. (An.42)
<p>Crónica Internacional: Crime Continuado” – Observador (i) (Nível 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo tem como tema principal o conflito da Guerra do Vietname, colónia dos EUA, onde os militares americanos entraram em força. Esta crónica é feita numa altura em que Portugal também estava em guerra fora das suas fronteiras europeias. (An.43)
<p>“Temas da História: Tibério e a Personalização do Poder” - A.S. Taborda (g) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O autor conta a história de Tibério e do seu governo em Roma, o imperador “ressentido”, que foi consumido pelo Poder, daí o autor o associar à personalização do Poder. (An.44)

<p align="center">Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)</p>	
<p>“A grande engrenagem” - Nuno Teixeira Neves (e) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo centra-se no livro de Jean Paul Sartre “A Engrenagem”. (An.48)
<p>“Instantâneos da vida: Serranita-mártir- Padre José Vicente (f) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O autor partilha com os leitores a história de uma criança, que trabalhava na construção civil e que acabou tetraplégica. (An.49)
<p>“Carta de França a todos os portugueses” - Artur G. Fatela (j) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo é uma carta de um português emigrado em França, que se dirige aos portugueses, para falar da emigração clandestina. (An.50)

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
“Sim, para quê?” - Jornal do Fundão (c) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor faz uma crítica ao tempo que os CTT demoravam a fazer a entrega do correio. (An.54)
“Neve havia..., mas não havia mais nada!” - Jornal do Fundão (c) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor em dois parágrafos critica a atitude da Comissão Municipal do Turismo, que teria o posto de turismo fechado perante as boas condições que a natureza, e os visitantes lhe ofereceram. (An.55)
“Deterioração?” - Virgílio Couto (a) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O Jornal do Fundão transcreveu nesta edição um artigo com quase vinte anos, que era intemporal. (An.56)

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
“José Ramalho” - Américo Ribeiro (e) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> No artigo o autor faz um elogio a José Ramalho, jornalista covilhanense, republicano e socialista, que na época tinha falecido há cerca de 22 anos. (An.51)
“A Gardunha zona de turismo” - Rolão Preto (c) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> No artigo o autor defende a criação de “uma zona de turismo” na Serra da Gardunha, sendo que considerava essa ação indispensável. (An.52)
“Instantâneos da vida: Quando a mulher tem de trabalhar fora do lar...” - Padre José Vicente (f) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> O autor refere-se à realidade de uma família que já tinha vivido num meio rural, e que estava na época a viver na cidade, e dos problemas sociais ligados a esta situação. (An.53)

Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
“Beira Baixa- província decadente: Sem boas estradas não há progresso” (a) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> O autor enumera os diversos fatores que, na época, contribuíam para a decadência da região da Beira Baixa, como a emigração, e os precários meios de comunicação. (An.57)
“Suplemento Argumentos: Crítica Literária: «As aventuras maravilhosas de João sem Medo» de José Gomes Ferreira” - Prof. Dr. Fernando Mendonça (b) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> O artigo de Fernando Mendonça, surge na primeira página da primeira edição do Suplemento Literário “Argumentos”. O artigo aparece como crítica literária. José Gomes Ferreira era um poeta e

	escritor muito identificado com a oposição. (An.58)
“Constantes da contrarrevolução no século XIX” - Augusto da Costa Dias (b) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • É uma crítica a toda a história da contrarrevolução, que foi um tempo, segundo o autor “na verdade lento e sonolento”. (An.59)
Período Antes da Suspensão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965)	
“O oitavo capítulo de um livro inédito de José Gomes Ferreira: «A memória das palavras» (b) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo é a publicação de um capítulo de uma das obras José Gomes Ferreira com o título “A memória das palavras”. (An.60)
“Um ensaio sobre negritude: I- Negrismo- Fase Preliminar” - Manuel Ferreira (k) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • Refere o problema da Europa na aceitação do negrismo, um movimento de valorização da cultura africana e do Homem negro, surgido nos anos 30 e 40. O tema em plena Guerra Colonial ganha um significado crítico mais acentuado. (An.61)
“Isabel Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio (b) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • Refere a atribuição de três importantes prémios literários. Um deles, a Luandino Vieira, que era militante do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) (An.62)

O quadro-síntese correspondente ao período antes da suspensão do Jornal do Fundão (10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965), refere a intensidade crítica dos artigos críticos do poder político selecionados para a investigação, identificada pelos níveis 1, 2 e 3, que significam, nível pouco crítico, crítico e muito crítico, respetivamente, e também os temas genéricos correspondentes de cada publicação crítica do poder político. Quanto à intensidade crítica, neste período de investigação, como se pode verificar através do quadro-síntese, 8 publicações correspondem ao nível pouco crítico, ou seja, artigos cujas temáticas não apresentavam grande relevância para o poder político. Dos artigos críticos do

período antes da suspensão, 12 correspondem ao nível crítico, ou seja, publicações que detinham crítica a assuntos que já se tinham alguma relevância para o poder político. Para o último nível de intensidade crítica, o nível 3, muito crítico, correspondem 16 artigos críticos do poder político, sendo que estes apresentam críticas bastante explícitas ao poder político. Verificamos através destes dados que, o nível de intensidade crítica que mais predominou no período antes da suspensão do Jornal do Fundão, foi o nível 3, que corresponde aos artigos muito críticos do poder político, o que significa que neste período em questão, o Jornal do Fundão publicava, na sua maioria, artigos muito críticos do poder político, e que por isso tinham uma crítica bem explícita ao regime ou às suas instituições.

Em relação às temáticas dos artigos críticos do poder político, em cada um dos níveis de intensidade crítica, no primeiro nível (pouco crítico), dos 8 artigos, a temática que apresentou um nível de veemência crítica menor, foi a cultura, com 4 artigos de nível 1. Dos 12 artigos que correspondem ao nível 2 (crítico), a temática que apresentou uma maior expressão, foi a crítica às entidades locais, com 4 artigos críticos do poder político, sendo que também aqui a cultura apresenta alguma expressão, com 3 artigos críticos do poder político. Dos 16 artigos correspondentes ao nível 3 (muito crítico), a temática que apresentou um maior número de artigos muito críticos do poder político foi a crítica social, porém o tema desenvolvimento do interior também possui aqui alguma relevância, porque o Jornal do Fundão publicou 3 artigos muito críticos do poder político, assim como a temática da análise política. Neste parâmetro, as restantes temáticas não possuem grande relevância em termos de intensidade crítica, uma vez que, o meio de comunicação publicou, durante este período, poucos artigos relativos a esses conteúdos⁵³.

⁵³ Religião; Crítica Política; Relação com o público; Internacional; Emigração; Colonialismo

6.1.3 Intensidade crítica no período depois do reaparecimento do JF

Período depois do reaparecimento⁵⁴ (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)⁵⁵	
“Pontos de vista” - Jornal do Fundão (a) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo integrado na “Página da Indústria”, demonstra a intenção por parte do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco, para a criação de uma cooperativa de consumo. (An.63)
“Reflexões sobre a amizade” - Jornal do Fundão (h) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O Jornal do Fundão publica este artigo, com o intuito de fazer uma analogia entre aquilo que o Jornal passou durante seis meses, ou seja, momentos difíceis resultantes do encerramento pelo Governo, e o facto de os amigos verdadeiros não se abandonarem. (An.64)
“Eles esperam por nós!” - Jornal do Fundão (h) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O JF demonstra o apreço pelos seus assinantes, que se mostraram solidários durante a suspensão do Jornal. (An.65)
Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)	
“A Beira Baixa- potencialidades e realizações (1): Desenvolvimento ou Despovoamento” - Jornal do Fundão (a) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo tem como tema principal a crescente emigração na região da Beira Baixa. (An.66)

⁵⁴ Temas: a) Desenvolvimento do interior; b) Cultura; c) Crítica às entidades locais; d) Religião; e) Análise Política; f) Crítica Social; g) Crítica política; h) Relação com o público; i) Internacional; j) Emigração; k) Colonialismo.

⁵⁵ Níveis de Intensidade Crítica:

4. Pouco crítico;
5. Crítico;
6. Muito Crítico.

<p>“Um Natal em cada coração- Eles esperam por nós!” - Jornal do Fundão (f) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O pequeno texto é a continuação do agradecimento exposto pelo JF na edição de 5 de dezembro de 1965, aos seus assinantes. (An.67)
<p>“Cinco beirões de Paris e o «Jornal do Fundão»” - Rolão Preto (e) (Nível 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A história de cinco amigos da Beira Baixa, que emigraram, clandestinamente, para a França, sendo que as dificuldades com que se detiveram no caminho, ainda se acentuaram na chegada ao novo país. (An.68)

<p align="center">Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)</p>	
<p>Página cinematográfica “Enquadramento” - Jornal do Fundão (b) (Nível 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Na primeira edição em que aparece o “Enquadramento”, surge também um colaborador bastante polémico para o regime, Vasco Granja. (An.69)
<p>“Questões do nosso tempo: Fome- 1966” – Spectator (f) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo reflete acerca da fome em 1966, o autor foca o assunto na Índia, e já no final do artigo generaliza o problema para todo o mundo. (An.70)
<p>“A população do Concelho do Fundão (1950-1960) - III: A variação populacional nos centros urbanos e nas freguesias do concelho” - José Salvado Sampaio (a) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo demonstra dados estatísticos desde 1864 a 1960, referentes à variação populacional do Concelho do Fundão, onde se denotam decréscimos em quase todas as freguesias, numa alusão bastante nítida à migração. (An.71)

<p align="center">Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)</p>	
<p>“O início do diálogo” - Vítor Wengorovius (d) (Nível 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo reflete acerca das conclusões retiradas do Concílio Vaticano II, por

	parte de Victor Wengorovius, que era o dirigente do setor dos católicos com ideologia de esquerda. (An.72)
“A Funda: Carta aberta a João Negalha” - Artur Portela Filho (b) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O regresso de um dos fundadores do suplemento literário “Argumentos”, causa da suspensão do JF, com uma rubrica de nome “A Funda”, um conjunto de crónicas com temas polémicos. (An.73)
“A valorização do Concelho do Fundão” - José Salvado Sampaio (a) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O artigo insere-se num conjunto de vários textos, que refletem acerca da valorização do Fundão, no sentido de diminuir o êxodo rural, isto é, a emigração. (An.74)

Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)	
“Viver! O funcionalismo público e as exigências da vida moderna” - Rolão Preto (f) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor reflete acerca do setor dos funcionários públicos que não estavam a ser bem remunerados por parte do Governo. (An.75)
“Apostolado dos leigos e atuação social” - Luís Salgado de Matos (d) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O JF apresenta mais um artigo relacionado com o Concílio Vaticano II. Onde o autor executa uma reflexão acerca do papel dos leigos na igreja. (An.76)
“A valorização do Concelho do Fundão (Conclusão)” – José Salvado Sampaio (a) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • Esta publicação demonstra a conclusão de um conjunto de vários artigos que foram publicados, com o propósito de alertar as autarquias e o Governo para uma valorização geral do Concelho do Fundão. (An.77)

Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)	
“A Funda: O teatro que ardeu duas vezes” – Artur Portela Filho (b) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor defende a criação de uma política cultural para Portugal, que se encontrava a ultrapassar uma crise cultural. (An.78)
“A Funda: Mandares e Microfones” - Artur Portela Filho (b) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor exprime uma crítica à rádio, o meio de comunicação de eleição do regime, que se tinha tornado um meio de comunicação demasiado elitista. (An.79)
“Crónica do Brasil: A tristeza brasileira e a outra” - Arnaldo Saraiva (g) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor critica a ditadura instaurada no Brasil em 1964, sob o comando de diversos governos militares. (An.80)

Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)	
“A Funda: A verdade dita mil vezes” – Artur Portela Filho (b) (Nível 3)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor vem defender o JF, afirmando que o “jornal disse mil vezes uma coisa- a verdade”, e que cada jornal possui uma imagem, sendo que os seus leitores se identificavam com essa imagem. (An.81)
Secção “Artes e Letras” - Jornal do Fundão (b) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O JF lança nesta edição a secção “Artes e Letras”, bastante semelhante ao que era o suplemento “Argumentos”. (An.82)
“A Funda: Fui eu que roubei a taça do mundo!” – Artur Portela Filho (b) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor, faz uma crítica ao Governo por o mesmo promover mais vezes o Futebol, e não permitir que outros desportos se desenvolvessem. (An.83)

Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)	
“A oportunidade do turismo” – Dr. José Fernando Nunes Barata (a) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor reflete acerca do setor turístico que estava mal aproveitado por parte das entidades governativas. (An.84)
“A Funda: Que tem você contra os Beatles? – Carta aberta a João Negalha” – Artur Portela Filho (f) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor reflete acerca da banda “The Beatles”, que foi novidade na época, e o facto de muita gente os criticar. (An.85)
Rúbrica “Animatógrafo” – José Vaz Pereira (b) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • Decorria em Lisboa o I Festival de Animação, que vinha “provar e confirmar a profunda revolução que se tinha verificado na película de imagem animada”. (An.86)

Período depois do reaparecimento (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966)	
“Imprensa” - Jornal do Fundão (g) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O Jornal do Fundão parabeniza o Diário de Lisboa pelo seu 45º aniversário. O Diário de Lisboa era um dos jornais ligado à esquerda política, e que era tolerado pelo regime. (An.87)
“Saudação aos elos da comunidade lusíada” – Jornal do Fundão (h) (Nível 1)	<ul style="list-style-type: none"> • O Jornal do Fundão saúda os Elos Clubes da Comunidade Lusíada, que estavam “empenhados na louvável tarefa de tornar mais firmes e duráveis os laços de fraternidade entre Brasileiros e Portugueses”. (An.88)
Rúbrica: “Panorama” - Jornal do Fundão (g) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • No final desta rúbrica “Panorama”, aparece uma referência ao facto de não se poder ouvir Maria Barroso a declamar poesia. É uma alusão direta à censura e à perseguição política. (An.89)
“A Funda: Lisboa não tem lisboetas” – Artur Portela Filho (f) (Nível 2)	<ul style="list-style-type: none"> • O autor critica a situação da cidade de Lisboa no geral, pelo facto de já não existirem lisboetas e toda a população ser de fora. Uma alusão à emigração rural. (An.90)

O quadro-síntese correspondente ao período depois do reaparecimento do Jornal do Fundão (28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966) refere a intensidade crítica dos artigos críticos do poder político selecionados para a investigação, identificada pelos níveis 1, 2 e 3, que significam, nível pouco crítico, crítico e muito crítico, respetivamente, e também os temas genéricos correspondentes de cada publicação crítica do poder político. Quanto à intensidade crítica, neste período de investigação, como se pode verificar através do quadro-síntese, 10 publicações pertencem ao nível 1 (pouco crítico), ou seja, artigos cujas temáticas não apresentavam grande relevância para o poder político. Ao nível 2 (crítico), correspondem 15 publicações da amostra selecionada para análise, ou

seja, publicações que detinham crítica a assuntos que já se tinham alguma relevância para o poder político. E ao nível 3 (muito crítico), correspondem 4 publicações apresentadas no Jornal do Fundão ao longo do período em análise. É possível então observar através dos dados do quadro-síntese apresentados que, o nível de intensidade crítica predominante no período do reaparecimento do Jornal do Fundão foi o nível 2, que corresponde aos artigos críticos do poder político, o que significa que o Jornal do Fundão durante este período em questão fez publicações mais direcionadas para assuntos que revelavam alguma importância para o poder político.

Relativamente à intensidade crítica associada às temáticas dos artigos críticos do poder político selecionados para a amostra, dos 10 artigos classificados com o nível 1 (pouco crítico), 5 deles tinham como tema a cultura, o que faz com que a temática da cultura seja considerada a principal dos artigos pouco críticos do poder político, ou seja, o Jornal do Fundão, para o período considerado, através da temática cultura foi pouco crítico em relação ao poder político. Dos 15 artigos classificados com o nível 2 (crítico), 4 deles possuíam o tema do desenvolvimento do interior e outros 4 tinham como tema a crítica social, ou seja, este meio de comunicação durante o período considerado, e neste nível de intensidade crítica, na sua maioria, publicou artigos relacionados com estas duas temáticas. Dos 4 artigos classificados com o nível 3 (muito crítico), que nesta instância, não são relevantes, cada um deles está associado a uma temática⁵⁶ distinta, portanto para este nível de intensidade crítica, não houve uma temática que predominasse ao longo deste período no Jornal do Fundão. Nesta instância, as restantes temáticas não possuem grande relevância em termos de intensidade crítica, uma vez que, o meio de comunicação publicou, durante este período, poucos artigos relativos a esses conteúdos⁵⁷.

⁵⁶ Desenvolvimento do interior; Cultura; Análise Política; Crítica Social

⁵⁷ Crítica às entidades locais; Religião; Crítica Política; Relação com o Público; Internacional; Emigração; Colonialismo

6.1.4 Comparação entre períodos analisados

Apenas através da análise quantitativa, já se consegue perceber algumas mudanças de um período para o outro. Sabemos que nos períodos analisados, as temáticas que predominaram nas sucessivas edições do Jornal do Fundão, e que em maior número se encontravam nos artigos críticos do poder político selecionados para amostra, foram a cultura, sendo que o Jornal do Fundão efetuou um maior número de críticas através desta temática, o desenvolvimento do interior, pela constante defesa da região da Beira Baixa ao longo das publicações, a crítica social, devido ao facto de o Jornal do Fundão demonstrar a realidade da população beirã através de diferentes casos de vida, a análise política, uma vez que o jornal e os seus colaboradores comparavam a forma de governo do regime salazarista com outras diferentes em ideologia, e a crítica às entidades locais, devido ao facto de existir no jornal publicações, onde os colaboradores criticavam muitas ações das autarquias e outras instituições locais, e isso era, automaticamente, uma crítica também ao governo a nível global.

Quanto à intensidade crítica dos respetivos artigos críticos do poder político, verificou-se que no período antes da suspensão do jornal do fundão, o nível de intensidade crítica que predominou entre os artigos foi o nível 3 (muito crítico), ou seja, durante este período o jornal publicou na sua maioria textos com crítica bastante explícita ao poder político, fosse ele local ou nacional, contrapondo com o período depois do reaparecimento do jornal, onde predominou o nível 2 (crítico), e por isso neste período o Jornal do Fundão fez publicações direcionadas a assuntos que tinham alguma relevância para o poder político, colocando de parte as críticas mais explícitas, que se verificaram no período antes da suspensão do mesmo. Logo aqui já se confirma alguma mudança na edição do jornal, de um período para o outro, o que pode também levar à confirmação parcial da hipótese 1:

H1. A ação de suspensão dos Serviços de Censura foi relevante para o Jornal do Fundão

Porém, e ainda assim, apenas parcialmente, uma vez que só se confirma totalmente a hipótese 1.1:

H1.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento do jornal é menor.

Relativamente à intensidade crítica verificada nas temáticas dos artigos críticos do poder político, verifica-se que nos dois períodos analisados, a temática que apresentou uma intensidade crítica menor, ou seja, relativa ao nível 1, foi a cultura, vemos aqui que neste aspeto, a mudança não aconteceu. Quanto ao nível 2 (crítico) de intensidade crítica, observa-se que no período antes da suspensão, a temática que predominou foi a crítica às entidades locais, enquanto, no período depois do reaparecimento do jornal, foram o desenvolvimento do interior e a crítica social, ou seja, a crítica deixou de ser tão direcionada para o poder político, e passou a ser mais dirigida para problemas sociais e problemas da região. Em relação ao nível 3 (muito crítico), pode-se confirmar que no período antes da suspensão do Jornal do Fundão, as temáticas que predominaram ao longo das edições, foram a crítica social, o desenvolvimento do interior e a análise política, sendo que, no período depois do reaparecimento o número de artigos críticos desceu drasticamente para 4, e cada artigo representa uma temática diferente, porém as temáticas coincidem com as do período antes da suspensão, o que pode levar à confirmação parcial de mais uma hipótese:

H2. A ação de suspensão dos Serviços de Censura não teve qualquer relevância para o Jornal do Fundão

Porém, e ainda assim, apenas parcialmente, uma vez que só se confirma totalmente a hipótese 2.1:

H2.2 Os temas com maior intensidade crítica mantiveram-se os mesmos.

6.2 Análise qualitativa

Nesta segunda parte apresentam-se os resultados obtidos através de uma análise qualitativa, dividida por elementos, que pretende compreender o contexto crítico do discurso. Esta análise irá incidir na publicação que deu origem à suspensão do *Jornal do Fundão*, nas publicações iniciais depois do reaparecimento do jornal, que estão relacionadas com a suspensão propriamente dita, e com as suas consequências.

Para a concretização deste método, em primeiro lugar achei importante introduzir aqui as sinopses das publicações selecionadas, para que assim a compreensão da análise a nível qualitativo seja mais acessível. De seguida, dividiu-se a análise em quatro parâmetros distintos, onde se irão investigar os mesmos elementos nas diferentes publicações selecionadas para esta amostra, eles são: as fotografias; os títulos; a estrutura das publicações, indicando para o efeito os parágrafos principais de um determinado texto, ou seja, os que ajudam a compreender o contexto ou enquadramento do discurso, e neste caso de investigação, o contexto crítico.

6.2.1 *Corpus da análise qualitativa*

Como já foi referido anteriormente, para esta análise qualitativa, do corpus de análise desta investigação, foram apenas selecionadas 5 publicações, referentes ao período antes da suspensão e ao período depois do reaparecimento. Estas publicações, estão diretamente relacionadas com a suspensão do Jornal do Fundão, uma delas deu origem à suspensão, e as restantes demonstram algumas das consequências dessa suspensão, e de que forma este meio de comunicação não desistiu de cumprir com a função de informar sempre os seus leitores com a verdade. As publicações apresentam os seguintes títulos: “Isabel Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio”; “Reflexões sobre a amizade”; “Eles esperam por nós!”; “Um Natal em cada coração- Eles esperam por nós”; “A Funda: A verdade dita mil vezes”.

O primeiro título da primeira publicação apresentada para esta investigação, pertence à edição de 23 de Maio de 1965, e inaugura o suplemento literário “Argumentos”, um dos que motivou a suspensão do Jornal do Fundão. A publicação refere a atribuição de três importantes prémios literários por parte da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE): Prémio Camilo Castelo Branco (Romance); Grande Prémio da Novela; Grande Prémio do Ensaio. O segundo título, já pertence ao período depois do reaparecimento do Jornal do Fundão, à edição de 5 de dezembro de 1965. Demonstra uma reflexão acerca da amizade e aquilo que ela representa para cada ser humano, faz-se o contraponto entre o amigo verdadeiro e o amigo desleal. Tendo em conta que, ainda não tinha passado um mês desde o reaparecimento do jornal, publica-se este artigo na primeira página, com o intuito de se fazer uma analogia entre aquilo que o jornal passou durante seis meses, e o facto de os amigos verdadeiros estarem sempre presentes.

Os terceiro e quarto títulos, estão interligados, embora surjam em edições distintas, uma vez que, o terceiro pertence à edição de 5 de dezembro de 1965, e o quarto à edição de 19 de dezembro de 1965. Porém estas publicações, são no fundo a continuação uma da outra, a primeira é um texto onde o Jornal do Fundão demonstra o apreço pelos seus assinantes. Consegue ler-se num dos parágrafos: “o semestre em que este jornal se não publicou pode ser pago, como muitos assinantes propuseram” (Jornal do Fundão, 1965), ou seja, os assinantes do Jornal do Fundão, mesmo nos meses em que o jornal esteve suspenso pagaram as assinaturas, daí o título dado à publicação na primeira página desta edição “Eles

esperam por nós!”. Já a segunda publicação, que está associada à anterior, é a continuação do agradecimento aos seus assinantes, pelo facto de continuarem a pagar as assinaturas durante o tempo em que o jornal esteve suspenso, sendo que esses pagamentos iriam ser doados durante a época do Natal a pessoas com dificuldades financeiras, doentes, velhos etc.

O último título selecionado, está também relacionado com a suspensão do Jornal do Fundão, porém está inserido numa rubrica, que por sinal foi uma das mais polémicas do jornal, “A Funda” da autoria de Artur Portela Filho. No artigo publicado na rubrica da edição de 13 de março de 1966, o autor defende o Jornal do Fundão, afirmando que o “jornal disse mil vezes uma coisa- a verdade” (Jornal do Fundão, 1966), e que cada jornal possui uma imagem, sendo que os seus leitores se identificavam com essa imagem: “O leitor evoluído lê o jornal evoluído e o leitor convencional lê o jornal convencional. O leitor velho- velho por dentro- lê um jornal onde se diz que o Conselheiro Barroso recitou um soneto no sarau da Gouvarinho. O leitor novo lê um jornal onde se diz que o Venusik foi disparado sobre Vénus e acertou- em cheio” (Jornal do Fundão, 1966), ou seja, o autor faz uma crítica aos leitores que liam os jornais convenientes ao regime, e não liam os jornais evoluídos que eram aqueles que tal como o jornal em causa apresentavam a verdade.

6.2.2 Análise de Fotografias

No caso desta amostra, apenas uma publicação apresentava fotografias na sua composição. A notícia que pertence à edição de 23 de maio de 1965, acerca dos prémios literários atribuídos a diferentes escritores por parte da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), e que foi considerada uma das publicações que deu origem à suspensão de seis meses do Jornal do Fundão. A mesma dedicava um parágrafo maior do que os restantes dedicados apenas à vida e obra de Luandino Vieira, que à época se encontrava no Tarrafal como preso político por ter integrado o MPLA, durante a guerra colonial.

Na estrutura desta notícia, as fotografias aparecem na lateral esquerda em fila, e consoante se vai falando de cada autor, individualmente, em primeiro surge Isabel da Nóbrega, vencedora do Prémio Castelo Branco (Romance), com o respetivo nome como legenda da fotografia, de seguida está Luandino Vieira, também com a respetiva legenda, e por fim Armando Castro, estruturado da mesma forma que os anteriores. Nesta publicação, as fotografias nada acrescentam ao contexto crítico, apenas completam a notícia, no sentido em que, acompanham o texto, à medida em que este avança nos factos. Como cada parágrafo se dedica a um dos vencedores dos prémios literários, fica muito mais acessível para os leitores a identificação dos vencedores, uma vez que, o tema principal da publicação são os escritores que ganharam os respetivos prémios.

6.2.3 Títulos

Em relação aos títulos de cada uma das publicações, o primeiro que corresponde à notícia⁵⁸ que originou a suspensão do Jornal do Fundão, o título apresenta um carácter mais informativo, sendo que por isso, conta o principal da notícia, que é exatamente, a atribuição dos prémios literários por parte da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), os respetivos escritores e nas diferentes categorias, “romance”, “grande prémio da novela” e “grande prémio do ensaio”, por esta razão o título desta publicação revela-se a parte mais importante do texto, uma vez que apenas com o título o leitor consegue absorver o assunto essencial da notícia.

No artigo de opinião⁵⁹ presente na edição de 5 dezembro de 1965, O título remete para algumas considerações acerca da amizade, e daquilo que ela significa, neste caso, para o Jornal do Fundão (JF). Para além disso, o título desta publicação é um dos que mais se destaca nesta primeira página desta edição do JF, porque aparece em caixa alta, a negrito e com um tipo de letra um pouco diferente dos restantes. Por isto, é considerado um dos artigos mais importantes da edição de 5 de dezembro de 1965, porém não adianta muito daquilo que trata o artigo, o leitor tem que ler todo o artigo para compreender o seu contexto.

Nas duas seguintes publicações⁶⁰, referentes às edições de 5 de dezembro de 1965 e 19 de dezembro de 1965, na primeira o título remete para o facto de alguém estar à espera de outro alguém, e neste caso são os leitores que esperaram pelo Jornal do Fundão durante o tempo que o mesmo esteve, sob um período de seis meses, suspenso, a mando dos Serviços de Censura do regime salazarista. E também se refere aos pobres dos hospitais que esperam por ajuda. Em relação a este título, também não acrescenta nada ao leitor para a compreensão do assunto principal da publicação, porque se trata de uma doação por parte dos assinantes do Jornal do Fundão para os mais desfavorecidos, porém através do título um leitor banal não consegue deduzir logo isto, portanto a contextualização da temática encontra-se no corpo do texto. Já a segunda publicação, que é uma continuação da anterior, o título remete para o nome da campanha solidária iniciada pelo Jornal do Fundão, para ajuda dos pobres nos hospitais, e também repete o título que foi

⁵⁸ “Isabel da Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio” (Jornal do Fundão, 1965)

⁵⁹ “Reflexões sobre amizade” (Jornal do Fundão, 1965)

⁶⁰ “Eles esperam por nós!”, “Um Natal em cada coração: Eles esperam por nós!”

indicado na edição de 5 de dezembro de 1965, como forma de demonstrar que esta publicação era exatamente uma complementação da publicação anterior, e por isso já ajuda o leitor a compreender o assunto principal da publicação.

Na última publicação da amostra da análise macrosemântica, o artigo de opinião pertence à rubrica de Artur Portela Filho, um dos fundadores do suplemento “Argumentos”, que reaparece como colaborador individual, quase um ano depois desde a suspensão do jornal. “A funda” era uma rubrica que surge no Jornal do Fundão (JF) a partir do ano de 1966. O título demonstra que algo ou alguém não se cansou de dizer a verdade, sendo que, na opinião do autor foi “dita mil vezes”, o título é apelativo e provocatório, porque uma vez que, o mesmo refere a questão da verdade, o leitor vai querer logo saber do que se trata o artigo, apesar de o título não acrescentar muito, porque o assunto desenvolve-se em grande parte ao longo do texto.

6.2.4 Estrutura das publicações e contexto crítico

Neste parâmetro o importante foi a divisão dos artigos, primeiramente, em parágrafos para compreender as macroestruturas existentes nos diferentes textos, ou seja, verificar qual seria o parágrafo que explicasse, decisivamente, o contexto crítico de cada publicação, e para isso também identificar as partes constituintes de cada publicação (An.91; An.92; An.93; An.94; An.95). Feita a divisão dos artigos em parágrafos, conseguiu-se apurar que na primeira publicação desta análise qualitativa, os parágrafos que contêm o contexto crítico, são o quinto parágrafo, onde o Jornal do Fundão (JF) apresenta uma biografia bem detalhada de Luandino Vieira, preso político no Tarrafal, o que representa uma crítica indireta ao colonialismo praticado pelo regime salazarista, que mais tarde deu origem a uma guerra colonial, e o sexto parágrafo, onde o JF cita Alexandre Pinheiro Torres, o organizador do suplemento Argumentos, onde o mesmo faz um elogio a Luandino Vieira e à obra premiada “Luuanda”, o que representa também uma crítica indireta ao colonialismo. Quanto á estrutura desta publicação, ela não apresenta lead, isto porque, o próprio título pode ser assumido como tal, devido ao tamanho do mesmo e à quantidade de informação que aí se insere, e por isso avança logo para os pormenores dos vencedores dos prémios literários e das respetivas obras.

Na segunda publicação, que já surge depois do reaparecimento do Jornal do Fundão, “Reflexões sobre a amizade”, o parágrafo que demonstra maior relevância para o contexto crítico, é, indiscutivelmente, o último parágrafo do artigo de opinião, onde o autor se refere, indiretamente, aos colaboradores e leitores que não abandonaram o jornal durante a suspensão de seis meses, levada a cabo pelos Serviços de Censura do regime salazarista, ou seja, o jornal faz uma crítica ao Governo de Salazar pela atitude perante um meio de comunicação regional, que mesmo com poucos assinantes e colaboradores, conseguiu seguir em frente. Quanto à estrutura deste artigo de opinião, nos primeiros quatro parágrafos o jornal demonstra a importância da amizade, quando a mesma é verdadeira, de seguida o jornal cita alguns autores, que se pronunciaram acerca do mesmo assunto, para assim sustentar a sua posição, já no final efetua uma conclusão que se baseia na tese, inicialmente, defendida de que, “Homens leais e de boa-fé ainda felizmente não faltam”.

Na terceira e quarta publicação, que se complementam, mesmo encontrando-se em edições diferentes, na primeira destacam-se para o contexto crítico, o primeiro parágrafo que ainda refere a questão dos assinantes não abandonarem o jornal, pagando durante os meses de suspensão as assinaturas, através de doações, que iriam ser cedidas às pessoas mais desfavorecidas da região da Beira Baixa, e o terceiro parágrafo, que refere o facto de que a maioria da população passava dificuldades, e o Governo não resolvia essas situações, sendo que apenas com a iniciativa do Jornal do Fundão, não seria possível colmatar tais necessidades. Quanto à estrutura desta publicação, o primeiro e segundo parágrafos, explicam a iniciativa do jornal, e o último expõe as quantias até àquele momento doadas pelos assinantes. Na segunda publicação aqui referida, o parágrafo que revela o contexto crítico, é efetivamente, o primeiro parágrafo que demonstra um caso de pobreza de um homem, que vivia na rua. Revelar casos como este, era revelar a realidade do país, e isso contrariava a vontade do Governo, e por isso este parágrafo demonstra o contexto crítico das publicações depois do reaparecimento do jornal. Relativamente à estrutura desta publicação, no primeiro parágrafo é revelado um caso real da situação da maioria da população naquela região, no segundo parágrafo é renovado o apelo aos assinantes para as doações, e no terceiro parágrafo são novamente expostas as quantias, que até ao momento tinham sido cedidas.

Na última publicação, que pertence à rubrica “A Funda”, destaca-se o sexto parágrafo, onde Artur Portela Filho elogia o Jornal do Fundão por ser um “bravo jornal”, e por dizer aquilo que tem de ser dito, ou seja, a verdade, crítica o poder político pela suspensão feita ao jornal, durante seis meses, e é por aqui que se revela o contexto crítico desta publicação. Ou seja, no fundo o autor faz um elogio ao Jornal do Fundão (JF), no sentido de que, dessa forma expusesse uma crítica ao Governo e aos Serviços de Censura, pela má atuação sobre este meio de comunicação, e fá-lo quando o JF atinge as 1000 edições, o que se apresenta ainda mais interventivo. No que diz respeito à estrutura desta publicação, nos primeiros parágrafos, autor descreve a imagem de um jornal associada à imagem de uma pessoa, ou seja, no fundo o jornal que uma pessoa lia no dia-a-dia refletia-se na sua maneira de ser, para de seguida descrever a imagem do Jornal do Fundão, que como já foi referido anteriormente, na opinião do autor era um “bravo jornal”, um “jornal de província”, um jornal que defendia a própria região, e termina com o facto de o mesmo jornal atingir no momento 1000 edições, o que mostrava a resistência a tantos anos.

Conclusão

Ao longo do enquadramento teórico e histórico desta dissertação compreendemos que o jornalismo nem sempre conseguiu cumprir com a sua principal função, que é transmitir a verdade à opinião pública. Neste caso específico, pelo facto de existir um poder político autoritário que reprimiu a atividade jornalística durante largos anos, que impediu que os meios de comunicação desempenhassem a sua função principal. Dentre tantos meios de comunicação social que foram limitados na sua atividade, destacou-se um meio regional, o Jornal do Fundão, que devido à publicação de uma notícia, que não estava dentro dos parâmetros das regras da censura, ficou suspenso durante seis meses.

Através do estudo empírico desta investigação, procurou-se saber o contexto da escrita jornalística durante o período do regime salazarista. Porém, mais que isso pretendeu-se verificar as diferenças da escrita jornalística de um meio de comunicação após ação por parte dos Serviços de Censura, e neste caso após a suspensão do Jornal do Fundão, o que é que mudou nos artigos críticos do poder político das primeiras e últimas páginas de 24 edições, referentes aos períodos antes da suspensão, e depois do reaparecimento do jornal, ou seja, pretendeu-se avaliar a intensidade crítica em ambos os períodos, para então perceber se a ação de suspensão por parte dos Serviços de Censura do regime salazarista provocou alguma mudança na escrita deste meio de comunicação.

Para tal, e como já foi referido anteriormente, foram analisados os artigos críticos do poder político, presentes nas primeiras e últimas páginas de 24 edições, referentes aos períodos antes da suspensão do Jornal do Fundão⁶¹, e depois do reaparecimento⁶² do mesmo.

O problema que se colocou para esta investigação foi: “Quais as diferenças da escrita jornalística nos artigos críticos do Jornal do Fundão, nos períodos antes da suspensão e depois do seu reaparecimento?”, do qual surgiram as seguintes questões:

⁶¹ 10 de Janeiro de 1965- 23 de Maio de 1965

⁶² 28 de novembro de 1965- 24 de abril de 1966

Q1. Quais foram os temas nas publicações da amostra que possuíam uma intensidade crítica (explicar a ideia da intensidade crítica) maior?

Q1.1 Os temas mais criticados mudaram de um período para o outro?

Q2. Qual a intensidade crítica que predominou nas publicações da amostra?

Q2.1 A intensidade crítica das publicações da amostra foi diferente de um período para o outro?

Q3. O contexto da crítica nas publicações da amostra alterou-se de um período para o outro?

Tendo por base estas questões foram elaboradas um conjunto de hipóteses, as quais o estudo procuro validar ou negar, no sentido de se descobrirem as diferenças da escrita jornalística nos artigos críticos do Jornal do Fundão, nos períodos de tempo já mencionados, e também o contexto crítico dos mesmos. Estas hipóteses foram organizadas em três principais, derivando-se depois, de cada uma delas, diversas sub-hipóteses, passíveis de verificação empírica- sendo que, a validação vai corresponder apenas à validação das hipóteses principais. Para uma melhor organização e compreensão da investigação, apresentam-se as conclusões do estudo empírico de acordo com a ordem das hipóteses e sub-hipóteses especificadas anteriormente.

H1. A ação de suspensão dos Serviços de Censura foi relevante para o Jornal do Fundão.

H1.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento é menor: Esta hipótese pode ser considerada como confirmada. Como demonstrou a análise quantitativa, e segundo os níveis de intensidade crítica⁶³ concebidos para esta investigação, o nível que predominou no período antes da suspensão do Jornal do Fundão foi o nível 3, ou seja, na sua maioria as publicações analisadas apresentaram um nível de intensidade muito crítico. Já no período depois do reaparecimento do Jornal do Fundão, o nível crítico que prevaleceu foi o nível 2, ou seja, na generalidade as publicações analisadas neste período apresentaram um nível de intensidade crítico. Pode por isso afirmar-se que, efetivamente, a intensidade crítica verificada depois do reaparecimento do Jornal do Fundão foi menor.

⁶³ Nível 1- Pouco crítico; Nível 2- Crítico; Nível 3- Muito crítico

H1.2 Os temas com maior intensidade crítica mudaram no reaparecimento do *Jornal do Fundão*: Esta hipótese não pode ser confirmada. Como demonstrou a análise quantitativa, e segundo os temas associados á intensidade crítica que predominaram nos dois períodos de tempo em análise, no período antes da suspensão do *Jornal do Fundão*, os temas com maior intensidade crítica que predominaram foram a crítica social, o desenvolvimento do interior e a análise política. Já no período depois do reaparecimento do jornal, não existiram temas que demonstrassem predominância, e por isso não existe aqui um termo de comparação, pelo facto de que neste período não existiram temas que se evidenciassem.

H1.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica mudou: Esta hipótese pode ser considerada como confirmada, uma vez que, segundo a análise qualitativa, se verificou que durante o período antes da suspensão do *Jornal do Fundão*, o contexto crítico estava direccionado para a ideologia do regime salazarista, e por isso encontram-se assuntos relacionados com o colonialismo, e também com a defesa da democracia. Já no período depois do reaparecimento do jornal, o contexto crítico está direccionado para a ação dos Serviços de Censura para com o *Jornal do Fundão*, ou seja, os colaboradores criticam na sua maioria, a suspensão deste meio de comunicação, e as consequências que isso trouxe.

Tendo em conta aquilo que foi referido anteriormente acerca das sub-hipóteses que se derivou desta hipótese principal, pode-se considerar que a hipótese H1 (A ação de suspensão dos Serviços de Censura foi relevante para o *Jornal do Fundão*), está totalmente confirmada.

H2. A ação de suspensão dos Serviços de Censura não teve qualquer relevância para o *Jornal do Fundão*

H2.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento não se alterou: Depois da análise de resultados, pode-se afirmar que esta hipótese está, claramente errada, uma vez que, a intensidade crítica se alterou de um período para o outro, como já foi confirmado na hipótese 1.1.

H2.2 Os temas com maior intensidade crítica não se alteraram: Como demonstraram os resultados obtidos, pode-se afirmar que esta hipótese se confirma. Antes da suspensão do *Jornal do Fundão*, e como já foi referido anteriormente, os temas que predominaram no nível 3 de intensidade crítica,

foram a crítica social, o desenvolvimento do interior e a análise política, e no período depois do reaparecimento, não existiram temas que predominassem nesse nível de intensidade crítica, posto isto, não houve quaisquer alterações, apenas não existiram temas com predominância suficiente.

H2.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica não se alterou: Como já se demonstrou anteriormente na hipótese 1.3, e como se conseguiu demonstrar através da análise de resultados, esta hipótese revela-se infirmada. Uma vez que, como se confirmou na hipótese 1.3, o contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica se alterou, sendo que, no período antes da suspensão o contexto crítico estava direcionado para a ideologia do regime salazarista, e no período depois do reaparecimento, estava relacionado com a suspensão do Jornal do Fundão, e com as consequências do sucedido.

Tendo em conta aquilo que foi referido anteriormente acerca das sub-hipóteses que se derivou desta hipótese principal, pode-se considerar que a hipótese H2 (A ação de suspensão dos Serviços de Censura não teve qualquer relevância para o Jornal do Fundão), está totalmente infirmada.

H3. A ação de suspensão dos Serviços de Censura teve relevância para o Jornal do Fundão apenas nas primeiras edições depois do reaparecimento do jornal

H3.1 A intensidade crítica verificada depois do reaparecimento apenas é menor nas publicações das primeiras edições: Como se pode verificar através dos quadros-síntese apresentados ao longo da análise de resultados, esta hipótese confirma-se. Uma vez que, as primeiras publicações das primeiras edições pertencentes ao período depois do reaparecimento, revelam níveis mais baixos do que as subsequentes. No início os níveis de intensidade crítica, na sua maioria, são pouco críticos ou críticos, e muito raramente, se vê um nível 3.

H3.2 Os temas com maior intensidade crítica desaparecem nas primeiras edições: Como se pode verificar através dos quadros-síntese incluídos para análise de resultados, os temas com maior intensidade crítica antes da suspensão do Jornal do Fundão, não desaparecem das primeiras edições depois do reaparecimento do jornal, uma vez que, as publicações na sua maioria apresentam temas como o desenvolvimento do interior, a crítica social e a análise política, porém a intensidade crítica é que não é a mesma. Portanto, pode-se considerar esta hipótese como infirmada.

H3.3 O contexto crítico das publicações com maior intensidade crítica apenas se altera nas primeiras edições: Como se pode verificar através dos quadros-síntese incluídos para análise de resultados, o contexto crítico altera-se completamente de um período para o outro, uma vez que, o Jornal do Fundão começa a fazer crítica devido à suspensão de seis meses, nas primeiras edições, e ao longo das restantes edições altera o contexto crítico para assuntos relacionados com as condições de vida na região da Beira Baixa. Por isso, esta hipótese também não se confirma.

Tendo em conta aquilo que foi referido anteriormente acerca das sub-hipóteses que se derivou desta hipótese principal, pode-se considerar que a hipótese H3 (A ação de suspensão dos Serviços de Censura teve relevância para o Jornal do Fundão apenas nas primeiras edições depois do reaparecimento do jornal), está totalmente infirmada.

Tendo em conta aquilo que foi aqui afirmado acerca de todas as hipóteses, pode-se considerar que a primeira hipótese, H1 (A ação de suspensão dos Serviços de Censura foi relevante para o Jornal do Fundão) foi aquela que se confirmou totalmente, ao contrário do que era esperado no início desta investigação. No início esperava-se que a ação de suspensão dos Serviços de Censura tivesse apenas relevância para o Jornal do Fundão, nas primeiras edições depois do reaparecimento do jornal, e, portanto, que apenas se notassem as diferenças da escrita jornalística nessas primeiras edições. Porém, e tendo em conta a análise dos resultados obtidos, a ação de suspensão por parte dos Serviços de Censura direcionada ao Jornal do Fundão, teve relevância para o Jornal do Fundão. O Jornal do Fundão, antes da suspensão revelou um nível de intensidade crítica mais elevado do que no período depois do reaparecimento, os temas que continham críticas mais veementes antes da suspensão, depois do reaparecimento surgem com críticas mais suavizadas, e o contexto crítico do Jornal do Fundão, muda drasticamente, uma vez que, antes da suspensão, o jornal demonstrou um contexto crítico mais direcionado para aquilo que era a ideologia do regime salazarista, e já depois do reaparecimento demonstrou um contexto crítico mais relacionado com a suspensão e as consequências que essa atuação trouxe, e também com a situação degradante da população da Beira Baixa.

Em conclusões mais gerais, esta investigação veio então demonstrar, através da confirmação e negação das hipóteses geradas, que o regime salazarista possuía um grande controlo perante os meios de comunicação, e cada ação que se praticava tinha influência na forma como cada jornalista agia, e na forma como

cada redação organizava a sua agenda editorial. Pode também concluir-se que de certa forma, o poder político exercia uma grande influência perante o jornalismo.

Assim, pode dizer-se que ainda bem que a história do jornalismo tomou outro rumo, porque se o poder político continuasse a controlar desta forma os meios de comunicação, a opinião pública nunca estaria atualizada acerca de todos os temas que fazem parte da vida quotidiana, viveríamos todos numa ilusão, e numa utopia idealizada por um governo que apenas liderava segundo os próprios interesses ideológicos.

Referências Bibliográficas

- Aniceto, A., Gomes C. (1998). Guerra Colonial. Angola, Guiné, Moçambique. Lisboa: Editorial Notícias;
- Azevedo, C. (1999). A censura de Salazar e Marcelo Caetano. (1ª ed.). Lisboa: Caminho;
- Barreto, J. (1999). A Censura em Portugal (1926-1974). Acedido em: 25/11/2020, em: https://www.academia.edu/6749490/A_Censura_em_Portugal_1926_1974 ;
- Barros, A., H., L. (2012). Uma análise do percurso da ideologia colonial portuguesa em relação à África (1928-1961). Acedido em: 18/01/2021, em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110098> ;
- Cádima, F. (2013). Imprensa, Poder e Censura. Elementos para a história das práticas censórias em Portugal. Acedido em: 28/11/2020, em: https://www.researchgate.net/publication/277711918_IMPrensa_PODER_E_CENSURA_ELEMENTOS_PARA_A_HISTORIA_DAS_PRATICAS_CENSORIAS_EM_PORTUGAL ;
- Fonseca, A., I. (2014). A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974. Acedido em: 6/01/2021, em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/15605> ;
- Freitas, C., C. (2017). A campanha do General Humberto Delgado para as eleições presidenciais de 1958 na Vila de Gouveia. Acedido em: 25/11/2020, em: <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/8281/1/carolina%20freitas%20vers%C3%A3o%20final%20com%20j%C3%BAr.pdf>;
- Lima, H. (2013). Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo na Ditadura Portuguesa. Acedido em: 28/11/2020, em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71180/2/rv237000220409.pdf> ;
- Melo, D. (2017). A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência. Acedido em: 29/11/2020, em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/censura_salazarista_e_col%C3%B3nias_um_exemplo_de_abrang%C3%Aancia
- Príncipe, C. (1979). Os Segredos da Censura. Lisboa: Caminho;

Quaresma, L. (2014). Cultura de desinformação. A propaganda, censura e manipulação dos média na manutenção da ordem social. Acedido em: 25/11/2020, em:

https://www.academia.edu/7822992/Cultura_de_desinforma%C3%A7%C3%A3o_A_propaganda_censura_e_manipula%C3%A7%C3%A3o_dos_m%C3%A9dia_na_manuten%C3%A7%C3%A3o_da_ordem_social ;

Rolim, G., V. (s.d). A Censura do Estado Novo e do Mundo Atual. Acedido em: 29/11/2020, em:

<https://vanessagomesrolim.files.wordpress.com/2012/10/artigo-a-censura-do-estado-novo-e-do-mundo-actual3.pdf> ;

Rosas, F. (1995). Estado Novo, Império e Ideologia Imperial. Acedido em: 18/01/2021, em:

https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41946/1/Estado_Novo%2C_imperio_e_ideologia_imperial.pdf ;

Silva, D., S., G. (2018). A ideologia colonial do Estado Novo português. Acedido em: 18/01/2021, em: https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/12/Gustavo-Souza-de-Deus_Jornada.UFRJ_2018.pdf ;

Silva, T., M., C. (2009). A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia. Acedido em: 29/11/2020, em: <https://silo.tips/download/a-comunicacao-como-estrategia-politica-da-ditadura-e-da-democracia>

Legislação Portuguesa Consultada

Constituição da República Portuguesa (1933) - A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.

Artigos de Jornais Consultados

ABC Diário de Angola (1965). «Luuanda», de Luandino Vieira- 1º prémio de novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores. Acedido a: 29/11/2020, em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LivrosQueForamNoticia/LivrosQueForamNoticia_Luuanda4.htm;

Diário de Lisboa (1961). Três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda. Acedido a: 29/11/2020, em: <http://citizengrave.blogspot.com/2012/04/angola-1961.html>;

Diário de Lisboa (1961). Eram estrangeiros na sua maioria os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda. Acedido a: 29/11/2020, em: <http://citizengrave.blogspot.com/2012/04/angola-1961.html>;

Diário de Lisboa (1965). Foram atribuídos os prémios literários da Sociedade Portuguesa de Escritores. Acedido a: 29/11/2020, em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LivrosQueForamNoticia/LivrosQueForamNoticia_Luuanda4.htm;

Diário da Manhã (1965). Os prémios literários da Sociedade Portuguesa de Escritores. Acedido a: 29/11/2020, em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LivrosQueForamNoticia/LivrosQueForamNoticia_Luuanda4.htm;

Jornal do Fundão (1965). Isabel da Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio;

Jornal do Fundão (1965). 50 anos;

Jornal da República (1965). Armando Castro, Luandino Vieira e Isabel da Nóbrega- grandes prémios literários da Sociedade Portuguesa de Escritores. Acedido a: 29/11/2020, em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LivrosQueForamNoticia/LivrosQueForamNoticia_Luuanda4.htm;

Revista Life (s.d). Another Explosion- In Africa's Last Big Empire. Acedido a: 29/11/2020, em: <http://citizengrave.blogspot.com/2012/04/angola-1961.html>;

The Guardian (1973). Strong evidence for Tete killings. Acedido a: 29/11/2020, em: <https://www.newspapers.com/clip/50826244/the-guardian/>;

The New York Times (1973). Priests comment o slam report. Acedido a: 29/11/2020, em: <https://www.nytimes.com/1973/07/12/archives/priests-comment-on-slaying-report-assert-in-spain-others-met.html>;

The Times of London (s.d). Portuguese Massacre reported by priests. Acedido a: 29/11/2020, em: https://www.mozambiquehistory.net/history/massacres/19730710_hastings_storey.pdf;

Processo de suspensão do Jornal do Fundão consultado

Delegação de Castelo Branco (1965). Comunicado de suspensão do Jornal do Fundão.

Direção dos Serviços de Censura (1965) Notificação dos Serviços de Censura a negar o recurso hierárquico.

Direção dos Serviços de Censura (1965). Pedido enviado ao Jornal do Fundão para envio de notícias e artigos que não tinham sido visados pela Direção de Serviços de Censura.

Paulouro, F. (1965) Carta enviada pelo diretor do Jornal do Fundão ao Presidente do Conselho.

Anexos

Strong evidence for Tete killings

From James MacManus
Lourenco Marques
July 20

Strong circumstantial evidence now points to a number of civilian massacres by Portuguese and Rhodesian troops in the Tete region of Mozambique. But unless new witnesses emerge with first-hand accounts of the atrocity allegations made by the Burgos Fathers in Madrid it is difficult to see how such reports can be conclusively proved from within this East African Portuguese colony.

The primary sources for the allegations, the missionary fathers Martin Hernandez and Alfonso Miranda, have been held in the political prison near here without trial since January, 1972. They are said to have witnessed a massacre by Rhodesian troops at Mandato, some miles inside Mozambique near the border town of Mankwato, in 1971.

The two fathers, who worked for many years at the Mankwato mission, are also reported to have seen the immediate aftermath of a number of other atrocities in the same area. But it is unlikely that their evidence will ever be made public. Their trial before a military court is now expected in September, possibly in Lisbon, but it will almost certainly be in camera.

Another primary source was reported to be Mother Lucia, a nun in the Lady of Calvary order working at the civilian hospital in Tete. Mother Lucia after five years as a missionary in the town of Tete, disappeared a week ago on the day that journalists first arrived in the town. She is said to have personal knowledge of the massacre at Wilimso - Wilimso as it is known to the local Africans. Her departure to Namusso, in North-east Mozambique, was confirmed by a letter she sent back to the hospital, but yesterday the secretary to the Catholic Bishop in Namusso said that there was no knowledge of her presence in the town, which is Portugal's main military base in Mozambique.

Mother Lucia will doubtless turn up, but her untimely disappearance is one of the many strange and frustrating obstacles facing journalists who are trying to find hard facts amid the kaleidoscope of conflicting reports here.

The secondary evidence was fortified by a young nun in the same order and mission as Mother Lucia who yesterday

Turn to back page, col 1

An. 1- Notícia acerca do massacre de Wiriyamu publicada pelo jornal britânico *"The Guardian"*. Adaptada do site *Newspapers* por Zygyg Baker

Diário de Lisboa 04-02-1961

Três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda

Por intermédio do S. N. I., recebemos um comunicado oficial do Governo-Geral de Angola, que a seguir publicamos:

«O Governo-Geral de Angola tem recebido, nestes últimos dias, informações vindas do estrangeiro dizendo que se preparava uma alteração da ordem pública em Angola.

«Nessas informações insistia-se em que se tratava de um plano de agitação organizado de fora para dentro e coincidindo com o assalto ao paquete «Santa Maria».

«Efectivamente, durante a noi-

te passada, três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as Cadeias Cíveis de Luanda, tendo havido baixas, tanto nas guarnições destes estabelecimentos como entre os assaltantes, baixas cujo número, embora pouco elevado, será publicado logo que esteja averiguado. A intenção, ao que se depreende, era libertar presos, o que não conseguiram. Os responsáveis estão já presos na maior parte e a ordem está restabelecida».

An.2- Notícia acerca dos acontecimentos de 4 de Fevereiro publicada pelo Diário de Lisboa. Adaptada do site "Citizen Grave" por Francisco Grave

Eram estrangeiros

na sua maioria

os componentes do grupo

que assaltou as prisões de Luanda

LUANDA, 5. — A maioria dos discolos que, ontem, cometeram o crime de assalto á mão armada contra estabelecimentos policiais e prisionais de Luanda, é estrangeira — e nem sequer português sabe falar!


Por menores sobre a identidade dos assaltantes e outros elementos reveladores do carácter internacional dos sangrentos acontecimentos, verificados na madrugada de ontem, em Luanda, serão revelados ainda hoje, durante uma conferência de Imprensa que o comandante da Polícia vai realizar e para a qual foram convidados também os representantes da Imprensa estrangeira que se encontram nesta cidade.

Caminho Perigoso

(Continuação da página anterior)
com a triste aventura do «Santa

An. 3- Notícia acerca do acontecimento em Luanda publicada pelo Diário de Lisboa a 5 de Fevereiro de 1961. Adaptada do site “*Citizen Grave*” por Francisco Grave

ANOTHER EXPLOSION—IN AFRICA'S LAST BIG EMPIRE



HONOR GUARD for African soldiers killed in riot was a signal from the largely black Nigerian Army.


The collapse of Belgium's African colonial empire had produced the conquest of the Congo. Now new racial violence was illustrating Portuguese Africa, the only major colonial territory in black Africa which have still not been taken. Just across the border from the Congo lies Angola, a huge chunk of land nearly twice as big as Texas. There black men killed white men and fought courage was taken.

The violence came after the tragicomic crisis of Portugal's last the Sino-Mozambique. Perhaps can be likened to the panics of 1906, several hundred black, including many black Africans, stayed a night in a prison and public hall- quarters in the capital city of Lourenço. When the fighting was over all were on their feet and one black army corporal lay dead. Officials called for a state funeral. Some 20,000 troops, mostly white, turned out for it, and carried (joined a Luanda cemetery, "Nelson's" called Lourenço photographer James Bebbie, who took the exclusive picture shown here. "The ceremony was observed by 200,000 persons. Candles crackled out. As I ran toward the

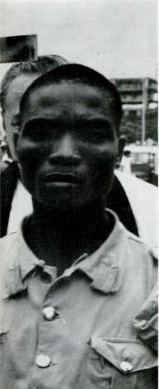
ring I noticed white men rushing alongside me with sticks and stones in their hands. They were shouting "More soldiers" (kill them all!)"

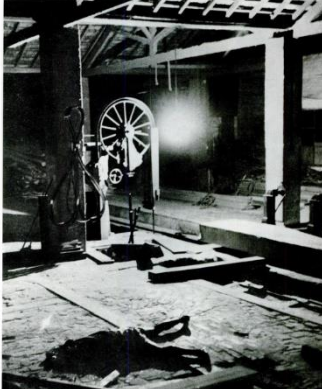
Later it was officially reported that several blacks had made a disturbance at the gates and the crowd rushed out to catch them. But in their rage they began chasing every black they found. Part of the mob closed in on a newly hatched child. He had almost cracked out. When I reached the child a black lady was sprawled on the floor. When men were milling round the corpse, screaming at it, beating on it, they were found a length of barbed wire and stuck on head at the body that he spent his lifetime, scrambling backward on the floor.

Portuguese authorities tried to send white violence Order was soon restored and Governor General de Silva Teixeira replaced the first attack on the work of African nationalism from outside the country. Whether this is true or not, confidence in Portuguese authority—maintained for nearly 200 years of overlaid rule and isolation—has been symbolically and perhaps prophetically shaken.



MOURNERS for police victims include government president (left) and army commander (right).





WHITE MOB armed with guns and sticks moves in for kill as victims appear—discarded on their end.

BLACK VICTIM of rioters lies in several places he was shot and killed by the uncontrolled mob.

An.4- Parte da reportagem publicada pela revista “Life” acerca do pós 4 de fevereiro. Adaptada do site “*Citizen Grave*” por Francisco Grave

**ARMANDO DE CASTRO
LUANDINO VIEIRA
E ISABEL DA NÓBREGA**
— grandes prémios literários
da Sociedade Portuguesa de Escritores



ARMANDO DE CASTRO — Grande Prémio de Ensaio

instituído pela Sociedade Portuguesa de Escritores com o patrocínio da Gulbenkian.

O júri era constituído pelos escritores Augusto Saraiva, Castelo Branco Chaves, José Cardoso Pires, Mário Sacramento e Teixeira da Mota.

O escritor Luandino Vieira é angolano e foi recentemente galardoado em Angola com o prémio «Mota Veiga», atribuído também ao livro «Luanda».



ISABEL DA NÓBREGA — Prémio Camilo Castelo Branco

A Sociedade Portuguesa de Escritores atribuiu os prémios «Camilo Castelo Branco», «Grande Prémio de Novelística» e «Grande Prémio de Ensaio», — segundo foi hoje comunicado — respectivamente a Isabel da Nóbrega, pela sua obra «Viver com os outros»; Luandino Vi-

eira, pelo seu livro «Luanda»; e Armando de Castro, pelo seu livro «A evolução económica de Portugal — século XII a XV».

O prémio «Camilo Castelo Branco-64», no valor de 50 contos, e instituído pelo Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e patrocinado pela Sociedade Portuguesa de Escritores.

O júri era constituído pelos escritores António Coimbra Martins, José Palla e Carmo, José Régio, Mário Dionísio e Oscar Lopes.

O «Grande Prémio Novelística», no valor de 50 contos, o mais alto galardão para a novela portuguesa, foi instituído pela Sociedade Portuguesa de Escritores com o patrocínio da Fundação Gulbenkian.

O júri era constituído pelos escritores Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho, João Gaspar Simões e Manuel da Fonseca.

O «Grande Prémio de Ensaio», também no valor de 50 contos, foi



LUANDINO VIEIRA — Grande Prémio de Novelística

TURISMO LUSO-ESPANHOL

A fim de se ocuparem de problemas de turismo que interessam a Portugal e Espanha, reuniram-se hoje, num hotel de Lisboa, algumas entidades ligadas a essa actividade.


AS OBRAS DO METROPOLITANO
MENOS T
NA AVENIDA A
COM O GRA
NO LARGO

Na rua da Palma e na Avenida Almirante Reis prosseguem, em bom ritmo, as obras do metropolitano com a promessa da inauguração das estações do Socorro e dos Anjos no começo do próximo ano.


Na parte compreendida entre o Intendente e a travessa Cidadão

An.5- “Armando de Castro, Luandino Vieira e Isabel da Nóbrega- grandes prémios literários da Sociedade Portuguesa de Escritores”. República, 19 de Maio de 1965, p.7. Adaptada do site da Hemeroteca Digital, por Hemeroteca Municipal de Lisboa.


UNDAO PAGINA CINCO



Isabel da Nóbrega



Luandino Vieira



Armando Castro

Isabel da Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro

obtiveram respectivamente o
Prémio Camilo Castelo Branco
(Romance), Grande Prémio da
Novela e Grande Prémio do
Ensaio

Foram tornados públicos os nomes dos vencedores dos Grandes Prémios deste ano. O Prémio Camilo Castelo Branco, patrocinado pelo Grémio dos Editores e Livreiros, e no valor de 50.000\$000 foi atribuído à escritora Isabel da Nóbrega, pelo seu romance *Viver com os Outros*. Esse romance transcreve uma longueta conversa que depois de um jantar na casa do Dr. Henrique Fervereiro e sua mulher (Ana), se estabelece entre os anfitriões e os convidados. Pela transcrição da conversa, consegue Isabel da Nóbrega iluminar-nos maravilhosamente o mundo literário das personagens, o porquê e o como delas, os motivos que são o forro das suas opiniões, o recorte interno e externo da forma por que agem. Um tema prevalece sobre os restantes: o da solidão e incommunicabilidade entre as pessoas. Ora a Autora nega a tese de raiz Riechegardiana segundo a qual a solidão existe porque os outros existem. E nega-a, inclusivamente pela boca da própria Ana que, no final do livro, exclamará: «É noite. É Junho, amor, e estamos vivos. E não estamos sózinhos. Oh! esta alegria de não estarmos sós».

Trata-se de um livro de relevante e inegável interesse pelo jogo muito destro e inteligente das nuances da conversação, por intermédio da qual se faz a análise de um meio, se estabelecem os seus valores dominantes e se revela com uma argúcia às vezes estonteante a psicologia de cada personagem.

O prémio foi atribuído por um júri constituído pelos seguintes escritores: Prof. Jacinto do Prado Coelho, António Coimbra Martins, José Palla e Carmo, Mário Sacramento e Oscar Lopes.

O Grande Prémio da Novela, também no valor de 50.000\$000, foi atribuído ao escritor angolano Luandino Vieira. O júri era assim constituído: João Gaspar Simões, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca e Fernanda Botelho.

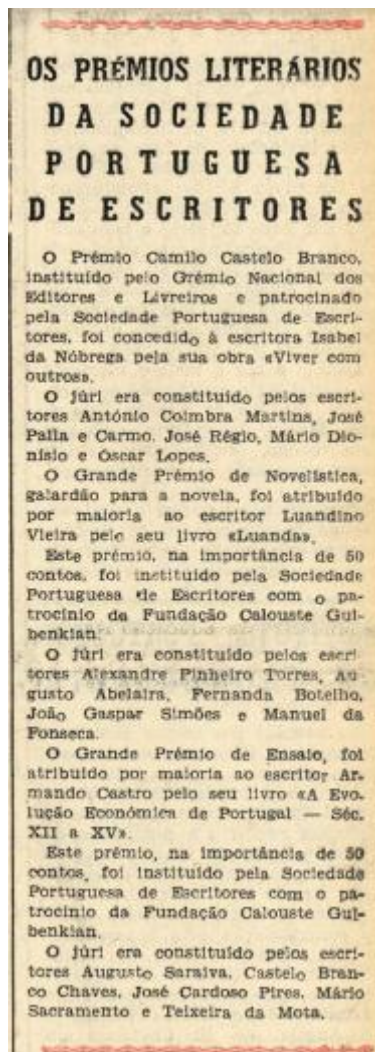
Luandino Vieira, que conta apenas 29 anos, nasceu em Vila Nova de Ourém, na Metrópole, tendo ido bastante novo para Angola. Começou a sua actividade literária em O Estudante, órgão dos alunos do Liceu de Luanda. De 1957 a 1960 aparece integrado numa camada de novos escritores angolanos que elaboraram «CULTURA», Jornal Literário da Sociedade Cultural de Angola. Ali se encontram poemas, contos e ilustrações com a sua assinatura. Em 1960 publica o seu livro de estreia *A Cidade e a Infância*, tendo publicado depois *Dois Histórias de Pequenos Burgueses* (1961) e *Luanda* (1964), que lhe valeu agora o Grande Prémio.

A quando da aparição do livro, o organizador desta página pronunciou-se no Diário de Lisboa da seguinte maneira: «Três histórias que são (...) três obras-primas do nosso conto contemporâneo, e a enorme e imprevista revelação de um escritor de sensibilidade excepcional e de notável capacidade de criação dum estilo... É n' A Estória do Ladrão e do Papagaio, que desde já considerado digna de figurar sem desdouro ao lado das melhores de José Cardoso Pires de *Jogos de Azar*, ou das melhores de Manuel da Fonseca de *O Fogo e as Cinzas* (e que maior elogio poderia eu fazer-lhe?), é nessa estória que Luandino Vieira nos dá prova das suas extraordinárias possibilidades, etc.».

O prémio do Ensaio, também no valor de 50.000\$000 foi atribuído, com justiça indiscutível ao extraordinário trabalho *A Evolução Económica de Portugal* (I e II vols.), da autoria do grande ensaísta Dr. Armando Castro.

Os últimos dois prémios são patrocinados pela Fundação Cul-

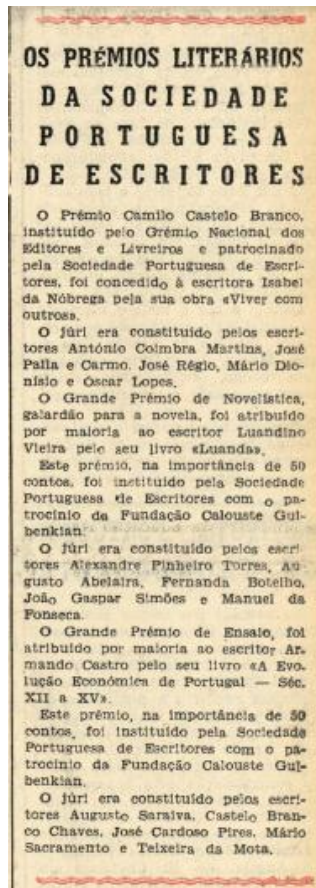
An.6- “Isabel da Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram respetivamente o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio da Novela e Grande Prémio do Ensaio”. *Jornal do Fundão*, 23 de Maio de 1965, p.5. Adaptada do *Jornal do Fundão*.



An.7- “Foram atribuídos os prémios literários da Sociedade Portuguesa de Escritores”. Diário de Lisboa, 19 de Maio de 1965, p.24. Adaptada do site da Hemeroteca Digital, por Hemeroteca Municipal de Lisboa.



An.8- “«Luuanda», de Luandino Vieira – 1º prémio de novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores”. ABC- Diário de Angola, 16 de Maio de 1965, p.1. Adaptada do site da Hemeroteca Digital, por Hemeroteca Municipal de Lisboa.



An.9- “Os prémios literários da Sociedade Portuguesa de Escritores”. Diário da Manhã, 20 de Maio de 1965, p.3. Adaptada do site da Hemeroteca Digital, por Hemeroteca Municipal de Lisboa.

50 ANOS

FERNANDO FERRAZ

Para os meus despreocupados 9 anos, o mistério-Seminário era qualquer coisa de muito enigmático e que um indômito espírito de curiosidade teimava em desvendrar.

Ver passar os seminaristas pelas ruas do Fundão, apreciar o garbo dos seus escuteiros com vozes de comando que deslocariam a Gardunha em passos à «retaguarda», ouvir os «senhores padres» em «dinos sermões» na Igreja, viver as conversas que sondava de recentes «recordações» de seminaristas distribuídos pelas casas de José dos Santos Figueira, de Piedade da Cruz, de Alvaro dos Santos, de Hermínia Cardeiro, de Maria Delfina Gonçalves e de outros; ouvir falar da dedicação do dr.

Chorão, da presença do dr. Armando da Silva e dos Irmãos Monteiros, da caridade de D. Maria José Chorão e D. Ana Monteiro, espicaçava mais ainda uma certa aguçada curiosidade de saber como viviam esses «homens» que mereciam assim tanta desvelada atenção de tanta gente importante, dirigidos por um Padre cuja presença era respeito e o reflexo dum encanto que prendia: o Ónego Santos Carreto.

E um dia, recordo-me como se fosse hoje, vou em tarde chuvosa de primavera cinzenta, até ao Seminário Velho, prescrutar um pouco de tanto segredo.

E a mais não chegou a timidez dum «homem» forte... apenas na imaginação juvenil, do que meter-se pela portaria adentro e varrer com olhos devoradores toda a vasta sala de estudo. E vi e não compreendi: um Crucifixo enorme e muitos livros... (alguns «muito grandes» que eram os dicionários de latim).

Os anos passaram e longa seria esta crónica se tudo para aqui viesse.

Hoje esse rapaz curioso conta

CONTINUA NA 3.ª PAGINA

50 ANOS

CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAGINA com quase 25 anos de serviço no Seminário do Fundão, pobre e inútil serviço talvez, mas cheio do mesmo entusiasmo que devorava a ansia da primeira hora.

Como sempre, sinto e vivo ainda pelas ruas e pelas almas do Fundão, o orgulho de termos e de merecermos o Seminário Menor da Diocese, neste rincão abençoado por Deus — nesta bela Cova da Beira. Ele é «O nosso Seminário».

Tem o Fundão beneficiado com a presença do Seminário não só porque as recordações da meninice dos nossos seminaristas se prolonga pela vida fora em grata recordação «dos tempos despreocupados que não voltam» e que mais de dois mil «rapazes» revivem em todos os quadrantes do mundo como também o Seminário tem beneficiado dum permanente série de atenções e generosidades, de que outros seriam capazes, inegavelmente, mas por favor providencial do Céu, foi o Fundão destinado a traduzir em manifestações que nos segredos da Economia Divina hão-de ter produzido muitas e valiosas benesses espirituais e temporais.

Nesta hora festiva, se sentirmos que mais e melhor se poderá fazer, ainda poderemos orgulhosamente afirmar que continuará o Fundão a merecer a honra de possuir o Seminário Menor da Diocese — alfôbre de vocações, esperança da Igreja — e que de mãos dadas sabermos honrar novas páginas da história da Diocese e da Igreja em Portugal. Binómio que nunca se desfazá: Seminário — Fundão.

Se o Seminário festeja 50 anos de permanência na vila do Fundão, o Fundão rejubila com 50 anos de graças e de bênçãos que lhe têm vindo através desta admirável instituição ao serviço de Deus e da Pátria: o Seminário.


O ouro e a morte

Trabalhava no campo e, há meses, resolveu demandar em conquista de melhores dias o sr. António Antão Gaspar, natural do Brejo, Janeiro de Cima. Disse a sua mulher, sr.ª Idalina Gaspar que ia para a mina aurífera de Alvar onde outros se encontravam já, prometendo regressar com pecúlio para uma vida mais desafogada.

Voltou, realmente, com algum dinheiro. Mas trazia também enfermidade grave e há dias faleceu. Como a doença tinha sintomas estranhos a viúva e alguns vizinhos atribuíram-na ao ouro, pelo

An.10- “50 Anos”. Jornal do Fundão, 23 de Maio de 1965, p.1.

Adaptada do Jornal do Fundão, por Fernando Ferraz.

5.  8.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Direcção dos Serviços de Censura

Delegação de CASTELO BRANCO

N.º 26

CONFIDENCIAL

Ex.º Sr. Director do "JORNAL DO FUNDÃO"

António Fátima
27/5/65

5600

FUNDÃO

Ajudante do Cartório

Em virtude de comunicação da Direcção dos Serviços de Censura, em officio confidencial de 24 do corrente, informo V.Ex.ª de que o "Jornal do Fundão deve considerar-se suspenso desde já, até decisão definitiva do assunto que à suspensão deu origem.

Sem outro assunto de momento, apresento a V.Ex.ª os meus cumprimentos.

A Bem da Nação

Castelo Branco, 26 de Maio de 1965

An.11- Comunicado de suspensão do Jornal do Fundão a mando da Direcção Geral dos Serviços de Censura. Adaptado da Direcção dos Serviços de Censura.



An.12- “Beira Baixa-provincia decadente- sem boas estradas não há progresso”. Adaptada do Jornal do Fundão.



An.13- “Oito milhões de contos para obras públicas”. Adaptada do Jornal do Fundão.

50 ANOS

FERNANDO FERRAZ

Para os meus despreocupados 9 anos, o mistério-Seminário era qualquer coisa de muito enigmático e que um indomito espírito de curiosidade teimava em desvendar.

Ver passar os seminaristas pelas ruas do Fundão, apreciar o garbo dos seus esportes com vozes de comando que deslocariam a Gardunha em passos à «retaguarda», ouvir os «senhores padres» em «lindos sermões» na Igreja, viver as conversas que sondava de recentes «recordações» de seminaristas distribuídos pelas casas de José dos Santos Figueira, de Piedade da Cruz, de Alvaro dos Santos, de Hermínia Cardeiro, de Maria Delfina Gonçalves e de outros; ouvir falar da dedicação do dr.



Chorão, da presença do dr. Armando da Silva e dos Irmãos Monteiros, da caridade de D. Maria José Chorão e D. Ana Monteiro, espicaçava mais ainda uma certa aguçada curiosidade de saber como viviam esses «homens» que mereciam assim tanta desvelada atenção de tanta gente importante, dirigidos por um Padre cuja presença era respeito e o reflexo dum encanto que prendia: o Cônego Santos Carreto.

E um dia, recorde-me como se fosse hoje, vou em tarde chuvosa de primavera cinzenta; até ao Seminário Velho, presenciar um pouco de tanto segredo.

E a mais não chegou a timidez dum chomem forte... apenas na imaginação juvenil, do que meter-se pela portaria adentro e varrer com olhos devoradores toda a vasta sala de estudo. E vi e não compreendi: um Crucifixo enorme e muitos livros... (alguns «muito grandes» que eram os dicionários de latim).

Os anos passaram e longa seria esta crónica se tudo para aqui viesse.

Hoje esse rapaz curioso conta

CONTINUA NA 3.ª PÁGINA

50 ANOS

CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA
com quase 25 anos de serviço no Seminário do Fundão, pobre e inútil serviço talvez, mas cheio do mesmo entusiasmo que devorava a ansia da primeira hora.

Como sempre, sinto e vivo ainda pelas ruas e pelas almas do Fundão, o orgulho de termos e de merecermos o Seminário Menor da Diocese, neste rincão abençoado por Deus — nesta bela Cova da Beira. Ele é «O nosso Seminário».

Tom o Fundão beneficiado com a presença do Seminário não só porque as recordações da meninice dos nossos seminaristas se prolonga pela vida fora em grata recordação «dos tempos despreocupados que não voltam» e que mais de dois mil «rapazes» revivem em todos os quadrantes do mundo como também o Seminário tem beneficiado dum permanente série de atenções e generosidades, de que outros seriam capazes, inegavelmente, mas que, por favor providencial do Céu, foi o Fundão destinado a traduzir em manifestações que nos segredos da Economia Divina não-de ter produzido muitas e valiosas benesses espirituais e temporais.

Nesta hora festiva, se sentimos que mais e melhor se poderá fazer, ainda poderemos orgulho-

samente afirmar que continuará o Fundão a merecer a honra de possuir o Seminário Menor da Diocese — alfébre de vocações, esperança da Igreja — e que de mãos dadas sabermos honrar novas páginas da história da Diocese e da Igreja em Portugal. Binómio que nunca se desfará: Seminário — Fundão.

Se o Seminário festeja 50 anos de permanência na vila do Fundão, o Fundão rejubila com 50 anos de graças e de benções que lhe têm vindo através desta admirável instituição no serviço de Deus e da Pátria: o Seminário.

O ouro e a morte

Trabalhava no campo e, há meses, resolveu demandar em conquista de melhores dias o sr. António Antão Gaspar, natural do Brejo, Janeiro de Cima. Disse a sua mulher, sr.ª Idalina Gaspar que ia para a mina aurífera de Alvar onde outros se encontravam já, prometendo regressar com pecúlio para uma vida mais desafogada.

Voltou, realmente, com algum dinheiro. Mas trazia também enfermidade grave e há dias faleceu. Como a doença tinha sintomas estranhos a viúva e alguns vizinhos atribuíram-na ao ouro, pelo

An.14- “50 anos”. Adaptada do Jornal do Fundão, por Fernando Ferraz.

Paul — terra esquecida

Sr. Director

Foi com bastante alegria que li no último número do Jornal a notícia de que o Paul vai ter material próprio para incêndios. Desde já muito agradeço às pessoas que tiveram tão útil ideia e a todos que para ela contribuem, pois a nossa terra bem precisa desta iniciativa. De outros melhoramentos carece o Paul, e se me dá licença apontarei alguns dos que considero principais.

Iluminação pública — Temos parte da Aldeia sem uma lâmpada e noutras zonas há ruas só com uma lâmpada, lá ao longe, o que não está certo. Ora se lá estão os candeeiros, para que servem?

As entradas da povoação também precisam que lhe dediquem melhor atenção. Se vamos da Covilhã apresenta-se logo à entrada uma casa meio desmantelada e uma estrada que há cerca de vinte anos não beneficia de uma reparação. Se vamos pelo Fundão temos logo outra assim, que pertence aos ensalos da Música. Também quero pedir a quem de direito que mande pôr uma placa de sinalização na estrada a seguir ao cruzamento da estrada da Erada, junto à quinta da Ameixoela, onde há uma curva. Os automobilistas mal entram na

recta aceleram sem se aperceberem dos perigos. Ainda há bem pouco tempo ali ocorreu uma morte e os desastres são frequentes. Outro assunto são as luzes nas bicicletas e carros de bois na povoação e imediações, em que se notam muitas falhas.

A nossa igreja tem o tecto quase a cair. Ora podíamos bem evitar isto, pois a nossa terra, tão religiosa como é, pode fazer alguma coisa pela igreja.

Não temos uma sala onde receber alguém que nos visite. Até aqui tem servido o largo do Refúgio, mas está vergonhoso, cheio de poças, altos e baixos, pedras arrancadas, etc. Ali podia ser a sala de visitas da nossa querida terra. Necessário era alargá-lo, pois tem espaço para isso. Não se gastava muito; bastava demolir uma ou duas casas e aproveitar um quintal que está ao pé.

Os paulenses ausentes quando vão à sua terra, como me aconteceu a mim por altura das festas das Páscoa, vêm sempre com má impressão devido a estas falhas, como as que aponto.

Assim, aqui deixo os meus votos para que em breve estes problemas possam ser resolvidos, a bem da nossa terra.

José Lucas Ramos
Lisboa

An.15- “Paul- terra esquecida”. Adaptada do Jornal do Fundão, por José Lucas Ramos.

Belmonte e o ensino primário

Sr. Director

Desde há muito tempo que era para fazer este desabafo. Por alguns factos não me tinha ainda disposto a fazê-lo, mas as circunstâncias impellem-me agora a escrever.

Trago um filho na escola em Belmonte há três anos e ainda não teve mais de meio dia de escola em cada dia. Dizem que é por o edificio estar em ruínas que não podem dar escola e que tiveram de mudar para outras. Mas há tanto tempo!?

Assim, as crianças perdem preciosas horas que poderiam dedicar às aulas, o que é, como bem se compreende, grande prejuízo para o ensino. O meu caso é particularmente grave. Vivo numa quinta isolada, demorando as crianças uma hora e meia a chegar à escola, a pé. Não tive outro remédio senão resolver mandá-la para Belmonte e estou a pagar pensão, o que me fica muito caro.

Veja, sr. Director, se o caso merece ou não que quem de direito lhe dedique a devida atenção. E na verdade um problema muito grave, pois este estado de coisas faz que se atrasem as crianças de todas as classes.

Maximino Lopes da Silva

An.16- “Belmonte e o ensino primário”. Adaptada do Jornal do Fundão, por Maximino Lopes da Silva.

DO COVILHÃ

C. D. C.
— VINTE VALORES

PREÇAS DESAPRESSADAS!

A. S. TABORDA

As coisas andam a correria, e a vida anda a correria. Não se sabe ao certo o que vai acontecer, mas o certo é que a vida anda a correria. Não se sabe ao certo o que vai acontecer, mas o certo é que a vida anda a correria.

O Torneio Primavera e o rinque de patinagem inaugurados pelo sr. Director Geral dos Desportos

Na tarde de ontem, o Director Geral dos Desportos, Sr. António de Almeida, inaugurou o Torneio Primavera e o rinque de patinagem. A inauguração foi feita com uma cerimónia simples, mas muito agradável. O Sr. Director Geral dos Desportos falou sobre a importância dos desportos para a população e sobre o papel do Estado na promoção da actividade física.

ES

ES

ES

ES

A PROPOSITO DE AVIAÇÃO

A propósito da aviação, o Sr. Director Geral dos Desportos falou sobre a importância da aviação para o desenvolvimento do país. Ele mencionou a necessidade de melhorar a infraestrutura aeroportuária e de promover a aviação comercial.

LUGOS EM FESTA INAUGURADO UM ALBERGUE DE TURISMO

Um albergue de turismo foi inaugurado em Lugos. O albergue foi construído com fundos do Estado e da comunidade local. Ele oferecerá alojamento a turistas e viajantes que visitam a região.

CONSERVATORIO

Conservatorio de Música de Lisboa. O conservatório de música de Lisboa está a receber inscrições para o próximo ano lectivo. O curso inclui aulas de música, teoria e história da música.

Atividades culturais do Orfeão

Três palestras de E. M. Melo e Castro sobre poesia

Três palestras sobre poesia foram dadas por E. M. Melo e Castro. As palestras abordaram temas como a evolução da poesia portuguesa e o papel do poeta na sociedade.

A escritora Natália Correia falou no Montanhismo

Natália Correia falou sobre o montanhismo. Ela falou sobre a importância do montanhismo para a saúde física e mental, e sobre o papel do Estado na promoção do turismo de natureza.

ACIDENTES DE VIAÇÃO

Acidentes de viação ocorreram em várias regiões. Os acidentes foram causados por falhas técnicas e erros humanos. As autoridades estão a investigar as causas dos acidentes.

Visita ao Albergue

Visita ao albergue de turismo em Lugos. O Sr. Director Geral dos Desportos fez uma visita ao albergue para verificar as condições de funcionamento e para agradecer o trabalho da equipa de voluntários.

Morreu António Garcia bombeiro exemplar e o mais velho do País

Morreu António Garcia, bombeiro exemplar e o mais velho do País. António Garcia foi um homem de bem, dedicado ao trabalho e à comunidade. Ele deixou um legado de honra e respeito.

De quem são estes objectos?

De quem são estes objectos? O Sr. Director Geral dos Desportos encontrou alguns objectos abandonados em um parque. Ele está a tentar encontrar os donos dos objectos.

Horário da Delegação do nosso Jornal

Horário da delegação do nosso jornal. O jornal estará disponível em várias localidades durante o dia. O horário de funcionamento é das 8h às 18h.

O marido que maltrata a mulher

O marido que maltrata a mulher. Um caso de violência doméstica foi denunciado. A mulher está a procurar ajuda legal e psicológica.

Um cão nada amigo do homem

Um cão nada amigo do homem. Um cão de raça desconhecida foi encontrado a atacar pessoas em uma rua. As autoridades estão a tentar identificar o dono do cão.

Dois aspectos do distrito

Dois aspectos do distrito. Um artigo sobre a situação socioeconómica do distrito. O artigo aborda temas como o desemprego e a pobreza.

Agendamento de exames

Agendamento de exames. O Sr. Director Geral dos Desportos está a agendar exames para os atletas. Os exames serão realizados em várias localidades.

NOTICIA NA 8.ª PAGINA

DO FUNDÃO — 23 DE MAIO DE 1965 — N.º 984 — 2.º CADERNO

An.18- Correio da Covilhã (Jornal do Fundão, 23 de maio de 1965, p.9). Adaptado do Jornal do Fundão.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

DIRECÇÃO
DOS
SERVIÇOS DE CENSURA

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Ex.^{mo} Sr.

N.º 656.....

Director do Jornal do Fundão

CONFIDENCIAL

FUNDÃO

=1= Em referência à resposta desse jornal de 12 do corrente, cum-
pre-me informar V.Ex.^a. que deverão ser enviadas a estes Servi-
ços, para junção ao processo, as "provas" vizadas que deve ter
em seu poder, relativamente às páginas e artigos a que dizem
respeito os n.ºs. 1 e 2 do nosso ofício n.º. 632, de 7 do corren-
te, as quais não nos foram remetidas para prova do alegado nos
n.ºs. 1.º. a 3.º. da resposta desse jornal. As "provas" aludidas
poderão ser-nos remetidas, nos originais ou em fotocópias, devi-
damente rubricadas por V.Ex.^a..

=2= Nos n.ºs. 1 e 2 do nosso ofício n.º. 632, de 7 do corrente, já
se mencionava que as páginas e artigos ali referidos não se
mostravam vizados pela Censura e devido a tais elementos próba-
tórios -ao contrário de outros relativas ao mesmo n.º. do jor-
nal- não constarem nestes Serviços e, portanto, do processo res-
pectivo.
De resto, devo ainda informar V.Ex.^a. que a junção das "provas"
vizadas por parte dos jornais arguidos em processos discipli-
nares tem sido e é norma usualmente seguida.

=3= Em conformidade, digne-se V.Ex.^a. enviar a estes Serviços, no
prazo de 2 dias, a contar da data de recepção deste ofício, as
"provas" referidas ou, caso o não possa fazer, apresentar ra-
zões fundamentadas de tal circunstância.

A bem da Nação

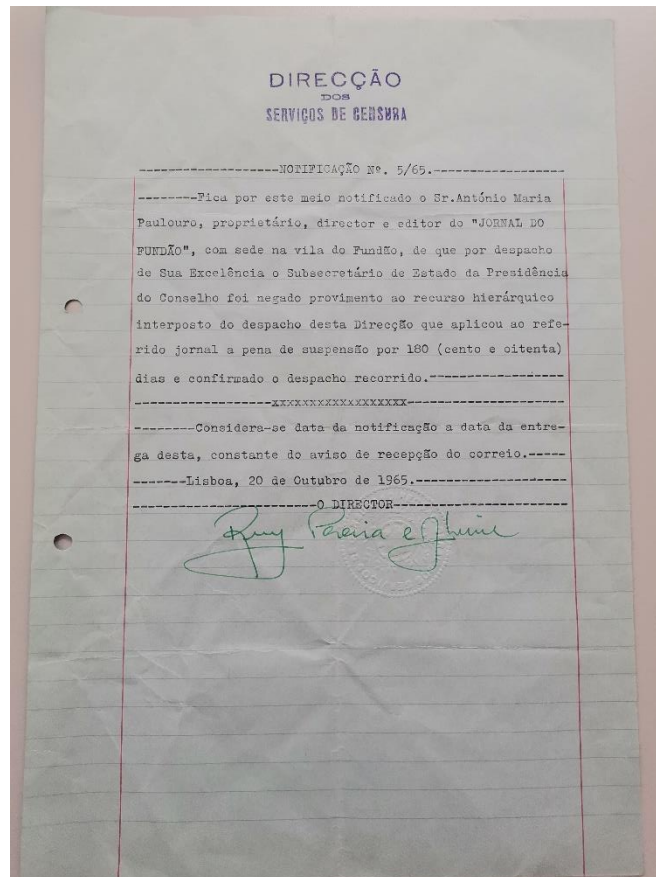
Lisboa, 14 de Junho de 1965.

O DIRECTOR

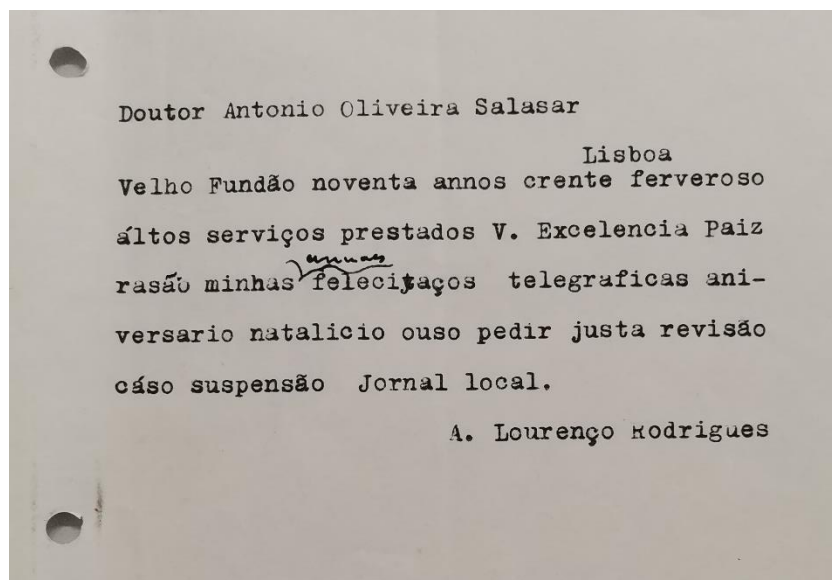
ML/.

11503

An.19- Pedido enviado ao JF para envio de notícias e artigos que não tinham sido visados pela Direção de Serviços de Censura. Adaptado da Direção de Serviços de Censura.

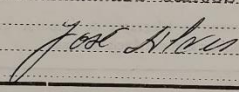


An.20- Notificação dos Serviços de Censura a negar o recurso hierárquico. Adaptado da Direcção dos Serviços de Censura.



An.21- Telegrama enviado a António Oliveira Salazar

TELEGRAMA

NÚMERO LOCAL	IND. DE SERVIÇO	DESTINO	ORIGEM	NÚMERO	PALAVRAS	DATA	HORA
VIA:		INDICAÇÕES EVENTUAIS*				CUSTO	
ENDEREÇO:		Exmº Senhor Governador Civil de Castelo Branco				\$	
						\$	
						\$	
						TOTAL \$	
TEXTO E ASSINATURA: Mãe soldado Manuel Esteves dos Santos morto combate defesa Guiné vem respeitosamente informar V. Exª Jornal do Fundão foi sempre e é grande amigo dá apoio moral soldados Ultramar defendem nossa querida Pátria.							
Antónia dos Santos residente Patela 							
NOME E MORADA DO EXPEDIDOR (Estas indicações não são transmitidas)						HORA DE APRESENTAÇÃO	
TELEFONE							

(*) Vide verso. 2 000 000 ex. — 20-9-63 — R. D. R.


An.22- Telegrama enviado por mãe de soldado do Ultramar

As pessoas abaixo assinadas respeitosamente pedem V.Exª levantamento da suspensão do Jornal do Fundão, órgão Imprensa regional útil à Beira Baixa e ao País.

Manuel António Correia
 João António Garcia Luedera
 Joaquim Baptista
 José António Correia
 António Afonso Coimbra
 Maria Antónia
 Alberto Conceição Almeida
 Carlos Romão Caminho do Amor
 José Cassiano Santos
 Maria Teófilo de Sousa
 Eduardo Sá
 Luís de Campos Sousa
 José Alberto Pinto e Silva
 Bernardino de Campos Sousa
 Gonçalo Ferreira Tradinho
 António Martins Coelho
 José Paulo Marques
 Maria Soudes Sousa dos Reis
 António de Araújo Louçã
 António Ramos dos Santos
 Manuel Joaquim
 Joaquim Abreu e Silva
 Américo Louçã Rogueira Louçã
 Francisco V. Teófilo
 António de Brito Monteiro

Maria Luísa Dias
 Manuel da Silva Carvalho
 Inês Almeida Real
 José António de Almeida
 António Marques dos Reis
 José Joaquim
 José Felício de Sousa
 José António de Sá
 Francisco Sá
 José António de Sousa
 José António de Sousa
 Manuel Bernardo de Sousa
 António dos Reis Ferreira
 Francisco Filomeno Gil Aguiar
 José Manuel Leite da Costa
 José Luís de Silva Sousa
 António Almeida
 Maria da Conceição Jacinto
 Georgina Proença Briso Caetano
 Maria da Conceição
 José Faria Jacinto
 José Manuel Pereira Castro
 Luís António de Sousa dos Santos
 António Manuel Soares
 António Manuel Soares
 José Ramos Louçã
 José de Jesus Louçã

An.23- Telegrama enviado por um grupo de particulares

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO FUNDÃO
AVENIDA SALAZAR  TELEFONE 5 2 2 4 4
FUNDÃO

TEXTO DOS TELEGRAMAS A ENVIAR AO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO
E SR. GOVERNADOR CIVIL.

NATAÇÃO *
A Associação Desportiva, assembleia geral, direcção, conselho fiscal e secções respeitosamente solicitam de V.Ex.ª levantamento da suspensão imposta ao Jornal do Fundão, prestigioso órgão Imprensa regional com grandes serviços prestados à Beira Baixa e ao País.

BASQUETEBOL *

FUTEBOL DE SALÃO *

ANDEBOL *

ATLETISMO *

VOLEIBOL *

HOQUEI EM PATINS *

TÊNIS DE MESA *

BADMINGTON *

CAMPISMO *

CAÇA E PESCA *

A DIRECÇÃO
João da Silva Carvalho
(Secretário)

An.24- Telegrama enviado pela Associação Desportiva do Fundão

TELEGRAMA							68
Número local	Indicações de serviço	Destino	Indicações de transmissão				
Origem	Número	Palavras	Data	Horas			
Via		Indicações eventuais (urgente, próprio pago, resposta paga, etc.)				Custo	
Endereço		Presidente do Conselho				\$	
		LISBOA				\$	
Texto e assinatura		A JUNTA DE FREGUESIA				\$	
		A Junta de Freguesia do Fundão, cõnscia do valor do Jornal do Fundão, no plano Regional e Nacional, pede a V. Exa. o levantamento da suspensão que lhe foi imposta.				\$	
		A JUNTA DE FREGUESIA				\$	
Expedidor		Hora de apresentação					
Morada		Tel.					

An.25- Telegrama enviado pela Junta de Freguesia do Fundão

1

B 14

Senhor Presidente do Conselho

Excelência:

Há mais de dois anos que, contrariamente às regras da Moral e do Direito, o "Jornal do Fundão" vem sendo vítima de medidas discriminatórias que são, como se provará, verdadeira ofensa à Constituição.

Respeitosamente, o signatário, António Maria Paulouro, que há vinte e dois anos fundou e desde então dirige aquele jornal, vem pedir a Vossa Excelência as devidas providências para que cessem as gravíssimas irregularidades que resumidamente expõe.

Antes, seja permitido referir que, por mais de uma vez, foi o signatário convidado a relatar em jornais franceses, v.g. "Le Monde", alemães e brasileiros, e história da sobrevivência de um jornal que por ter publicado uma notícia verdadeira, visada pela Censura, foi condenado a seis meses de suspensão. Este facto e outros não menos lamentáveis, como o de ser, averiguadamente, o único jornal da Europa sujeito a uma censura que funciona a trezentos quilómetros de distância, poderiam ser fonte de acerbas críticas. O signatário recusou, até hoje, todas as campanhas de solidariedade que do Estrangeiro lhe têm sido oferecidas. Mesmo a que se iniciou no "Estado de S. Paulo" foi suspensa a nosso pedido. Todavia, nas instâncias onde se decidem os destinos da Imprensa, alguém menos

visado vem procurando que o "Jornal do Fundão" dê, lá fora, público testemunho das arbitrariedades sofridas, que o director cometa esse ou outro, porventura pior, acto de desespero.

Senhor Presidente do Conselho

Excelência:

Está o signatário habilitado a provar que a continuada e ilegal perseguição sofrida nada tem de comum com quaisquer fins superiores de prestígio ou de defesa da Nação; resulta, tão só, de propósitos de índole pessoal, da satisfação de rancores cujas causas aliás se ignoram.

Claro indicio do carácter particular desta acção está no facto de ter sido arvorado em censor especial para o "Jornal do Fundão" um indivíduo que nem no plano intelectual, nem em qualquer outro, está à altura de tarefa tão delicada e difícil. Sucede até que esse indivíduo é filho do presidente da Câmara Municipal do Fundão e daí resulta que este magistrado administrativo goza do confortável privilégio de estar imune ao mais simples comentário, como se prova com o granel junto. (Doc. nº 1).

Muitos aspectos da vida local que ganhariam em ser estudados e comentados num jornal independente são sistematicamente suprimidas sem que a degradação moral que eleva a vogais do Conselho Municipal dois condenados a pena maior por roubo possa ser, ao menos, referida.

Mas se no que respeita às pequeninas questões de política local a acção da Censura se manifesta desta forma parcial e despótica, não menos pernicioso é essa acção a um jornal que tem sido, apesar

da modestia dos seus recursos, objecto de viva simpatia de eminentes personalidades de vários países, nomeadamente do Brasil e da França e, obviamente, do nosso.

Assim, contam-se por muitas dezenas os artigos da autoria de escritoras e jornalistas ilustres que o "Jornal do Fundão" se viu impossibilitado de publicar e que no mesmo dia ou na mesma semana outros jornais livremente publicaram.

Senhor Presidente do Conselho

Excelência:

O "Jornal do Fundão" tem a seu crédito uma obra - pobre, discutível, imperfeita, - mas séria. E ao longo de vinte e dois anos tem sido um elo entre milhares de portugueses que vivem longe da Pátria.

Todavia não falta quem, a encobrir a defesa de interesses particulares ou a satisfação de apetites com o argumento de "país em guerra" finja esquecer que o "Jornal do Fundão" foi, desde 1961, o jornal português que mais mensagens de soldados publicou, com evidente sacrifício de espaço e a despesa de centenas de gravuras. Portador dos anseios e das esperanças de tantos soldados de África, fiel companheiro de muitos que lá saíram e não esquecemos, o "Jornal do Fundão" não quer benefícios porque sabe que nada mais faz do que cumprir um dever. Mas tem a consciência de que nem todos, mesmo entre os beneficiados, o cumpriram tão bem.

Senhor Presidente do Conselho

Excelência:

Comentados os serviços prestados pelo "Jornal do Fundão" com os méritos do censor chamado a silenciar esta voz, é-nos extremamente grato verificar que as gentes da Beira Baixa e miriádmios beirões residentes em Lisboa, no Ultramar Português e no Estrangeiro, nos dão um apoio moral cada vez maior. Sucede até que as nossas carências, muito do que esquecemos ou não somos capazes de fazer é debitado à acção negativa da censura especial e ao especial regime a que estamos sujeitos. Todavia, porque ganhar a palma do martírio não está nos nossos propósitos e queremos ser apenas o que somos, rogamos a Vossa Excelência:

- que seja feito um inquérito à acção da censura especial que tem prejudicado o "Jornal do Fundão";
- que este jornal passe a ser visado na Delegação de Censura de Castelo Branco, em igualdade de condições com os demais jornais deste distrito;
- que cessem, por ilegais e injustas, todas as medidas discriminatórias contra o "Jornal do Fundão".

Respeitosamente pede deferimento que será um acto de justiça

Director, editor e proprietário do "Jornal do Fundão".

An.27- O artigo, que estava inserido uma sequência de vários artigos, sendo o terceiro, reflete acerca do decréscimo da taxa de natalidade a nível europeu. Conclui que é nos distritos do interior do país onde se notava um decréscimo da taxa de natalidade mais acentuado, sendo que na opinião do autor este fenómeno sucedia devido ao êxodo rural. O autor descreve a taxa de mortalidade infantil como “um setor onde o caminho a percorrer pelo Governo é bastante longo”, e que “para lá da melhoria geral da situação económico-social das populações, importava realizar uma conveniente cobertura sanitária e assistencial que beneficiasse a mãe e a criança” (Jornal do Fundão, 1965).

An.28- A secção do JF: “Publicações recebidas”, correspondia a livros e outras publicações que chegavam ao Jornal. Neste caso, destacam-se três livros, o primeiro de Carlos de Oliveira, um marxista, e, portanto, era, constantemente, censurado. O segundo livro é: “Ética e Psicanálise” de Erich Fromm, que seguia também uma ideologia marxista. O terceiro livro é da autoria de Mário Cesariny de Vasconcelos, tem o título de “Um auto para Jerusalém”, ele era um surrealista e desafeto ao regime, e por isso foi apresentado a interrogatórios da PIDE, diversas vezes.

An.29- O artigo reflete acerca do facto de em Portugal, as empresas oferecerem mais oportunidades de trabalho a estrangeiros e, conseqüentemente, não aproveitarem os jovens portugueses. Existia, na época, o preconceito de que os jovens não tinham capacidades para assumir as responsabilidades de um adulto.

An.30- O Jornal do Fundão (JF) vem expor o seu desagrado e o da população no geral, em relação aos recentes acontecimentos, na Escola Industrial e Comercial Campos Melo. Um abuso de poder por parte de alguns professores, que impunha uma barreira na convivência com os alunos, o que acabava também por influenciar a aprendizagem dos mesmos. O JF apresenta este pequeno artigo com o intuito de fazer um alerta, porque estavam “convictos, para mais, de que tais desmandos não chegavam ao conhecimento do diretor do estabelecimento” (Jornal do Fundão, 1965). Na época o diretor desse estabelecimento de ensino era um homem respeitado do regime, ou seja, fazer uma crítica à situação da escola, era fazer uma crítica ao seu diretor, e também, ao regime.

An.31- O artigo refere-se, às conclusões retiradas do último dia da 8ª Sessão do Vaticano II, no que diz respeito às modificações no decreto sobre o ecumenismo, e também pelo facto de ter sido adiada mais uma vez a declaração sobre a liberdade religiosa. O autor está a defender uma igreja mais tolerante aos problemas da sociedade, e que não fazia julgamentos. Uma igreja de todos, que não era aceite por uma minoria de “direitas”. A Igreja, que possuía uma ligação profunda com o regime salazarista, era considerada conservadora, estando o autor a fazer uma crítica ao ideário conservador cristão, está também a criticar a ideologia do regime.

An.32- O autor faz um elogio a Winston Churchill e à sua ideologia, fazendo muitas vezes alusões à ética social, que em Portugal não se verificava. O autor, ao mesmo tempo que elogia Churchill, está também a fazer uma crítica indireta ao regime de Salazar, que assumia uma posição contrária à ideologia seguida pelo primeiro-ministro britânico.

An.33- O autor defende o acesso à habitação económica entre as classes mais débeis, a reforma na empresa, proporcionando aos operários uma participação na mesma; a reestruturação agrária; o desenvolvimento da investigação e democratização do ensino; uma política de melhoramento local e esquemas de desenvolvimento regional. O autor refere ainda que, o país, na época, tinha publicado um conjunto de diversas reformas legislativas relacionadas com as reformas estruturais, porém algumas ainda não estavam completas e outras aguardavam execução.

An.34- O Jornal do Fundão (JF) vem expressar o seu desagrado para com a situação de desleixo e indiferença por parte das entidades governativas regionais, no que diz respeito, a alguns prédios que ameaçavam ruir na cidade.

An.35- O autor propõe uma revolução nos meios rurais, os mais desfavorecidos, em todos os aspetos da vida social. Defende “as obras públicas, a valorização da habitação rural, o ensino nas populações rurais, a saúde, a assistência e previdência, a criação de serviços e fixação de técnicos especializados no rural, a valorização da agricultura, das florestas e das pescas interiores, o incremento na pecuária, a industrialização dos produtos agrícolas, a reestruturação do

comércio”(Jornal do Fundão, 1965). O autor critica o Governo por falta de atuação nos meios rurais, e mostra que o mesmo foi por isso incoerente, citando as palavras do Presidente do Conselho (António de Oliveira Salazar) em 28 de Abril de 1934: “A Nação é para nós una e eterna; nela não existem classes privilegiadas, nem classes diminuídas. O povo somos nós todos, mas a igualdade não se opõe e a justiça exige que onde há maiores necessidades aí seja maior a solicitude; não se é justo quando se não é humano” (Jornal do Fundão apud Salazar, 1965).

An.36- O autor elogia Alves Redol e a sua obra: “Gaibéus”, o primeiro livro neorrealista publicado em Portugal. O facto de o artigo ser apresentado, na primeira página desta edição do Jornal do Fundão, é bastante significativo, isto porque o movimento neorrealista era contrário ao regime, e porque este livro em específico de Alves Redol era bastante crítico da realidade dos portugueses na época.

An.37- O autor defende que “os serviços médicos terão que ser mais acessíveis, prontos e eficientes”, e de seguida enumera vários casos em que os serviços de saúde da região tinham falhado. O Padre José Vicente, apresenta-nos uma crítica ao desinteresse do Governo pelos meios rurais, neste caso em particular, relacionado com os serviços de saúde que eram escassos e pouco acessíveis.

An.38- O segundo artigo é uma parte de um inquérito da revista “Flama”, acerca das doenças que mais matavam os portugueses, e logo no início lê-se que: “centenas de portugueses morrem por ano no nosso país. As causas são variadas. As doenças que vitimam muitos deles são numerosas” (Jornal do Fundão apud Flama, 1965). E mais à frente diz que: “O assunto é de flagrante atualidade. Ele mostra o muito, muitíssimo, que falta fazer em Portugal para conseguir alinhar ao lado dos outros países” (Jornal do Fundão apud Flama, 1965). Indiretamente, faz-se uma crítica ao Governo, e é também um alerta, para que as pessoas ficassem a saber a situação do país. É ainda crítico, pelo facto de no inquérito se referir, que Portugal era um país mais atrasado que os restantes países da Europa, e que as mortes por doenças era apenas um pormenor de toda a situação degradante da vida dos portugueses.

An.39- O autor faz neste artigo, uma reflexão acerca das definições de crítica construtiva e crítica destrutiva. O artigo apresenta, claramente, uma crítica indireta à censura e aos seus serviços, que na opinião de muitos jornalistas da época, cortavam por vezes informações e publicações, que na realidade apresentavam críticas construtivas, e não destrutivas, tal como eles as classificavam.

An.40- O autor descreve três casos de pobreza que espelham a realidade da população portuguesa na época, e nos meios rurais. Essa realidade tal como é, sem filtros, não era tolerada pelo regime de António de Oliveira Salazar. O seu autor faz uma crítica indireta ao Governo, pela incompetência de atuação nos meios rurais, os locais que eram sempre esquecidos e que na época apresentavam quadros preocupantes, tal como se sugere.

An.41- Neste conjunto de obras literárias que eram recebidas no Jornal do Fundão, destacam-se três autores. O primeiro Jorge Amado, escritor brasileiro, que desde cedo esteve integrado na intelectualidade comunista brasileira, sendo que essa ideologia se foi refletindo ao longo dos tempos também nas suas obras. O segundo escritor, francês, Hervé Bazin, um poeta que ficou conhecido pelo seu carácter autobiográfico, e estava politicamente ligado ao “Mouvement de la Paix”, que surgiu depois da 2ª Guerra Mundial e que propunha promover a paz, promulgada pela ONU. O movimento foi criado pelos movimentos de resistência associados ao comunismo, à religião cristã e também ao pensamento livre. O terceiro escritor Tennessee Williams, em 1961 apaixonou-se por um ex-combatente da guerra, tomando um rumo diferente na sua orientação sexual. Todos estes factos, que atualmente nos parecem banais, não eram bem vistos pela ideologia do nosso regime, daí a publicação de obras pertencentes a estes escritores, ser uma provocação para o regime salazarista.

An.42- O autor defende o diálogo dos líderes políticos com a opinião pública, como algo importante. Na época em que este artigo foi redigido, tinham-se criado plebiscitos, inquéritos à opinião pública e conferências de imprensa, onde o povo se podia expressar. Porém nem em todos os países isto acontecia, e o autor dá o exemplo de Portugal, onde o chefe do governo não tinha adotado o método das conferências de imprensa, ou qualquer outro, mas sim o de se dirigir sozinho às

massas, onde trazia a público “o seu pensamento político, as razões da sua ação governativa e a justificação do seu ponto de vista quanto ao que se fez e quanto ao que se deverá fazer” (Jornal do Fundão, 1965).

O facto de o Jornal do Fundão introduzir este artigo de Rolão Preto na primeira página desta edição demonstrava o seu descontentamento com a constante censura realizada aos meios de comunicação, os principais intermediários, atualmente, entre o poder político e a opinião pública. Os meios de comunicação da época viam-se impedidos de executar o seu trabalho, de colocar questões para tentar compreender determinadas temáticas contidas nos discursos políticos, e de publicar a realidade da vida quotidiana.

An.43- O artigo tem como tema principal o conflito da Guerra do Vietname, colónia dos EUA. Esta crónica internacional, embora fale ao longo de todo o extenso texto apenas do conflito do Vietname, apresenta-se aqui na primeira página do Jornal do Fundão, como que uma crítica ao “Crime Continuado” que também se praticava nas colónias portuguesas. A guerra colonial no império ultramarino português que já se tinha iniciado há cerca de quatro anos, e manteve-se até 1974.

An.44- O autor conta a história de Tibério e do seu governo em Roma. O imperador “ressentido”, que foi consumido pelo Poder, uma personalização do Poder. Tibério está, claramente, associado a António de Oliveira Salazar, porque a descrição feita pelo autor, em muito se assemelha, ao carácter e forma de governar de Salazar. Vejamos a seguinte passagem: “Inebriado pelo mando, cercado por uma auréola de glória falsa, criada e alimentada pelos acólitos, transformou a natural timidez do ressentido num pesadelo permanente para os que sofriam a sanha da perseguição. Apoiado nas legiões de que captara a confiança dos chefes, através da concessão de privilégios, pode exercer um mando discricionário” (Jornal do Fundão, 1965). O autor descreveu Tibério como alguém consumido pelo poder, que aparentava ser tímido, mas que se tornou num pesadelo para aqueles que perseguia. Poderíamos pegar nestas palavras e aplicá-las a António de Oliveira Salazar, que também ascendeu ao poder devido às multidões, que cegamente, acreditaram nas suas palavras e atitudes enquanto Ministro das Finanças, e que ao longo do tempo, também se tornou num pesadelo para os opositores do regime.

An.45- No artigo: “Os Robinsons sem Ilha”, o autor demonstra a realidade de como era viver na província, ou seja, nos meios rurais: “É duro viver na província. Num país onde as manifestações culturais se circunscrevem à capital ou aos meios universitários, a desafortunada gente que nasce e morre entre as neves das Beiras ou as searas do Sul pouco mais tem a esperar que as mudanças de tempo ou a passagem de algum grupo de futebol” (Jornal do Fundão, 1965). O autor destaca a questão da cultura, mais particularmente, o facto de na província não serem disponibilizadas manifestações culturais, tal como nas cidades mais desenvolvidas. E o autor prossegue: “Desprovida de planos sérios de cultura, atraçoada lenta, mas eficazmente por uma televisão que abdica do papel que lhe estaria reservado, a Província vive ainda uma longa e triste noite branca” (Jornal do Fundão, 1965). Os meios rurais para além de estarem desprovidos das manifestações culturais, sendo que as mesmas contribuía para a educação das suas gentes, o autor acrescenta ainda o facto de os meios de comunicação, e em particular a televisão, não publicitar as zonas rurais.

An.46- A história está relacionada com uma mulher que vendia papel de carta e pentes na rua de uma cidade, a um preço baixo. O autor conta em diálogo com a mulher que ela vivia numa situação de extrema pobreza, e que não possuía dinheiro suficiente para alimentar os filhos. Esta mulher, representava para o autor, todas as situações de pobreza em que muitos portugueses se encontravam, e eram estas histórias que não deveriam ser ignoradas, principalmente, pelo Governo. Ao colocar esta rúbrica na primeira página do jornal, o JF fazia com que os leitores ficassem a par das várias situações de pobreza em Portugal.

An.47- Notícia acerca de uma detenção pela polícia de testemunhas de Jeová, uma religião que hoje ainda existe em Portugal. Porém na época, a religião era apenas uma, a católica. A liberdade religiosa não existia, e o Estado possuía uma relação bastante profunda com a Igreja, daí esta detenção ter acontecido. Porém, estes acontecimentos não podiam aparecer em jornais, porque as pessoas não podiam saber das perseguições que o regime executava a quem não possuía a mesma ideologia, sendo que por isso o Jornal do Fundão (JF) acentua a frase: “Trata-se de uma preventiva, sujeita a inquérito, visto a ação da referida congregação parecer estar numa posição ilegal em relação aos princípios político-religiosos da Constituição Nacional” (Jornal do Fundão, 1965). Apenas com esta passagem, e com o facto de esta notícia se encontrar na última página da edição, o JF explica

aos leitores que, a detenção aconteceu apenas porque aquela religião não estava de acordo com os princípios político-religiosos da ideologia salazarista.

An.48- O artigo centra-se no livro de Jean Paul Sartre: “A Engrenagem”. Conta a história de um ditador que subiu ao poder para retirar o seu povo da pobreza, aproveitando o ouro negro (petróleo) que o país possuía. Porém, nunca cumpriu com o prometido, ignorou as situações de pobreza no país, e o povo revoltou-se e queria matá-lo. Nuno Teixeira Neves reflete acerca desse desprezo, que alguns homens possuíam em relação a problemas reais da vida quotidiana, sendo que não enfrentavam os mesmos com realismo. O que se nos apresenta é uma completa metáfora ao regime salazarista, e por isso também uma crítica indireta ao poder político.

An.49- Esta história insere-se na rubrica do Jornal do Fundão “Instantâneos da vida”. Na edição de 11 de abril, o autor partilha com os leitores a história de uma criança, que trabalhava na construção civil e que acabou tetraplégica, ficando num hospital sem poder regressar a casa e a mãe também não a podia visitar porque não possuía meios financeiros para realizar as viagens até ao hospital. Sensibilizado o autor afirma que a “vida dos serranos era dura. Os homens emigram. As mulheres ficam com o cuidado do cultivo de botaréus dispersos. Na hora da doença aguentam até ao fim sem chamarem o médico que vive longe” (Jornal do Fundão, 1965).

An.50- O artigo é uma carta de um português emigrado em França, que se dirige aos portugueses, para falar da emigração clandestina. O emigrante vem alertar os portugueses para que não emigrassem clandestinamente, porque viriam a encontrar diversas dificuldades no momento da viagem e na chegada ao destino, na documentação, na procura de emprego e nos preços das viagens. O emigrante vem aconselhar os portugueses a emigrar legalmente, e para isso seria útil que o Governo se disponibiliza passaportes. O artigo foca-se na emigração clandestina da época, um tema que era proibido pelo regime, por isso, se considera crítico do poder político.

An.51- No artigo o autor faz um elogio a José Ramalho, jornalista covilhanense, republicano e socialista, que na época tinha falecido há cerca de 22 anos. Foi José Ramalho que fundou o jornal “O Raio”, um jornal bastante reprimido pelo regime. O elogio é, claramente, uma crítica aos governos regionais que não sabiam atuar imparcialmente. Sendo que o jornalista José Ramalho apresentava uma ideologia contrária ao regime, a Câmara Municipal não concedeu homenagem alguma.

An.52- No artigo o autor defende a criação de “uma zona de turismo” na Serra da Gardunha, “não para competir, mas para complemento de todas elas”, isto porque, a Serra da Gardunha era “turisticamente a primeira das Serras Portuguesas, depois da grandiosa «Serra da Estrela»” (Jornal do Fundão, 1965). A crítica que o autor executa é dirigida à Comissão Municipal de Turismo do Concelho do Fundão, - que na época tinha sido criada com o intuito de dinamizar a Serra da Gardunha, - porém não cumpria com o seu objetivo.

A crítica para além de ser dirigida, diretamente, à Comissão Municipal de Turismo do Concelho do Fundão, é também dirigida ao Governo porque esta comissão dependia dele para efetuar dinamizações na sua área de influência. Então o autor faz uma crítica devido ao desinteresse que o Governo sempre demonstrou pela região da Beira Baixa.

An.53- Na história da edição nº980, refere-se à realidade de uma família que já tinha vivido num meio rural, e que estava na época a viver na cidade, onde trabalhavam de manhã à noite, a receber salários mínimos, e insuficientes para sustentar dois filhos.

An.54- O autor faz uma crítica ao tempo que os CTT demoravam a fazer a entrega do correio, que vinha de Lisboa e que gastava cerca de vinte e quatro horas a chegar à Beira Baixa. O autor termina com uma crítica à autarquia que não reclamava perante a situação dos maus serviços ferroviários.

An.55- O autor em dois parágrafos critica a atitude da Comissão Municipal do Turismo, que teria o posto de turismo fechado perante as boas condições que a natureza, e os visitantes lhe ofereceram, para uma melhoria da economia da região.

Não tendo aproveitado tais oportunidades, para dinamizar atividades durante os dias de férias da Quaresma. O texto, sendo uma crítica à Comissão do Turismo, é também uma crítica ao Governo.

An.56- O Jornal do Fundão transcreveu nesta edição um artigo com quase vinte anos, que era intemporal, visto que o problema identificado no artigo de Virgílio Cruz, era o mesmo que assolava o país em 1965, o mau funcionamento dos serviços públicos de correios, que era cada vez menos eficaz.

An.57- O autor inicia o artigo afirmando que a população da região da Beira Baixa tinha diminuído, devido em parte, à emigração que abria “novas lacunas, despovoava quintas e aldeias, deixando, em muitos casos, apenas braços cansados para fainas que exigiam pulso rijo” (Jornal do Fundão, 1965).

Para além de identificar a emigração como um dos principais fatores que contribuíam para a decadência da região da Beira Baixa, o autor enumera ainda, os “precários meios de comunicação”. Os caminhos de ferro “cuja organização deficientíssima estava a causar irreparáveis prejuízos à província” (Jornal do Fundão, 1965), e a rede de estradas, que era acima de tudo indispensável para se penetrar nas principais áreas de consumo, e para isso era necessário existirem vias com condições para tal transporte.

An.58- O artigo de Fernando Mendonça, surge na primeira página da primeira edição do Suplemento Literário “Argumentos”, lançado pelo Jornal do Fundão no nº 984 de 23 de Maio de 1965. O suplemento continha as publicações relacionadas com a literatura. O artigo de Fernando Mendonça é uma crítica literária, onde se analisa a obra de José Gomes Ferreira, “As aventuras maravilhosas de João Sem Medo”, e a forma como o escritor tornou uma história fantástica, aplicável à realidade da época. A obra de José Gomes Ferreira, “As aventuras maravilhosas de João sem Medo”, foi escrita em 1933, altura em que Portugal ganhava uma nova Constituição, e com isso um novo regime, liderado por António de Oliveira Salazar. A obra constitui uma sátira política, isto porque, a personagem principal João Sem Medo, habitava numa aldeia de nome “Chora que logo bebes”, onde os seus habitantes tinham como característica chorar por tudo e por nada, e onde João Sem Medo, era o único cidadão que não tinha medo de nada. Um dia salta o muro da

sua aldeia e parte numa aventura num mundo mágico e de utopia, onde era livre de pensar como queria, e sem ter medo. Devido ao facto de o autor do artigo elogiar o trabalho do escritor José Gomes Ferreira, que era um opositor ao regime, pode-se dizer que a crítica literária de Fernando Mendonça era considerada na época um artigo crítico do poder político salazarista.

An.59- O artigo de Augusto da Costa Dias é uma crítica a toda a história da contrarrevolução. Durante o século XVIII e XIX, a Contrarrevolução operou em Portugal, anos de repressão e censura, contra todas as descobertas a nível científico e no geral intelectual, e os ideólogos dessa época “faziam dos seus dirigidos esta ideia católica e peregrina: que eram mentecaptos, broncos ou espíritos infantis, e que em tais circunstâncias, tinham de viver sob permanente tutela” (Jornal do Fundão, 1965). O autor vem criticar a história do século XVIII e XIX, no sentido de também criticar a política conservadora de Salazar, principalmente, no que concerne à censura que os frades executavam aos escritos.

An.60- O artigo é a publicação de um capítulo de uma das obras José Gomes Ferreira com o título “A memória das palavras”. O artigo é considerado crítico porque José Gomes Ferreira, como já foi dito, era um opositor ao regime de António de Oliveira Salazar.

An.61- Um ensaio escrito por Manuel Ferreira, estudioso da cultura africana, em que se refere o problema da Europa na aceitação do negrismo, um movimento de valorização da cultura africana e do Homem negro, surgido nos anos 30 e 40. Manuel Ferreira contestava assim o colonialismo e em contrapartida, defendia a independência africana, pensamento que se revelava anti situacionista. O artigo expõe a evolução da valorização da cultura africana e do próprio Homem Negro. Em algumas partes do texto, verifica-se que o autor critica aqueles que desvalorizam a cultura africana e os africanos, acusando-os de racismo.

An.62- A notícia refere a atribuição de três importantes prémios literários: Prémio Camilo Castelo Branco (Romance); Grande Prémio da Novela; Grande Prémio do Ensaio. O problema está precisamente, no vencedor do Grande Prémio da Novela, Luandino Vieira, e na forma como o Jornal do Fundão se refere ao escritor angolano, elogiando-o, e dedicando um parágrafo mais alargado, acerca da vida e obra do escritor.

Luandino Vieira era considerado para o regime salazarista um “terrorista”, e à data desta edição do JF, o escritor estava preso no Tarrafal porque, fez parte do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Esta notícia, presente também no suplemento “Argumentos”, que foi uma das causas da suspensão do Jornal do Fundão, é considerada crítica do poder político, porque o jornal dedica um parágrafo maior a Luandino Vieira. Ao fazer a publicação com esta estrutura, o Jornal do Fundão executa uma crítica ao Governo, pela repressão executada aos intelectuais da época que eram censurados, e desta forma também à repressão exercida sobre os meios de comunicação na época.

An.63- O artigo em questão surge no reaparecimento do JF, depois de seis meses suspenso devido à publicação de uma notícia polémica. Demonstra a intenção por parte do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco, para a criação de uma cooperativa de consumo, “onde os associados encontrassem todos os artigos de que precisam, nas melhores condições de preço e de qualidade” (Jornal do Fundão, 1965), esta ação seria importante “tanto para os empresários como para os trabalhadores, na medida em que os aumentos de salários não seriam tão facilmente absorvidos”, como sucedia na época, “neutralizando-se desse modo todos os esforços feitos com vista à elevação do seu nível de vida”, isto porque, “a um aumento de salários corresponde imediatamente uma substancial subida de preços, e, a não ser por meio de cooperativas bem organizadas, não vemos como romper este círculo vicioso, flagelo que trás preocupada a Nação e os seus governantes” (Jornal do Fundão, 1965). O artigo em questão, é considerado crítico, devido ao facto de se referir a questão dos baixos salários dos operários na região da Beira Baixa, o que implicava reações rápidas por parte do Governo.

An.64- O artigo é uma reflexão acerca da amizade e aquilo que ela representa para cada ser humano. O autor faz o contraponto entre o amigo verdadeiro e o amigo desleal.

Tendo em conta que, ainda não tinha passado um mês desde o reaparecimento do jornal, o JF publica este artigo na primeira página, com o intuito de fazer uma analogia entre aquilo que o jornal passou durante seis meses, e o facto de os amigos verdadeiros não se abandonarem. No fundo, o jornal quis

explicar aos seus leitores que durante a suspensão, passaram por dificuldades, e que alguns colaboradores. - aqui especificados como amigos-, desapareceram, e não podiam mais colaborar no JF, mas que existiam entre eles alguns que se mantinham fiéis, e que continuavam a publicar. Isto vem demonstrar que tinha existido uma mudança na estrutura do jornal, várias rubricas desapareceram, o suplemento “Argumentos” também tinha sido retirado, e muitos dos colaboradores que antes publicavam no JF, naquela época já não iriam escrever mais.

An.65- Um texto onde o Jornal do Fundão (JF) demonstra o apreço pelos seus assinantes. Porque, “o semestre em que este jornal se não publicou pode ser pago, como muitos assinantes propuseram” (Jornal do Fundão, 1965), ou seja, os assinantes do Jornal do Fundão, mesmo nos meses em que o jornal esteve suspenso pagaram as assinaturas, daí o título dado à publicação na primeira página desta edição “Eles esperam por nós!”. O JF fez esta publicação, com intuito de demonstrar ao Governo que nem uma suspensão de seis meses, fez desaparecer os assinantes do jornal, que continuaram a ajudar o mesmo a reerguer-se.

An.66- O artigo tem como tema principal a crescente emigração na região da Beira Baixa. As principais causas desse êxodo rural, segundo o autor, são a falta de condições de trabalho, a pouca modernização e a falta de postos de trabalho geradores de riqueza. O setor agrícola apresentava más condições de trabalho, e a indústria era reduzida, sendo que a região ficava com a sua população ativa reduzida.

Este artigo demonstra uma crítica ao Governo, que não atuava perante o êxodo rural que se estava a tornar, conforme diz o autor, numa “hemorragia” (Jornal do Fundão, 1965. O artigo é considerado crítico do poder político, sendo que o Jornal do Fundão (JF) mantém uma posição defensiva da sua região, que ao longo da época vinha sendo discriminada, em relação às restantes regiões portuguesas.

An.67- O texto é a continuação do agradecimento exposto pelo Jornal do Fundão (JF) na edição de 5 de dezembro de 1965, aos seus assinantes pelo facto de continuarem a pagar as assinaturas durante o tempo em que o jornal esteve suspenso. Esses pagamentos iriam ser doados durante a época do Natal a pessoas

com dificuldades financeiras, doentes, velhos etc. Porém o destaque deste texto, como sendo algo crítico, está relacionado com a citação que o JF faz no mesmo, de uma pessoa pobre: “Não se esqueçam de mim. O sr. F., meu vizinho, pode dizer o frio que passo. Tenho oitenta e seis anos e se me derem um cobertor Deus os recompensará” (Jornal do Fundão, 1965).

An.68- Rolão Preto, era um dos colaboradores do Jornal do Fundão ainda antes da suspensão do mesmo, e que regressa no final de dezembro, porém com um texto mais uma vez crítico. Conta a história de cinco amigos da Beira Baixa, que emigraram, clandestinamente, para a França, sendo que as dificuldades com que se detiveram no caminho, ainda se acentuaram na chegada ao novo país. O facto de a história se centrar na história de cinco emigrantes clandestinos, evoca o êxodo rural que pairava sob a região da Beira Baixa, e as dificuldades que os emigrantes encontravam na chegada aos novos países. Outro dos pontos enfatizados pelo autor na história, é a importância que possuía o Jornal do Fundão (JF), ou até outro meio de comunicação, no sentido de transmitir aos emigrantes as notícias da sua terra, ou seja, o autor pode também estar aqui a criticar, de forma mais indireta o Governo pela suspensão do JF durante seis meses, o que impediu que os emigrantes recebessem notícias de casa.

An.69- É a primeira vez que surge esta página dedicada ao cinema e à sua crítica. Surge também um colaborador bastante polémico para o regime, com ligações ao Partido Comunista Português (PCP), e que já tinha sido detido pela PIDE diversas vezes, Vasco Granja. Apesar da sua publicação ser curta, e com o título de “Um guia do cinema mundial”, é um tanto provocatória a sua aparição na estreia desta página cinematográfica.

An.70- O artigo reflete acerca da fome em 1966. Foca o assunto na Índia, e já no final do artigo generaliza o problema para todo o mundo, incluindo também por isso Portugal, sem nunca o mencionar especificamente. O autor diz que: “De facto, as estatísticas mostram que mais de metade da população do mundo sofre de carência alimentar” (Jornal do Fundão, 1966), ou seja, Portugal também possuía situações alarmantes de carência alimentar, principalmente, na região do interior, onde as pessoas apresentavam maiores dificuldades económicas e menores condições de trabalho, tanto no campo como na fábrica. O autor refere ainda que

existia, portanto, “um longo caminho a percorrer na solução de um dos mais instantes problemas humanos, num rumo que implica profundas alterações de estruturas, de pensamentos e de consciências” (Jornal do Fundão, 1966). O autor critica os Governos pela não atuação nestas situações de enorme interesse mundial, sendo que, nessa crítica inclui também Portugal, onde, na região do interior, os cenários eram mais alarmantes. Este artigo é por isso considerado crítico do poder político, que mais uma vez não atuava de forma eficaz em situações de extrema pobreza em Portugal.

An.71- O artigo demonstra dados estatísticos desde 1864 a 1960, referentes à variação populacional do Concelho do Fundão, onde se denota ao longo dos decénios, decréscimos em quase todas as freguesias durante a década de 60. Demonstra que entre todos os concelhos da Beira Baixa, o Fundão foi o que apresentou em 1960 um decréscimo mais acentuado na população. Sem o artigo apresentar as causas da diminuição dos habitantes do Concelho do Fundão, o leitor consegue, facilmente, supor que as causas estariam relacionadas com a forte emigração, que já tinha sido referida em artigos anteriores, o que poderia originar nos anos seguintes a desertificação, ou uma diminuição acentuada no índice de população ativa do concelho.

Nesta edição de 16 de Janeiro, voltava-se a incluir os temas da emigração e das suas consequências, na estrutura do jornal, temas que tinham desaparecido nas primeiras edições depois da suspensão do Jornal do Fundão, são realçados na primeira página, e careciam de grande preocupação por parte das entidades governativas.

An.72- O artigo reflete acerca das conclusões retiradas do Concílio Vaticano II, por parte de Victor Wengorovius, que era o dirigente do setor dos católicos com ideologia de esquerda. Defende uma abertura na religião, e um diálogo entre religiões e entre crentes e não-crentes, algo que se opunha à conceção de igreja conservadora do regime salazarista. O artigo foi colocado na primeira página, o que quer dizer que, se estava a efetuar uma crítica à igreja conservadora de Salazar, que mantinha uma ligação profunda com o Estado Novo. Assim o autor critica o regime por não optar pela liberdade religiosa, e pelo diálogo entre as religiões.

An.73- Neste caso, não é o artigo em si que pode ser considerado crítico do poder político, mas sim o regresso de um dos fundadores do suplemento literário “Argumentos”, causa da suspensão do Jornal do Fundão (JF), com uma rubrica de nome “A Funda”, um conjunto de crónicas com temas polémicos para a época. Começa-se a verificar um retorno à crítica dissimulada por parte do JF, que apenas deixou de criticar durante as primeiras edições depois do reaparecimento. A rubrica “A Funda” vai ser extremamente significativa no regresso do JF à crítica e ao levantamento de temas polémicos.

An.74- Este artigo insere-se num conjunto de vários textos, que refletem acerca do desenvolvimento e valorização do Concelho do Fundão. No sentido de diminuir o êxodo rural e fixar os habitantes através da modernização da atividade agrícola, principal rendimento da região da Beira Baixa, que apresentava rotinas e técnicas já ultrapassadas, sendo que isso era a principal causa para que a emigração acontecesse, porque sem rendimento, surgem dificuldades económicas, e as pessoas emigravam devido a isso mesmo, porque não tinham condições dignas de trabalho.

O autor escreve este conjunto de artigos com o intuito de alertar as entidades governativas para a situação degradante do concelho do Fundão, em específico, e da região da Beira Baixa, no geral. Ao longo dos vários artigos, o autor revela medidas que podiam de facto melhorar a condição de vida e de trabalho da população, com o intuito de diminuir o êxodo rural, modernizando o setor agrícola, a maior fonte de riqueza no interior na época. Ao incluir estes artigos ao longo das várias edições, todos eles aparecendo na primeira página de cada uma delas, o Jornal do Fundão pretende efetuar uma crítica bem fundamentada, em dados estatísticos, ao Governo que tanto ignorava a condição da região da Beira Baixa.

An.75- É a partir desta edição que se torna frequente a colaboração de Rolão Preto. Este artigo, em particular, reflete acerca do setor dos funcionários públicos que não estavam a ser bem remunerados por parte do Governo, e também devido às “exigências da vida moderna” (Jornal do Fundão, 1966), ou seja, a mudança para uma vida em que o ócio começou a fazer parte da rotina dos trabalhadores, o autor defende uma melhor remuneração, em particular, um salário de acordo com as horas de trabalho.

Este artigo é considerado crítico do poder político, porque primeiro regressa ao jornal um autor oposicionista do regime, Rolão Preto, que colaborava com o Jornal do Fundão (JF) ainda antes da suspensão. Ao publicar este artigo de Rolão Preto na primeira página desta edição, o JF está claramente a assumir a mesma posição do autor, quanto à remuneração do funcionalismo público.

Em segundo lugar, a crítica surge também dentro do texto e, em específico, já no último parágrafo do mesmo, em que o autor afirma que: “Os povos não pedem aos Poderes Públicos só o possível é o necessário que eles desejam” (Jornal do Fundão, 1966). O autor refere-se exatamente à melhoria da remuneração dos funcionários públicos, a crítica efetuada pelo autor, surge no sentido de ser algo que era imprescindível para os trabalhadores, algo que apresentava fácil resolução.

An.76- O Jornal do Fundão apresenta mais um artigo relacionado com o Concílio Vaticano II. Neste artigo, o autor executa uma reflexão acerca do papel dos leigos na igreja, ou seja, o papel da sociedade no geral dentro da igreja, através da partilha de valores e da “evangelização pelo testemunho e pela palavra” (Jornal do Fundão, 1966).

O artigo é considerado crítico do poder político, porque o seu autor assume uma posição a favor das medidas de abertura retiradas do Concílio Vaticano II, sendo que o regime de António de Oliveira Salazar se apresentava contra essas soluções.

An.77- Esta publicação demonstra a conclusão de um conjunto de vários artigos que foram publicados ao longo de diferentes edições, com o propósito de alertar as autarquias e o Governo para uma valorização geral do Concelho do Fundão. Na conclusão, o autor refere diversas medidas que, efetivamente, contribuiriam para um desenvolvimento dos vários setores económicos da região, nomeadamente, no setor agrícola com, “o aumento da produtividade”, a “valorização cultural e social do trabalhador”, o “recurso a uma assistência esclarecida”, o desenvolvimento do “espírito cooperativo que, na medida do possível, procuraria abarcar a rendosa atividade dos intermediários, completando a atividade produtiva com a comercial” e a criação de “novas fontes de riqueza agrícola” (Jornal do Fundão, 1966), no setor industrial, ao introduzir na “região atividades industriais, que servissem de polos de atração populacional”, apostar na “defesa das indústrias existentes” (Jornal do Fundão, 1966), no setor do turismo a aposta na valorização da Serra da Gardunha

não descortinando as “vantagens que poderão advir de se pertencer à zona turística da Serra da Estrela” (Jornal do Fundão, 1966). No setor dos meios de comunicação e suas infraestruturas, um melhoramento do transporte ferroviário e rodoviário, no setor da educação “desenvolver-se o ensino oficial secundário no concelho”, e também “a criação dos cursos comerciais na Escola Industrial do Fundão” (Jornal do Fundão, 1966). Este artigo, é também considerado crítico do poder político, uma vez que o autor faz uma crítica ao desprezo do Governo.

An.78- Os assuntos tratados na rúbrica de Artur Portela Filho eram considerados, polémicos. O autor defende a criação de uma política cultural para Portugal, que se encontrava a ultrapassar uma crise cultural, devido ao facto de as instituições encarregues pelo desenvolvimento desse setor nada implementarem para a melhorar, nomeadamente, a Fundação Gulbenkian, a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), e o SNI (Secretariado Nacional da Informação).

Assim o autor faz uma crítica ao facto de em Portugal não existir uma política cultural, algo que ajudasse a cultura a obter uma maior expressão na sociedade portuguesa.

An.79- O autor exprime uma crítica à rádio, o meio de comunicação de eleição do regime, que se tinha tornado demasiado elitista, com linguagem de “ultrarromantismo” e com o “culto da personalidade do “Eu”. Sendo que na opinião do autor: “Se a rádio é uma força, se a rádio deve ser uma força cultural, se a rádio é uma arte autónoma, se a rádio tem uma estrutura, uma linguagem, uma esfera de ação, um papel a realizar, se todos nós necessitamos de uma rádio sólida e atual-não deixemos que a noite seja povoado por estes bustos de bronze de jardins suspensos” (Jornal do Fundão, 1966). O autor defendia uma reconversão da rádio, e isso não estava de acordo com o pensamento do regime.

An.80- A crónica do Brasil critica a ditadura instaurada no Brasil em 1964, sob o comando de diversos governos militares. Iniciou-se com um golpe militar que derrubou o governo de João Goulart. A Constituição que estava em vigor era de 1946, e foi substituída pela Constituição de 1967, que continha a dissolução do Congresso Nacional, suprimia as liberdades civis, criou um código de processo penal militar, que permitia que o Exército brasileiro e a Polícia Militar prendessem

civis que considerassem suspeitos. Quanto à ideologia, o regime brasileiro adotou um ideário nacionalista e de oposição ao comunismo. Na década de 70, o regime passou a censurar todos os meios de comunicação e praticava tortura aos opositoristas.

Comparando a ditadura militar brasileira, com a ditadura portuguesa de Salazar existem vários pontos onde se cruzam, nomeadamente, em relação ao facto de ter sido instaurada através de um golpe militar, o facto de a Constituição ter mudado, a questão da censura, as instituições de repressão, a ideologia no que toca ao nacionalismo e à oposição ao comunismo.

Portanto o facto de o JF publicar a Crónica do Brasil na primeira página, demonstrou que não existia grande diferença de acontecimentos entre Portugal e o Brasil, sendo que mesmo no título, o autor refere “a tristeza brasileira e a outra” (Jornal do Fundão, 1966), referindo-se com o termo “outra” à tristeza de Portugal. Sem nunca falar diretamente de Portugal, o autor vai contando o que estava a acontecer no Brasil, sendo que depois os leitores retirariam as suas ilações.

An.81- O autor vem defender o Jornal do Fundão (JF), afirmando que o “jornal disse mil vezes uma coisa- a verdade” (Jornal do Fundão, 1966), e que cada jornal possui uma imagem, sendo que os seus leitores se identificavam com essa imagem: “O leitor evoluído lê o jornal evoluído e o leitor convencional lê o jornal convencional. O leitor velho- velho por dentro- lê um jornal onde se diz que o Conselheiro Barroso recitou um soneto no sarau da Gouvarinho. O leitor novo lê um jornal onde se diz que o Venusik foi disparado sobre Vénus e acertou- em cheio” (Jornal do Fundão, 1966), ou seja, o autor faz uma crítica aos leitores que liam os jornais convenientes ao regime, e não liam os jornais evoluídos que eram aqueles que tal como o JF apresentavam a verdade. Assim o autor descreve a imagem do Jornal do Fundão como “um bravo jornal” (Jornal do Fundão, 1966). Ao defender o facto de o JF expressar sempre a verdade perante os seus leitores, o autor está ao mesmo tempo, a criticar o poder político pela suspensão deste mesmo jornal em Maio de 1965, e que se prolongou durante seis meses.

An.82- O Jornal do Fundão (JF) lança nesta edição a secção “Artes e Letras”, bastante semelhante ao que era o suplemento “Argumentos”. Destaca-se logo na primeira edição, alguma provocação ao regime, uma vez que, foram publicadas críticas literárias de obras de escritores opositoristas do regime. Logo no início da

secção aparece uma crítica literária com o título “Breves notas sobre Urbano Tavares Rodrigues Imitação da Felicidade Manuel da Fonseca O Fogo e as Cinzas” (Jornal do Fundão, 1966). O primeiro escritor Urbano Tavares Rodrigues, pertencia ao Partido Comunista Português (PCP), e era defensor por influência do pai de uma ideologia mais direcionada para a democracia, sendo que sempre foi perseguido pela PIDE e na época estava preso. Manuel da Fonseca era também membro do PCP, um neorrealista, sendo que na maior parte das suas obras descreve a realidade da vida rural no Alentejo. Para além disto, Manuel da Fonseca pertenceu à Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965, quando a mesma atribuiu o Prémio de Novelística a Luandino Vieira, sendo que também foi preso em Caxias nessa época.

A segunda crítica literária aparece num artigo com o título “Coisas más da nossa moderna literatura: O passo da serpente narrativa de Baptista-Bastos” (Jornal do Fundão, 1966). Este escritor também era membro do PCP, e, portanto, desafeto ao regime.

O facto do JF publicar críticas literárias de escritores opositoristas, está automaticamente a provocar o regime salazarista, e a criticá-lo também, sendo que falou de um escritor que na época estava preso e de outro que pertenceu à SPE aquando da atribuição do Prémio de Novelística a Luandino Vieira.

An.83- Artur Portela Filho faz uma crítica ao Governo por o mesmo promover mais vezes o futebol, e não permitir que outros desportos se desenvolvessem, como por exemplo, “o atletismo”, “o rãguebi”, “o ténis”, “o veleiro” (Jornal do Fundão, 1966). Como o autor afirma: “Se o futebol teimar, quiser ser mito em violência, em absorção, em antropofagia, quiser ser tudo, moral e filosofia, quiser ser omnisciência e omnipresença- então também nada feito, não há taça” (Jornal do Fundão, 1966), ou seja, se o Governo continuasse apenas só a apoiar o Futebol como único desporto capaz em Portugal, não iríamos ganhar nada, porque o desporto teria que englobar todo o tipo de atividades.

An.84- O autor reflete acerca do setor turístico que estava mal aproveitado por parte das entidades governativas, tanto que na mente de muitos “a ideia de que Portugal era um país de turismo radicou-se no espírito” (Jornal do Fundão, 1966), sendo que a ideia de tornar Portugal um país mais ligado ao turismo era algo inconcebível. Na opinião do autor, Portugal possuía todas as possibilidades de

desenvolver com maior facilidade o setor turístico, mas para isso era necessário “no âmbito turístico planejar concisa e racionalmente as renovações, reparações e melhorias de serviços, prazos de sua execução, meios materiais indispensáveis, forma de obtê-los, etc. (...). Por outro lado, os planos turísticos de caráter nacional não podem elaborar-se independentemente das restantes atividades económicas do País. (...)” (Jornal do Fundão, 1966).

Este artigo é considerado crítico do poder político devido ao facto, de o autor criticar as entidades governativas pelo desprezo concedido ao setor turístico que demonstrava imensas potencialidades.

An.85- O autor reflete acerca da banda “The Beatles”, que foi novidade na época, e o facto de os Beatles virem na época romper um pouco com os tradicionalismos.

No artigo vemos o autor a criticar as pessoas conservadoras que, não aceitavam na sociedade uma banda como os Beatles. Sendo que o regime de Salazar era também considerado conservador, o autor para além de criticar uma sociedade tradicionalista, critica também o regime português conservador, e faz isso através de uma novidade, daí o artigo ser considerado crítico do poder político, e principalmente da sua ideologia.

An.86- O “Animatografo “era uma rúbrica onde o autor refletia sobre algumas questões relacionadas com o Cinema de Animação, na vertente mais moderna. Na rubrica desta edição, decorria em Lisboa, o I Festival de Animação, que vinha “provar e confirmar a profunda revolução que se tinha verificado na película de imagem animada onde personagens como o Super-Coelho, Tom e Jerry faziam o papel de cabeças redondas que surgiam na Inglaterra das saias curtas, de cadetes que apareciam, como velho partido ultrapassado, na Rússia de hoje” (Jornal do Fundão, 1966).

Para além desta revolução referida pelo autor, o cinema de animação já não era apenas dirigido à camada infantil, mas também direcionado aos adultos, isto porque “as situações retratam-se com amargura, com ironia, aqui e ali com ferocidade” (Jornal do Fundão, 1966). O “Animatografo”, estava a ganhar expressão no Jornal do Fundão, daí também este artigo ser considerado crítico do poder político, por falar e refletir acerca da modernidade.

An.87- O Jornal do Fundão (JF) parabeniza o Diário de Lisboa pelo seu 45º aniversário. O Diário de Lisboa era um dos jornais ligado à esquerda política, e era tolerado pelo regime. Neste texto por parte do JF, o jornal regional, diz que: “Às muitas e merecidas felicitações que recebeu temos o gosto e o dever de juntar as nossas: jornal independente, onde o culto da dignidade e do carácter se mantém vivos e despertos, o «Diário de Lisboa» continua uma tradição de imparcialidade que honra a Imprensa” (Jornal do Fundão, 1966).

An.88- O Jornal do Fundão (JF) saúda os Elos Clubes da Comunidade Lusíada, que estavam “empenhados na louvável tarefa de tornar mais firmes e duráveis os laços de fraternidade entre Brasileiros e Portugueses através de melhor conhecimento dos problemas comuns, os elistas dos dois países têm-se debruçado sobre questões do maior interesse” (Jornal do Fundão, 1966). O JF coloca esta saudação logo na primeira página desta edição com o intuito de continuar a reforçar a sua ligação com os emigrantes, sendo que esta publicação favorecia o jornal nas suas ligações ao exterior.

An.89- No final da rubrica “Panorama”, aparece uma referência ao facto de não se poder ouvir Maria Barroso a declamar poesia. Por mais simples que pareça essa passagem, trata-se claramente, de uma crítica ao Governo e às suas instituições, como a Censura, cujo seus serviços teriam proibido Maria Barroso de atuar na época, e daí se dizer na passagem que “nunca ouvimos Maria Barroso. Gostamos de Poesia e gostamos de a ouvir a quem sabe dizê-la. José Rabaça teve um privilégio que nós ainda não tivemos. Nem nós nem os milhares de portugueses que amam a Poesia e têm que se contentar com os lerenos” (Jornal do Fundão, 1966).

An.90- O autor critica a situação da cidade de Lisboa no geral, pelo facto de já não existirem lisboetas e toda a população ser de fora, pelo facto de as entidades governativas colocarem a maior parte da população em bairros sociais, onde os apartamentos eram minúsculos e não existiam condições de habitabilidade. O autor critica ainda as entidades, que se preocupavam mais com os que vinham de fora, e desprezavam os lisboetas que apesar de não apresentarem tantas dificuldades como os de fora, também eles eram importantes na cidade e deveriam ser importantes para o Governo.

Luandino Vieira, que conta apenas 29 anos, nasceu em Vila Nova de Ourém, na Metrópole, tendo ido bastante novo para Angola. Começou a sua actividade literária em O Estudante, órgão dos alunos do Liceu de Luanda. De 1957 a 1960 aparece integrado numa camada de novos escritores angolanos que elaboraram «CULTURA», jornal literário da Sociedade Cultural de Angola. Aí se encontram poemas, contos e ilustrações com a sua assinatura. Em 1960 publica o seu livro de estreia A Cidade e a Infância, tendo publicado depois Duas Histórias de Pequenos Burgueses (1961) e Luanda (1964), que lhe valeu agora o Grande Prémio

A quando da aparição do livro, o organizador desta página pronunciou-se no Diário de Lisboa da seguinte maneira: «Três histórias que são (...) três obras-primas do nosso conto contemporâneo, e a enorme e imprevista revelação de um escritor de sensibilidade excepcional e de notável capacidade de criação dum estilo... É n' A História do Ladrão e do Papagalho, que desde já considerado digna de figurar sem desdouro ao lado das melhores de José Cardoso Pires de Jogos de Azar, ou das melhores de Manuel da Fonseca de O Fogo e as Cinzas (e que maior elogio poderia eu fazer-lhe?), é nessa «estória» que Luandino Vieira nos dá prova das suas extraordinárias possibilidades, etc.».

An.91- Quinto e sexto parágrafos da notícia da edição de 23 de maio de 1965 do Jornal do Fundão para análise qualitativa.

Sem pretendermos cair nas generalizações perigosas de que atrás se fala, emitindo apenas um juízo nascido de experiências gratas, poderemos dizer que por cada falso amigo que foge há centenas de homens leais, capazes da coragem que a solidariedade em certos momentos exige.

An.92- Último parágrafo do artigo da edição de 5 de dezembro de 1965 do Jornal do Fundão para análise qualitativa.

Dissemos já que o semestre em que este jornal se não publicou pode ser pago, como muitos Assinantes propuseram. Simplesmente as importâncias recebidas destinaram-se aos pobres que nos hospitais ou albergues esperam a nossa ajuda durante a quadra do Natal.

Para tanto — que a nossa campanha abrange as principais terras da Beira Baixa — é preciso muito mais do que recebemos já. Mas a generosidade dos srs. Assinantes nunca faltou. Temos a certeza que desta vez também não há-de faltar.

An.93- Primeiro e terceiro parágrafos da notícia da edição de 5 de dezembro de 1965 do Jornal do Fundão para análise qualitativa.

«Não se esqueçam de mim. O sr. F., meu vizinho, pode dizer o frio que passo. Tenho oitenta e seis anos e se me derem um cobertor Deus os recompensará». A carta não foi escrita pelo próprio, mas contém verdades a que não podemos ficar indiferentes. Este ano o dinheiro é pouco. «Nesta época — diz-nos um Assinante de Lisboa — somos solicitados para tanta coisa...» É certo. O Natal é sinal de paz e esperança que por uma semana, um dia, talvez apenas umas horas, vence a miséria, muda em sorrisos os esgares de dor. Mas há quem fique indiferente.

An.94- Primeiro parágrafo da notícia da edição de 19 de dezembro de 1965 do Jornal do Fundão para análise qualitativa.

O «Jornal do Fundão» é um bravo jornal. É um bravo jornal de uma brava província, com nervo, com fibra, com genica, com a serra da Estrela por coluna vertebral, a serra mais alta e mais dura do país. O «Jornal do Fundão» não tem papas na língua. Usa o coração ao pé da boca. É de um só rosto e de um só parecer. O que diz, diz, e está dito.

An.95- Sexto parágrafo do artigo da edição de 13 de março de 1966 do Jornal do Fundão para análise qualitativa.

